

EMPRANCE



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Secretaria Municipal de Infraestrutura



SEINFRA



C.I. nº 265 C / 2015

Boca da Mata 08 de dezembro de 2015



Excelentíssimo Senhor
Gustavo Dantas Feijó
Prefeito Municipal de Boca da Mata

Assunto: Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Solicitamos a abertura de procedimento licitatório para a **contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri**, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico em anexo.

Outrossim, informamos que as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos financeiros provenientes **da receita própria do município**, consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação a ser informada posteriormente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Infraestrutura

Valter Acioli de Lima
Secretário

Atenciosamente,

EM BRANCO



PROJETO DE DRENAGEM URBANA E
PAVIMENTAÇÃO
POVOADO PERI PERI
MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA - ALAGOAS

Projetistas:

Julio César Moura Menezes Junior
Engº Sanitarista e Ambiental – CREA nº020990316-3

Luiz Cavalcante Peixoto Neto
Engº Civil – CREA nº020841182-8



OUTUBRO/2015

EMBROID

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO PROJETO	5
1.1. Aspectos gerais.....	5
1.2. Aspectos fisiográficos	5
1.3. Aspectos geológicos.....	5
1.4. Águas superficiais.....	7
1.5. Águas Subterrâneas.....	7
2. DRENAGEM URBANA.....	8
2.1. Terminologias	8
2.2. Concepção geral do projeto.....	8
2.3. Critérios e parâmetros de projeto	9
2.3.1. Normas gerais adotadas.....	9
2.3.2. Caracterização Pluviométrica	9
2.3.3. Metodologia de determinação da vazão: Método Racional.....	13
2.3.4. Tempo de concentração	14
2.3.5. Tempo de Retorno e Intensidade das Precipitações	15
2.3.6. Coeficiente de deflúvio superficial direto.....	16
2.3.7. Ruas e Sarjetas.....	17
2.3.8. Bocas de Lobo	18
2.3.9. Galerias.....	18
2.3.9.1 Constante K.....	18
2.3.9.2 Ângulo central da dada superfície livre (θ).....	18
2.3.9.3 Relação altura-diâmetro (y/D)	19
2.3.9.4 Área Molhada (A)	19
2.3.9.5 Velocidade do escoamento (V)	19
2.3.9.6 Tempo de percurso (t_p)	19
2.4. DIMENSIONAMENTO.....	20
2.4.1 Capacidade de condução hidráulica de ruas e sarjetas.....	20
2.4.2 Capacidade de engolimento das Bocas de Lobo	20
2.4.3 Ramais entre bocas de lobo e poços de visita	21



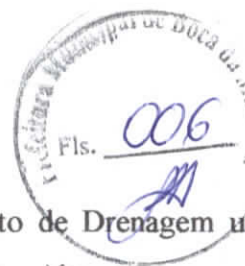
EM BRANCO

2.4.4	Poços de visita	21
2.4.5	Dimensionamento das galerias	22
2.4.6	Dimensionamento das ruas e sarjetas	25
2.4.7	Memorial de cálculo dos serviços	28
3.	PAVIMENTAÇÃO	31
3.1	Considerações iniciais	31
3.2	Concepção de projeto	31
3.3	Descritivo técnico - Pavimentação	31
4.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	32
4.1.	Considerações iniciais	32
4.2.	Considerações gerais	32
4.3.	Implantação da obra e serviços preliminares	33
4.3.1.	Bocas de Lobo	33
4.3.2.	Poços de visita	34
4.3.3.	Redes de drenagem - Galerias	34
4.3.4.	Bocas de Bueiro (Alas de Lançamento)	35
4.3.5.	Escavação	36
4.3.6.	Escoramento de valas	37
4.3.7.	Reaterro	37
4.3.8.	Terraplenagem	38
4.3.9.	Pavimentação em paralelepípedo	38
4.3.10.	Serviços complementares	39
4.3.11.	Considerações gerais	40
5.	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	41
6.	CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO	45
7.	ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART	47
7.2.	ART's – Projeto	47
8.	DESENHOS TÉCNICOS	48



EM BRANCO

APRESENTAÇÃO



O presente trabalho tem como objetivo elaborar o Projeto de Drenagem urbana e Pavimentação do Povoado Peri Peri, no Município de Boca da Mata - Alagoas.

Todas as informações e dados subsidiários ao projeto foram fornecidos ao projetista pelo contratante e através de visita técnica ao povoado.

Este documento é apresentado em 06 partes:

- 1º parte: apresenta as Características da região;
- 2º parte: apresenta o Memorial Descritivo Drenagem Urbana;
- 3º parte: apresenta o Memorial Descritivo Pavimentação;
- 4º parte: apresenta as Especificações Técnicas;
- 5º parte: apresenta a Planilha orçamentária;
- 6º parte: apresenta as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART;
- 7º parte: apresenta os Desenhos Técnicos de Projeto.

O projeto aqui desenvolvido tem por objetivo estabelecer as orientações gerais de caráter técnico, que deverão ser seguidas nas obras de implantação do Sistema de Drenagem Urbana e Pavimentação do presente povoado.

Todos os procedimentos adotados na elaboração do presente projeto estão em consonância com as atuais Normas Técnicas da ABNT.

Os parâmetros, critérios, diretrizes e normas técnicas utilizados no dimensionamento hidráulico das unidades do sistema, bem como as principais características de cada uma dessas unidades, são descritas a seguir.

Dessa forma, é de primordial importância que o sistema de Drenagem Urbana do povoado seja implantado de tal forma que toda a área fique provida de um sistema que afaste a possibilidade de alagamento e seus reflexos, inundação das calçadas e velocidades exageradas com erosão do pavimento.

As ruas do Povoado Peri Peri ainda não foram totalmente contempladas com pavimentação, tendo seu leito carroçável em terreno natural. A execução da pavimentação proporcionará a melhoria da qualidade de vida dos moradores, facilitando o tráfego de



THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

The University of Chicago Library is pleased to announce the acquisition of a new collection of books and manuscripts. This collection, consisting of approximately 100 volumes, was purchased from the estate of a prominent collector. The books are primarily in the fields of history, literature, and the sciences. The manuscripts include several rare and valuable documents. The collection is now available for loan to libraries and individuals. For more information, please contact the University of Chicago Library.



The University of Chicago Library is pleased to announce the acquisition of a new collection of books and manuscripts. This collection, consisting of approximately 100 volumes, was purchased from the estate of a prominent collector. The books are primarily in the fields of history, literature, and the sciences. The manuscripts include several rare and valuable documents. The collection is now available for loan to libraries and individuals. For more information, please contact the University of Chicago Library.

veículos e pedestres nos dias chuvosos e reduzindo os casos de doenças respiratórias devido à poeira.

Pretende-se aqui, também, especificar os materiais e técnicas referentes à Pavimentação com Paralelepípedo, com emprego de meio fio de concreto pré-moldado nas ruas do Povoado Peri Peri, Boca da Mata Alagoas.



OUTUBRO/2015



EMBRANC

1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO PROJETO

1.1. Aspectos gerais

O município de **Boca da Mata** está localizado na região centro-leste do Estado de Alagoas, limitando-se a norte com os municípios de Maribondo, Pilar e Atalaia, a sul com São Miguel dos Campos, a leste com Pilar e São Miguel dos Campos e a oeste com Anadia. A área municipal ocupa 186,60 km² (0,67% de AL), inserida na mesorregião do Leste Alagoano e na microrregião de São Miguel dos Campos, predominantemente na Folha São Miguel dos Campos (SC.24-X-D-VI), na escala 1:100.000, editada pelo MINTER/SUDENE em 1989.

A sede do município tem uma altitude de aproximadamente 132m e coordenadas geográficas de 09°38'27,6'' de latitude sul e 36°13'12,0'' de longitude oeste.

No ranking de desenvolvimento estabelecido pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM edição 2014 – ano base 2010, Boca da Mata está em 10º (décimo) lugar no estado (10/102 municípios) e em 3.134º lugar do Brasil (3.134/5.561 municípios).

1.2. Aspectos fisiográficos

O clima é do tipo TROPICAL CHUVOSO com verão seco. O período chuvoso começa no outono/inverno tendo início em dezembro/janeiro e término em setembro. A precipitação média anual é de 1309,9 mm.

A vegetação é predominantemente do tipo Floresta Subperenifólia, com partes de Floresta Hipoxerófila. Os solos dessa unidade geoambiental são representados pelos Latossolos nos topos planos, sendo profundos e bem drenados; pelos Podzólicos nas vertentes íngremes, sendo pouco a medianamente profundos e bem drenados e pelos Gleissolos de Várzea nos fundos de vales estreitos, com solos orgânicos e encharcados.

1.3. Aspectos geológicos

O município de Boca da Mata encontra-se geologicamente inserido na Província Borborema, representada pelos litótipos do Complexo Nicolau/Campo Grande, Suíte Itaporanga, Formação Muribeca, Grupo Barreiras e Depósitos Flúvio-lacustre (Figura 1).

O Complexo Nicolau/Campo Grande (Ang), é constituído por granulitos/kizingitos.



2.1.1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO PROJETO

2.1.1.1. Aspectos Gerais

O município de Baurópolis está situado no Estado de São Paulo, no sudoeste do Estado, a 100 km da capital paulista. A área total do município é de 1.200 km², sendo que a área urbana é de 100 km². A população total do município é de 10.000 habitantes, sendo que a população urbana é de 1.000 habitantes. O município é formado por 10 distritos: Baurópolis, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto.

O município de Baurópolis é formado por 10 distritos: Baurópolis, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto. A população total do município é de 10.000 habitantes, sendo que a população urbana é de 1.000 habitantes. O município é formado por 10 distritos: Baurópolis, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto.



2.1.1.2. Aspectos Econômicos

O município de Baurópolis possui uma economia baseada na agricultura, com destaque para a produção de cana-de-açúcar, milho e soja. A população total do município é de 10.000 habitantes, sendo que a população urbana é de 1.000 habitantes. O município é formado por 10 distritos: Baurópolis, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto.

2.1.1.3. Aspectos Sociais

O município de Baurópolis possui uma população de 10.000 habitantes, sendo que a população urbana é de 1.000 habitantes. O município é formado por 10 distritos: Baurópolis, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto, São João do Rio Preto.

A Suíte Itaporanga, calcialcalina de médio a alto potássio (NP3g2cm), engloba granitos e granodioritos porfiríticos, associados a dioritos.

A Formação Muribeca-Membro Carmópolis (K1mc), engloba conglomerados de leque fluvial.

Grupo Barreiras (ENb), está representado por arenitos e arenitos conglomeráticos com intercalações de siltitos e argilitos.

Os Depósitos Flúvio-lagunares (Qfl), são constituídos por pelitos arenosos e carbonosos.

CONVENÇÕES GEOLÓGICAS

UNIDADES LITOESTRATIGRÁFICAS

Cenozóico

Qfl Depósitos flúvio-lagunares (fl): lama arenosa e carbonosa

ENb Grupo Barreiras (h): arenito e conglomerado, intercalações de siltito e argilito

Mesozóico

K1mc Formação Muribeca- Membro Carmópolis (mc): conglomerado (leque aluvial)

Neoproterozóico

NP3g2cm Suíte calcialcalina de médio a alto potássio Itaporanga (cm): granito e granodiorito porfirítico associado a diorito (588 Ma U-Pb);

Mesoarqueano

Ang Complexo Nicolau/Campo Grande: (ng) granulito/kinzigito

UNIDADES ESTRUTURAIS

— Contato geológico

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

⊙ Sede Municipal

— Rodovias

— Limites Intermunicipais

— Rios e riachos

1. O presente trabalho tem por objetivo a elaboração de uma proposta de trabalho para o setor de produção de alimentos, visando a melhoria da qualidade e a redução dos custos.

2. A proposta é baseada em dados coletados durante a realização de uma pesquisa de campo, com a participação de todos os colaboradores da empresa.

3. A proposta é apresentada em forma de relatório, com a finalidade de fornecer informações sobre o andamento das atividades e sobre os resultados alcançados.

4. A proposta é submetida à apreciação da Comissão de Trabalho, para que seja aprovada e encaminhada à Direção da empresa.

5. A proposta é aprovada e encaminhada à Direção da empresa, para que seja implementada.

PROPOSTA DE TRABALHO

PROPOSTA DE TRABALHO

PROPOSTA DE TRABALHO

PROPOSTA DE TRABALHO

EM BRANCO

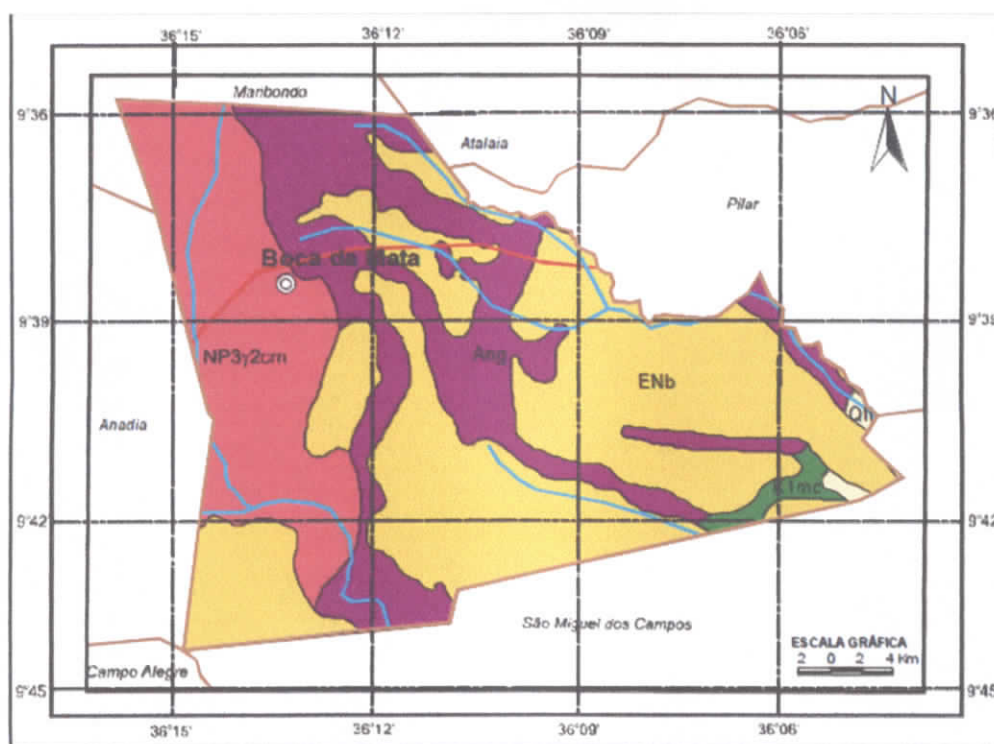


Figura 1. Mapa Geológico do Município

1.4. Águas superficiais

O município de Boca da Mata encontra-se inserido nas Sub-bacias hidrográficas dos Rios: Sumaúma Grande ou Varela, com seus afluentes Rio de Pedra, Riacho do Piano e Mocambo a N; A Sub-bacia do Rio Camarão, no extremo W do município, com seus afluentes Riacho Camarão Branco e Nossa Senhora.

Em sua porção central o município é banhado pela sub-bacia do Rio Pau-Brasil, que atravessa o município no sentido NE-SW. O padrão de drenagem é o dendrítico.

1.5. Águas Subterrâneas

Área do município em estudo está inserida nos Domínios Hidrogeológicos: Fissural e Intersticial

O Domínio Fissural composto por rochas do embasamento cristalino regionalmente representadas por granulitos do Grupo Girau do Ponciano e pelos complexos gnaissico-migmatítico e migmatítico granítico (Arqueano), rochas vulcano-sedimentares, compostas por



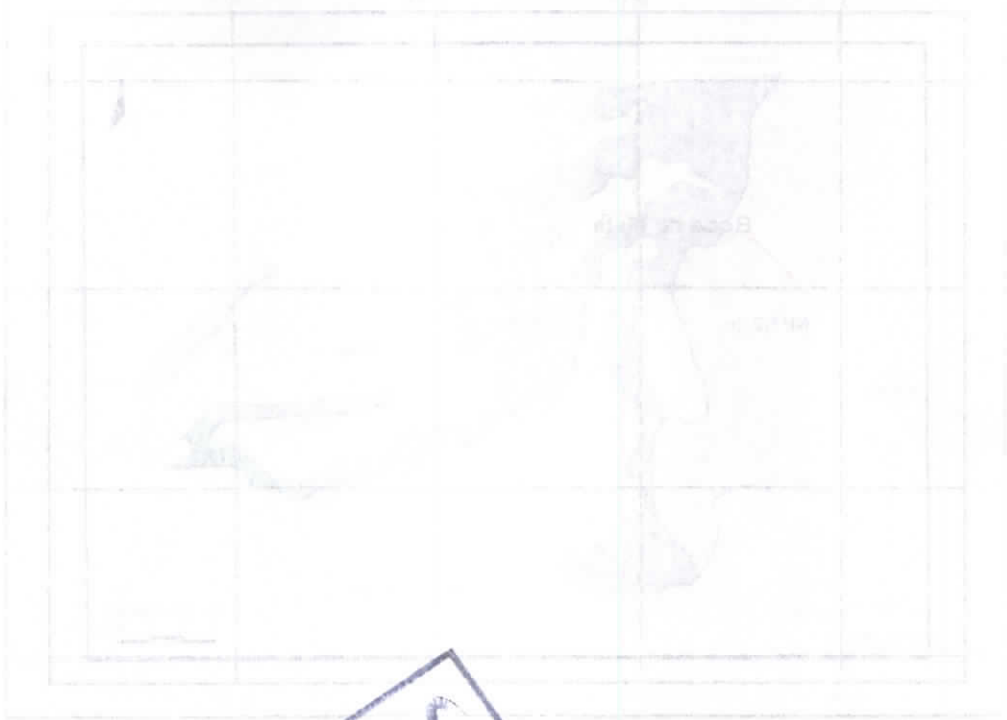


Figure 1. Map of the British Isles showing the distribution of the species.

EM BRANCE

1.4. *Species distribution*

The distribution of the species is shown in Figure 1. The species is found in the north and west of England, and in Scotland. It is also found in the south of England, but only in the south-west. The species is found in the north and west of England, and in Scotland. It is also found in the south of England, but only in the south-west. The species is found in the north and west of England, and in Scotland. It is also found in the south of England, but only in the south-west.

1.5. *Species distribution*

The distribution of the species is shown in Figure 1. The species is found in the north and west of England, and in Scotland. It is also found in the south of England, but only in the south-west. The species is found in the north and west of England, and in Scotland. It is also found in the south of England, but only in the south-west. The species is found in the north and west of England, and in Scotland. It is also found in the south of England, but only in the south-west.

quartzitos, micaxistos, gnaisses e metavulcânicas diversas do Grupo Macururé e ortognaisses (Proterozoico).

O Domínio Intersticial constituído por coberturas Tércio-quaternárias da Formação Barreiras e pelos aluviões e Sedimentos areno-argilosos de idade quaternária.



2. DRENAGEM URBANA

2.1. Terminologias

Os principais termos utilizados no dimensionamento de um sistema pluvial são:

Galeria - Canalizações públicas usadas para conduzir as águas pluviais provenientes das bocas de lobo e das ligações privadas;

Poço de Visita - Dispositivos que permitirem a inspeção e limpeza da rede. Estes dispositivos podem ser posicionados em pontos convenientes onde ocorrem mudanças de direção, declividade e/ou diâmetro, ou em trechos longos, em média a cada 100 m, para facilitar a inspeção e limpeza;

Trecho - Porção da galeria situada entre dois poços de visita;

Bocas de lobo - Dispositivos localizados em pontos convenientes, nas sarjetas, para captação das águas pluviais;

Tubos de ligação - São tubulações destinadas a conduzir as águas pluviais captadas nas bocas de lobo para as galerias ou poços de visita;

Meio-fio - Elementos de pedra ou concreto colocados entre o passeio e a via pública, paralelamente ao eixo da rua e com sua face superior no mesmo nível do passeio;

Sarjetas - Faixas de via pública paralelas e vizinhas ao meio-fio. A calha formada é a receptora das águas pluviais que incidem sobre as vias públicas;

Sarjetões - Calhas localizadas no cruzamento de vias públicas formadas pela sua própria pavimentação e destinadas a orientar o escoamento das águas sobre as sarjetas;

2.2. Concepção geral do projeto

O projeto prevê o detalhamento da drenagem através de Sarjetas (linha d'água), bocas de lobo a montante dos cruzamentos e poços de visita seguidos de galerias.



1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)

[Signature]

1000

100-443887-100

100

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

✓

A área de contribuição se limita a área do próprio povoado, uma vez que a água proveniente das estradas vicinais e empreendimentos da mesma bacia de drenagem será direcionada para sistema de drenagem complementar correspondente as respectivas áreas.

2.3. Critérios e parâmetros de projeto

2.3.1. Normas gerais adotadas

Foram observadas as prescrições das normas da ABNT, citando dentre elas as seguintes:

- Execução de obras de esgoto sanitário e drenagem de águas pluviais utilizando-se tubos e aduelas de concreto (NBR 15645);
- Projeto e execução de valas para assentamento de tubulação de água esgoto ou drenagem urbana – Procedimento (NBR 12266);
- Tubo de concreto de seção circular para águas pluviais e esgotos sanitários - Requisitos e métodos de ensaios (NBR 8890).

2.3.2. Caracterização Pluviométrica

O estudo hidrológico tem por objetivo o conhecimento do regime de chuvas visando fornecer subsídios para o estabelecimento da vazão de projeto a ser utilizada no dimensionamento hidráulico das estruturas que constituirão o sistema de drenagem. Para o estabelecimento da vazão de projeto se faz necessário o estudo de chuvas intensas. É sabido que a intensidade de precipitação é avaliada através de pluviógrafos. Entretanto, são poucas as localidades que contam com tais instrumentos.

O estudo hidrológico foi desenvolvido conforme os dados de pluviometria diária utilizando-se uma série de máximos totais diários no Posto de Observações Meteorológica da Fazenda Varrelas – Boca da Mata (AL), disponibilizados pela ANA, via internet, no sistema hidroweb, correspondente ao período de 1963 a 1991, por estar inserida na bacia e fornecer os períodos críticos, dentro do histórico hidrológico da região. Como metodologia adotou-se a Teoria de Gumbel, já consagrada por diversos autores. A tabela 1 apresenta as informações do posto de observação utilizado.





Tabela 1 – Posto de observação Fazenda Varrela – Boca da Mata

Código	936016	Município	BOCA DA MATA
Nome	FAZENDA VARRELA	Responsável	DNOCS
Código Adicional	3897491	Operadora	DNOCS
Bacia	ATLÂNTICO, TRECHO NORTE/NORDESTE (3)	Latitude	-9:42:0
Sub-bacia	RIOS CAPIBARIBE, MUNDAÚ E(39)	Longitude	-36:30:0
Rio	-	Altitude (m)	100
Estado	ALAGOAS	Área de Drenagem (km2)	-

A tabela 2 apresenta as precipitações máximas anuais pertinentes ao Posto da Fazenda Varrela – Boca da Mata. A partir dos valores desta tabela aplicou-se a Teoria de Gumbel utilizada com bons resultados para análise de máximos, expressa pela seguinte fórmula:

$$P(X \geq x) = 1 - e^{-e^{-y}} = \frac{1}{T}$$

Onde:

P - probabilidade de um valor extremo X ser maior ou igual a um dado valor x;

T - período de retorno;

y - variável reduzida Gumbel;

Aplicando ln em ambos os termos:

$$\begin{aligned}
 -e^{-e^{-y}} &= \frac{1}{T} - 1 \Rightarrow e^{-e^{-y}} = 1 - \frac{1}{T} \Rightarrow e^{-e^{-y}} = \frac{T-1}{T} \Rightarrow -e^{-y} = \ln\left(\frac{T-1}{T}\right) \\
 \Rightarrow e^{-y} &= -\ln\left(\frac{T-1}{T}\right) \Rightarrow -y = \ln\left[-\ln\left(\frac{T-1}{T}\right)\right] \Rightarrow y = -\ln\left[-\ln\left(\frac{T-1}{T}\right)\right]
 \end{aligned}$$

Como y depende de período de retorno T, pode-se escrever:



EM BRANC

$$y_T = -\ln \left[-\ln \left(\frac{T-1}{T} \right) \right]$$



A relação entre y_T e Q_T é dada por:

$$y_T = \frac{X_T - \bar{X} + 0,45 \cdot S_X}{0,7797 \cdot S_X}$$

Onde:

X_T - vazão (ou chuva) para um determinado período de retorno T ;

$\bar{X}$ = média da amostra;

S_X = desvio padrão da amostra.

y_T - variável reduzida Gumbel para período de retorno T .

Tabela 2 - Série de máximas precipitações de um dia- Fazenda Varrela – Boca da Mata

<i>ANO</i>	<i>Máx. Anual</i>	<i>ANO</i>	<i>Máx. Anual</i>
1963	71,40	1978	150,70
1964	88,30	1979	135,00
1965	71,00	1980	120,60
1966	108,00	1981	95,80
1967	88,60	1982	101,60
1968	125,20	1983	67,20
1969	50,00	1984	69,00
1970	62,00	1985	97,00
1971	50,00	1986	92,00
1972	50,00	1987	134,00
1973	25,00	1988	105,20
1974	75,00	1989	136,00
1975	108,20	1990	55,40
1976	56,00	1991	42,80
1977	72,80		



EMBRANCE

1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

MÉDIA (μ)	86,34
DESVIO PADRÃO (S)	32,31

Temos com os dados acima, a precipitação de um dia que não corresponde à precipitação de uma chuva com duração de 24h.

Portanto adotaram-se os coeficientes de desagregação de precipitações utilizados pela CETESB para diferentes períodos de retorno, conforme tabela 3.

Tabela 3 - Valores da máxima precipitação em Boca da Mata para diversas durações em função do período de retorno.

PRECIPITAÇÃO MÁXIMA (mm)					
Duração da Chuva	Coef.	2 anos	5 anos	10 anos	25 anos
24h/1d	1,14	92,38	124,93	146,49	173,72
12h/24h	0,85	68,88	93,15	109,22	129,53
10h/24h	0,82	66,45	89,86	105,37	124,96
8h/24h	0,78	63,20	85,48	100,23	118,86
6h/24h	0,72	58,34	78,90	92,52	109,72
1h/24h	0,42	34,03	46,03	53,97	64,00
30min/1h	0,74	25,18	34,06	39,94	47,36
25min/30min	0,91	22,92	30,99	36,34	43,10
20min/30min	0,81	20,40	27,59	32,35	38,36
15min/30min	0,7	17,63	23,84	27,96	33,15
10min/30min	0,54	13,60	18,39	21,57	25,58
5min/30min	0,34	8,56	11,58	13,58	16,10

Para o cálculo da intensidade de precipitação, dado que interessa no cálculo da vazão de escoamento em um determinado ponto, basta dividir o valor de cada precipitação máxima pela respectiva duração, conforme tabela 4.

Tabela 4 – Intensidade de precipitação(mm) x Tempo de retorno(min)

INTENSIDADE DE PRECIPITAÇÃO (mm) X Tempo de Concentração (min)					
Duração da Chuva	Coef.	TR - 2 anos	TR - 5 anos	TR - 10 anos	TR - 25 anos
24h/1d	1,14	3,85	5,21	6,10	7,24
12h/24h	0,85	5,74	7,76	9,10	10,79
10h/24h	0,82	6,64	8,99	10,54	12,50
8h/24h	0,78	7,90	10,68	12,53	14,86



VALOR TOTAL	R\$ 1.000,00
VALOR PAGADO	R\$ 32,31

Este documento é uma declaração de que o valor de R\$ 1.000,00 foi recebido em nome do(a) Sr(a) [NOME] em 15/05/2024. O valor foi pago em dinheiro e não há nenhuma restrição sobre o uso do mesmo. Este documento serve como comprovante de pagamento e não substitui a obrigação de pagar impostos devidos.

Assinatura: [ASSINATURA] - [NOME] - [CPF] - [RG] - [ENDEREÇO] - [Cidade/Estado/CEP] - [Data]

EM BRANCO

Este documento é uma declaração de que o valor de R\$ 1.000,00 foi recebido em nome do(a) Sr(a) [NOME] em 15/05/2024. O valor foi pago em dinheiro e não há nenhuma restrição sobre o uso do mesmo. Este documento serve como comprovante de pagamento e não substitui a obrigação de pagar impostos devidos.

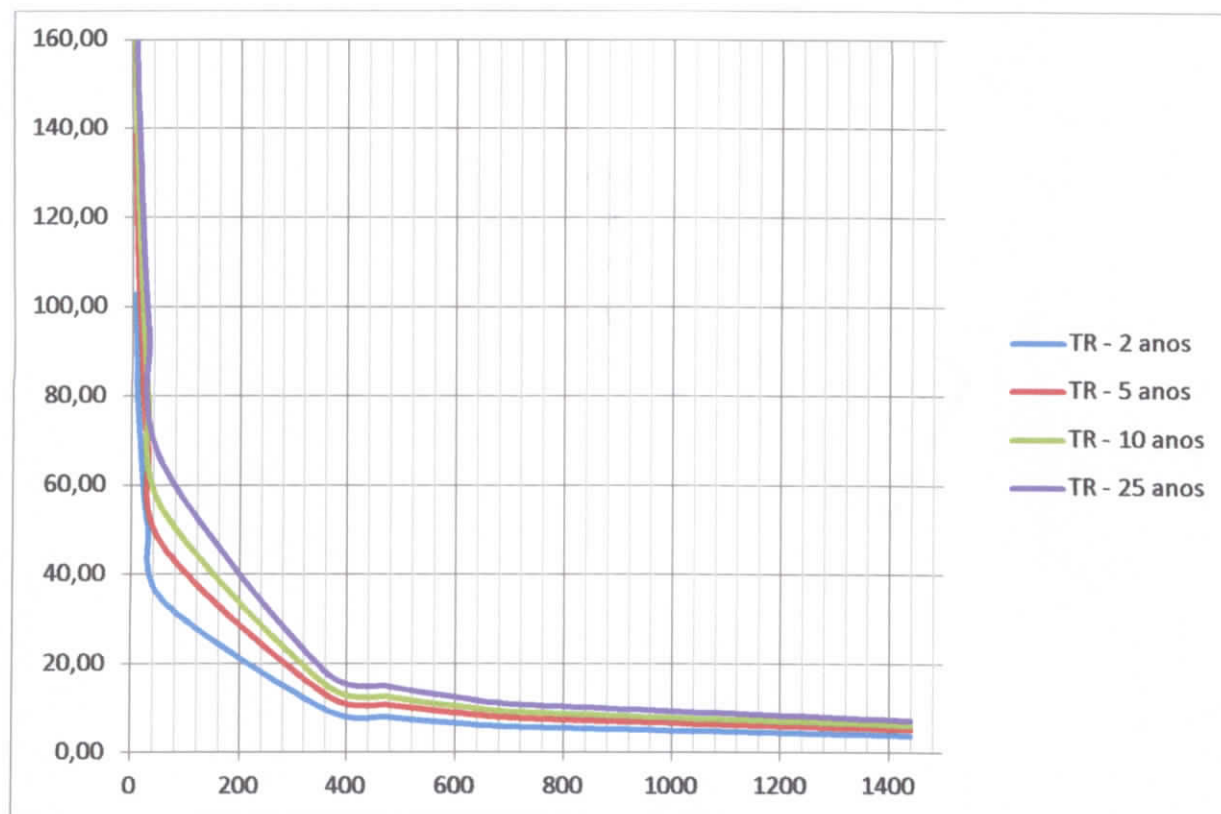
Valor: R\$ 1.000,00 - 15/05/2024 - 15:00 - R\$ 1.000,00

Item	Descrição	Valor	Total
1	Salário	1.000,00	1.000,00
2	Aluguel	32,31	32,31
3	Outros	0,00	0,00
Total		1.032,31	1.032,31

6h/24h	0,72	9,72	13,15	15,42	18,29
1h/24h	0,42	34,03	46,03	53,97	64,00
30min/1h	0,74	50,37	68,12	79,87	94,72
25min/30min	0,91	55,00	74,39	87,22	103,44
20min/30min	0,81	61,20	82,77	97,05	115,09
15min/30min	0,7	70,52	95,37	111,82	132,61
10min/30min	0,54	81,60	110,35	129,39	153,45
5min/30min	0,34	102,75	138,97	162,94	193,24

A partir dos elementos da Tabela 4 traçam-se curvas de intensidade x duração para diversos períodos de retorno, que permitem a obtenção da intensidade da chuva para qualquer duração apresentados no gráfico 1.

Gráfico 1 – Intensidade (mm) x Tempo de concentração (min)



2.3.3. Metodologia de determinação da vazão: Método Racional



Para a vazão do projeto de Drenagem de águas pluviais de vias do Povoado Peri Peri, localizado na cidade de Boca da Mata (AL), utilizamos o Método Racional, visto ser o método mais utilizado para bacias com áreas menores do que 3km².

Menores erros funcionais advirão da maior acuidade na determinação dos coeficientes de escoamento superficial e dos demais parâmetros necessários para determinação das vazões que influirão diretamente nas dimensões das obras do sistema a ser implantado.

O Método Racional relaciona axiomáticamente à precipitação com o deflúvio, considerando as principais características da bacia, tais como área, permeabilidade, forma, declividade média, etc., sendo a vazão de dimensionamento calculada pela seguinte expressão:

$$Q = 2,78.C. i. A$$

Onde:

Q - deflúvio superficial direto em litros por segundo;

C - coeficiente de escoamento superficial;

i - intensidade média de chuva para a precipitação ocorrida durante o tempo de concentração da bacia em estudo, em milímetro por minuto;

A - área da bacia de contribuição em ha.

O método presume como conceito básico, portanto, que a contribuição máxima ocorrerá quando toda a bacia de montante estiver contribuindo para a seção em estudo, implicando que o deflúvio seja decorrente de uma precipitação média de duração igual ao tempo de concentração da bacia e que esta é uma parcela da citada precipitação.

2.3.4. Tempo de concentração

Conceitua-se tempo de concentração como o espaço de tempo decorrido desde o início da precipitação torrencial sobre a bacia até o instante em que toda esta bacia passa a contribuir para o escoamento na seção de jusante da mesma.

Em um sistema de galerias corresponde a duas parcelas distintas, sendo a primeira denominada de "tempo de entrada", ou seja, tempo necessário para que as contribuições superficiais atinjam a seção inicial de projeto, enquanto que a segunda corresponde ao tempo



gasto pelo escoamento através dos condutos, a partir do instante em que toda a bacia passa a contribuir para a seção em estudo, esta parcela é denominada de "tempo de percurso".

O tempo de percurso, como o próprio conceito mostra, tem cálculo puramente hidráulico, visto que o mesmo é função das velocidades nos trechos de montante, enquanto que o tempo de entrada depende essencialmente da conformação superficial da bacia, variando inversamente com a intensidade de chuva. Deve-se observar também que o escoamento superficial torna-se mais veloz à medida que se aproxima dos pontos de coleta ou em superfícies impermeabilizadas.

Para o referido Povoado temos apenas uma bacia limitada a área do empreendimento e adotamos o tempo de entrada como sendo de 10 minutos.

2.3.5. Tempo de Retorno e Intensidade das Precipitações

No dimensionamento de sistemas de drenagem define-se intensidade de chuva como a quantidade de água caída na unidade de tempo, para uma precipitação com determinado período de retorno e com duração igual ao tempo de concentração.

No caso do dimensionamento de galerias a intensidade de chuva é determinada a partir da equação de chuva adotada, onde a duração corresponde ao tempo de concentração e a intensidade a obter-se será a média máxima.

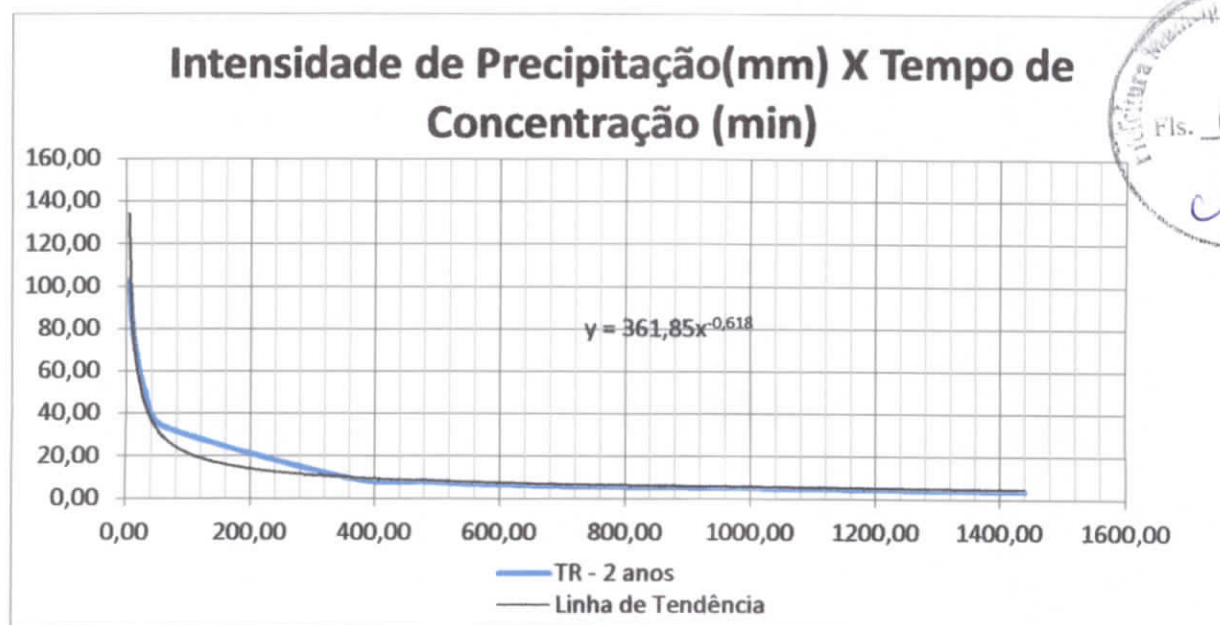
Para o cálculo da intensidade de chuva foi desenvolvido o estudo hidrológico a partir de dados pluviométricos de posto com pluviógrafo no município de Boca da Mata. Nesse estudo se apresenta as curvas de intensidade-duração obtida para períodos de retorno.

Seguindo orientação (DAEE/CETESB, 1980), para o dimensionamento da rede de drenagem do loteamento foi utilizado tempo de retorno igual a 2 anos (área residencial).

A ilustração a seguir apresenta graficamente os valores da intensidade em função da duração da chuva com sua respectiva linha de tendência, para o período de recorrência de 2 anos.

Gráfico 2 – Intensidade (mm) x Tempo de concentração (min) para tempo de retorno de 2 anos





Para aplicação da fórmula racional, a vazão de projeto de uma dada seção é função do tempo de concentração, assim como da intensidade da chuva, cuja duração é suposta como sendo igual ao tempo de concentração em questão.

2.3.6. Coeficiente de deflúvio superficial direto

Este coeficiente exprime a relação entre o volume de escoamento livre superficial e o total precipitado.

É por definição a grandeza, no método racional, que requer maior acuidade na sua determinação, tendo em vista o grande número de variáveis que influem no volume escoado, tais como infiltração, armazenamento, evaporação, detenção, etc., tornando necessariamente, uma adoção empírica do valor adequado.

Na prática ocorrem frequentemente ser a área contribuinte composta de várias "naturezas" de superfície, resultando assim um coeficiente ponderado em função do percentual correspondente a cada tipo de revestimento.

O coeficiente de escoamento superficial poderá ser avaliado a partir da superfície ou do tipo de ocupação da sub-bacia em questão. Portanto, para o referido povoado, o coeficiente foi avaliado com base no tipo de ocupação, sendo adotado C igual a 0,60 representando área residencial com unidades múltiplas (ASCE, 1969).



Intensidade de Precipitação (mm) X Tempo de Concentração (min)



Este gráfico mostra a relação entre a intensidade da precipitação e o tempo de concentração. A curva indica que a intensidade da precipitação aumenta rapidamente com o tempo de concentração, atingindo um valor máximo de aproximadamente 100 mm após 40 minutos.

EM BRANCO

Este gráfico pode ser utilizado para determinar a intensidade da precipitação a partir do tempo de concentração, ou vice-versa.

Para utilizar este gráfico, é necessário conhecer o tempo de concentração da área de drenagem e a intensidade da precipitação média anual. Com esses dados, é possível determinar a intensidade da precipitação para o tempo de concentração desejado.

Exemplo: Se o tempo de concentração for de 30 minutos e a intensidade da precipitação média anual for de 80 mm, a intensidade da precipitação para o tempo de concentração desejado será de aproximadamente 100 mm.

Este gráfico é uma ferramenta útil para o planejamento e a gestão de recursos hídricos, permitindo a avaliação da capacidade de infiltração do solo e a determinação da necessidade de obras de infraestrutura hídrica.



2.3.7. Ruas e Sarjetas

As águas ao caírem nas áreas urbanas escoam inicialmente pelos terrenos até chegarem às ruas. Sendo as ruas abauladas (declividade transversal), e tendo inclinação longitudinal, as águas escoarão rapidamente para as sarjetas e, destas ruas abaixo. Se a vazão for excessiva ocorrerá: (I) alagamento e seus reflexos, (II) inundação das calçadas, (III) velocidades exageradas com erosão do pavimento.

A capacidade de condução da rua ou da sarjeta pode ser calculada a partir de duas hipóteses:

- 1) a água escoando por toda a calha da rua; ou
- 2) a água escoando somente pelas sarjetas.

Para a primeira hipótese, admite-se a declividade transversal da rua a 3% e a altura da água na sarjeta de 0,15 m. Para a segunda hipótese, admite-se declividade transversal também de 3% e altura de água na sarjeta de 0,10 m, conforme o esquema abaixo para fins de cálculo considerando a capacidade das sarjetas (faixa de inundação).

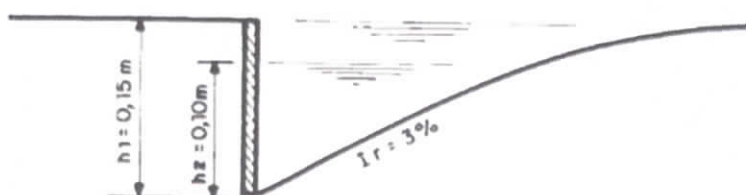


Figura 1 – Seção da sarjeta.

Com estes dados a verificação da vazão máxima escoada pode ser calculada utilizando a equação de Manning:

$$Q = (1/n) \cdot R h^{2/3} \cdot A \cdot i^{1/2}$$

Onde:

Q: vazão escoada;

A: área da seção da sarjeta;

1.2. Lire le texte

Le sport est devenu une activité essentielle pour tous les Français. Il permet de se tenir en forme, de se détendre et de rencontrer de nouvelles personnes. Les clubs sportifs offrent une structure et un cadre pour pratiquer différents sports. Les équipements sportifs sont également très importants pour garantir la sécurité et la qualité des pratiques. Les fédérations sportives jouent un rôle clé dans l'organisation et le développement du sport en France.

Le sport est aussi un moyen de lutter contre la sédentarité et les maladies liées à un mode de vie peu actif. Il contribue ainsi à améliorer la santé publique et à réduire les dépenses de santé.

Enfin, le sport est un vecteur de cohésion sociale et de valeurs positives.

Il permet de développer l'esprit d'équipe, le respect et la solidarité.

Le sport est donc une véritable école de la vie. Il nous apprend à nous dépasser, à respecter les règles et à accepter la défaite. C'est pourquoi il est si important de promouvoir le sport à tous les niveaux de la société. Les collectivités locales ont un rôle crucial à jouer en matière de sport, notamment en facilitant l'accès aux équipements sportifs et en soutenant les clubs locaux.

EN BRANC



Figure 1 : Schéma d'un coin de pièce

Le sport est donc une véritable école de la vie. Il nous apprend à nous dépasser, à respecter les règles et à accepter la défaite. C'est pourquoi il est si important de promouvoir le sport à tous les niveaux de la société.

Le sport est donc une véritable école de la vie.

Figure 1 : Schéma d'un coin de pièce

Figure 1

Figure 1 : Schéma d'un coin de pièce

Figure 1 : Schéma d'un coin de pièce

Figure 1

Figure 1 : Schéma d'un coin de pièce

Rh: raio hidráulico em m;

i: declividade longitudinal da rua;

n: coeficiente de Manning, utilizando $n = 0,016$ (Paralelepípedos).



Quando a vazão calculada for maior do que a capacidade da sarjeta, é necessário que se utilizem as bocas de lobo para retirar o excesso, evitando assim que se causem os transtornos anteriormente mencionados.

2.3.8 Bocas de Lobo

Foram utilizadas bocas-de-lobo de guia, sem depressão, com capacidade de engolimento igual a:

$$Q = 1,7 \cdot L \cdot y^{3/2}$$

Onde: Q é vazão de engolimento em m^3/s ; y é a altura de água próxima a abertura na guia em metros; L é o comprimento da soleira em metros.

2.3.9 Galerias

No calculo do diâmetro das galerias precisamos calcular alguns parâmetros como:

2.3.9.1 Constante K

A constante K é calculada em função da vazão, coeficiente de Manning, diâmetro e declividade, de acordo com a equação abaixo (Menezes Filho, 2007).

$$K = Q \cdot n \cdot D^{-8/3} \cdot Sg^{-1/2}$$

Onde: k – constante; Q – vazão (m^3/s); n – coeficiente de Manning ($m^{-1/3} \cdot s$);

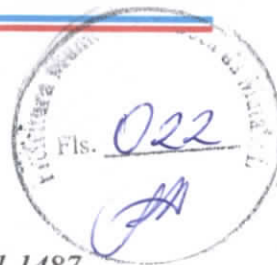
D – diâmetro (m); Sg – declividade (m/m)

2.3.9.2 Ângulo central da dada superfície livre (θ)



100

© 2004 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 111–118



Utiliza-se a equação abaixo, de acordo com Menezes Filho (2007).

$$\Theta = 5915,8 . K 5 + 5201,2 . k 4 + 1786,6 . k 3 + 298,89 . k 2 + 32,113 . k + 1,1487$$

Onde: k – constante; Θ – ângulo central

2.3.9.3 Relação altura-diâmetro (y/D)

Conhecido o ângulo central da superfície livre “ θ ”, pode-se obter a relação altura da lâmina d’água-diâmetro “y/D” pela Equação:

$$y/D = \frac{1}{2} . (1 - \cos (\theta/2))$$

2.3.9.4 Área Molhada (A)

Conhecido o ângulo central da superfície livre “ θ ”, pode-se obter também a área molhada “A” pela Equação:

$$A = D^2 . ((\theta - \sin \theta) / 8)$$

2.3.9.5 Velocidade do escoamento (V)

Conhecida a vazão “Q” no trecho e a área molhada “A”, calcula-se a velocidade pela Equação:

$$V = Q / A$$

Onde V – velocidade do escoamento (m/s); Q – vazão (m³/s); A – área molhada (m²).

2.3.9.6 Tempo de percurso (tp)

1. The first of the two main objectives of the study is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

2. The second objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

3. The third objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

4. The fourth objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

5. The fifth objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

6. The sixth objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

7. The seventh objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

EMBRANCE

8. The eighth objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

9. The ninth objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

10. The tenth objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

11. The eleventh objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

12. The twelfth objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

13. The thirteenth objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

14. The fourteenth objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

15. The fifteenth objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

16. The sixteenth objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.

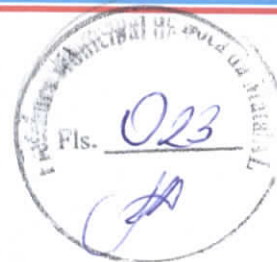
17. The seventeenth objective is to identify the main factors that influence the growth of the economy.



É a razão entre a extensão e a velocidade do escoamento na galeria.

$$tp = L / (V \cdot 60)$$

Onde, tp – tempo de percurso (min); L – extensão da galeria (m); V – velocidade do escoamento (m/s).



2.4 Dimensionamento

2.4.1 Capacidade de condução hidráulica de ruas e sarjetas

De acordo com a largura das ruas do referido povoado, em média 8 metros, foi adotado a altura da água na sarjeta em 0,15m, com uma declividade transversal da rua de 3%.

Conforme planilha apresentada na no item 2.4.6 do memorial, onde foram calculadas a capacidade das sarjetas para cada trecho. Para o trecho de pior situação, trecho 34.3-34.2, temos uma capacidade de condução hidráulica da sarjeta igual a 135,18 l/s, considerando um fator de redução de 0.5, sendo superior a vazão calculada de 87,202 l/s de acordo com os dados de precipitação. Portanto, observa-se que a capacidade de condução hidráulica das ruas e sarjetas são superiores as vazões de escoamento para todos os trechos, com exceção de alguns trechos que foram projetados bocas de lobo intermediárias.

O meio-fio deverá ter as seguintes dimensões: Altura = 30 cm, largura do coroamento = 12 cm, largura da base = 12 cm. A linha d'água pode ser de paralelepípedos ou de concreto (neste caso com uma espessura mínima de 8 (oito) centímetros. O meio fio deve ficar com um espelho mínimo de 15 (quinze) centímetros. O passeio deve ter uma declividade transversal de 1 a 2% para a rua.

2.4.2 Capacidade de engolimento das Bocas de Lobo

Foram utilizadas bocas coletoras simples, de guia, sem depressão, apenas em ponto baixo de sarjeta e cruzamentos. Dimensões: 15 cm de guia, 100 cm de soleira e 100 cm de altura.



Assim, temos que a capacidade de engolimento de uma boca de lobo simples com essas dimensões é de 98,76 l/s. Como para as ruas foi definida uma boca de lobo para cada lado, temos uma capacidade de engolimento total de 197,5 l/s.

Portanto, observa-se no trecho de pior situação, trecho 34.3-34.2, com vazão de 87,202 l/s, a vazão de engolimento é maior que a vazão de pior situação. Assim, temos que na maioria dos pontos a vazão de contribuição é menor que a vazão de engolimento, com exceção de alguns trechos que foram necessários bocas coletoras em pontos intermediários.

2.4.3 Ramais entre bocas de lobo e poços de visita

Os ramais entre bocas-de-lobo e os poços de visita serão em tubos de concreto pré-moldado com diâmetro comercial de 400 mm. Portanto, serão utilizados em média 10 metros de tubos de concreto pré-moldado de 400 mm para cada ramal.

2.4.4 Poços de visita

Serão instalados 61 poços de visita em alvenaria ou concreto armado quadrado com lados medindo 1,20 metro com tampão em ferro fundido DN 600 com classe de pressão CL 300. Portanto, serão 61 poços de visita com profundidade variando de 1,30 m à 3,03 m.



EMBRANC

EMBRANCO

Coef. de rug. de Manning (tubo concreto): 0,016

BACIA - POVOADO PERI PERI																							
Trecho	L	Áreas (ha)		Precip.	Tc	Q ₀	Q	Dealc.	Dadot.	St	Sg	Sadot	k	Θ	y/D	A	V	te	Cot. do terr. (m)		Greide (m)		Pro
(PV)	(m)	trecho	acum.	mm/h	(min)	(l/s)	(l/s)	(m)	(m)	(m/m)	(m/m)	(m/m)			(%)		m/s	(min)	mont.	jus	mont.	jus.	mont
22.5-	45,15	0,502	0,502	87,202	10,00	73,0	73,0	0,306	0,60	0,008	0,008	0,008	0,05	2,22	27,8	0,064	1,14	0,66	146,491	146,137	145,191	144,837	1,30
22.4-	37,42	0,500	1,002	83,826	10,66	69,9	140,1	0,370	0,60	0,010	0,010	0,010	0,09	2,58	36,1	0,092	1,52	0,41	146,137	145,748	144,837	144,448	1,30
22.3-	35,81	0,423	1,425	81,896	11,07	57,8	194,7	0,454	0,60	0,007	0,007	0,007	0,15	3,07	48,2	0,135	1,44	0,41	145,748	145,505	144,448	144,205	1,30
22.2-	38,39	0,364	1,789	80,062	11,48	48,6	238,9	0,542	0,60	0,004	0,004	0,004	0,24	3,77	65,5	0,196	1,22	0,53	145,505	145,353	144,205	144,053	1,30
22.1	53,65	0,474	2,263	77,879	12,01	61,6	294,0	0,563	0,60	0,001	0,005	0,005	0,26	3,97	70,2	0,212	1,39	0,65	145,353	145,290	144,053	143,790	1,30
22.1-22	39,16	0,650	2,913	75,400	12,65	81,7	366,4	0,570	0,80	0,007	0,007	0,007	0,13	2,90	44,0	0,213	1,72	0,38	145,290	145,011	143,790	143,511	1,50
22-21	39,02	0,465	3,378	74,037	13,03	57,4	417,2	0,639	0,80	0,005	0,005	0,005	0,17	3,25	52,7	0,269	1,55	0,42	145,011	144,815	143,511	143,315	1,50
21-20	39,62	0,475	3,853	72,604	13,45	57,5	466,6	0,754	0,80	0,003	0,003	0,003	0,27	4,00	70,9	0,381	1,23	0,54	144,815	144,712	143,315	143,212	1,50
20-19	44,36	0,510	4,363	70,862	13,99	60,3	515,7	0,732	0,80	0,004	0,004	0,004	0,25	3,83	67,0	0,358	1,44	0,51	144,712	144,547	143,212	143,047	1,50
19-18	37,13	0,378	4,741	69,303	14,50	43,7	548,0	0,740	0,80	0,002	0,004	0,004	0,25	3,89	68,4	0,366	1,50	0,41	144,547	144,637	143,047	142,900	1,50
17-16	31,11	0,235	4,976	68,109	14,92	26,7	565,3	0,816	0,80	0,010	0,003	0,003	0,33	4,82	87,2	0,465	1,22	0,43	144,637	144,322	142,900	142,822	1,74
16-15	48,38	0,439	5,415	66,933	15,34	49,0	604,6	0,747	0,80	0,000	0,005	0,005	0,26	3,95	69,6	0,373	1,62	0,50	144,322	144,300	142,822	142,600	1,50
15.3-	37,13	0,901	0,901	87,202	10,00	131,1	131,1	0,328	0,60	0,007	0,018	0,018	0,06	2,34	30,6	0,073	1,79	0,35	144,750	144,500	143,450	142,800	1,30
15.1	57,42	0,616	1,517	85,389	10,35	87,7	216,1	0,535	0,60	0,003	0,003	0,003	0,23	3,70	63,9	0,191	1,13	0,84	144,300	144,500	143,000	142,800	1,30
15.2-	85,25	0,226	1,743	81,347	11,19	30,7	236,5	0,596	0,60	0,002	0,002	0,002	0,31	4,43	80,1	0,243	0,97	1,46	144,500	144,300	142,800	142,600	1,70
15.1-15	57,16	0,404	7,562	75,414	12,65	50,8	951,2	0,932	1,00	0,000	0,003	0,003	0,26	3,93	69,3	0,580	1,64	0,58	144,300	144,300	142,600	142,400	1,70



EMBRANC

DRENAGEM URBANA E PAVIMENTAÇÃO – POVOADO PERI PERI – BOCA DA MATA/AL

14.1-14	62,25	1,145	1,145	87,202	10,00	166,5	166,5	0,383	0,60	0,003	0,012	0,012	0,09	2,64	37,7	0,097	1,71	0,61	144,450	144,280	143,150	142,380	1,30
14-13	29,47	0,186	8,707	84,082	10,61	26,1	1221,1	0,801	1,00	0,001	0,013	0,013	0,17	3,26	53,0	0,422	2,89	0,17	144,280	144,250	142,380	142,000	1,90
13-12	30,46	0,301	9,008	83,261	10,78	41,8	1251,0	0,918	1,00	0,005	0,007	0,007	0,25	3,85	67,3	0,562	2,23	0,23	144,250	144,100	142,000	141,800	2,25
12.1-12	43,37	0,202	0,202	87,202	10,00	29,4	29,4	0,172	0,60	0,005	0,028	0,028	0,01	1,47	12,9	0,021	1,38	0,52	144,300	144,100	143,000	141,800	1,30
12-11	91,02	0,395	9,605	84,488	10,52	55,7	1353,6	1,160	1,20	0,001	0,002	0,002	0,28	4,18	74,8	0,908	1,49	1,02	144,100	144,000	141,800	141,600	2,30
11-10	49,17	1,202	10,807	79,805	11,54	160,0	1438,6	1,058	1,00	0,006	0,004	0,004	0,36	5,77	98,4	0,783	1,84	0,45	144,000	143,700	141,600	141,400	2,40
10-9	112,35	1,120	11,927	77,958	11,99	145,6	1550,9	1,270	1,20	0,005	0,002	0,002	0,36	5,80	98,6	1,128	1,38	1,36	143,700	143,100	141,400	141,200	2,30
9-8	84,36	1,184	13,111	72,944	13,35	144,1	1595,2	1,045	1,20	0,005	0,005	0,005	0,21	3,60	61,3	0,726	2,20	0,64	143,100	142,650	141,200	140,750	1,90
8-7	39,08	0,442	13,553	70,862	13,99	52,2	1601,9	1,012	1,20	0,001	0,006	0,006	0,20	3,46	57,8	0,678	2,36	0,28	142,650	142,600	140,750	140,500	1,90
7-6	41,58	0,253	13,806	70,013	14,27	29,5	1612,3	0,991	1,00	0,001	0,007	0,007	0,30	4,42	79,7	0,672	2,40	0,29	142,600	142,550	140,500	140,200	2,10
6-5	45,03	1,003	14,809	69,152	14,55	115,7	1708,1	1,110	1,20	0,007	0,004	0,004	0,25	3,89	68,3	0,823	2,08	0,36	142,550	142,220	140,200	140,000	2,35
5-4	161,27	0,251	15,060	68,111	14,92	28,5	1711,0	1,148	1,20	0,000	0,004	0,004	0,28	4,10	73,0	0,885	1,93	1,39	142,220	142,200	140,000	139,400	2,22
32-31	56,11	0,210	0,210	87,202	10,00	30,5	30,5	0,211	0,60	0,010	0,010	0,010	0,02	1,67	16,4	0,030	1,01	0,93	144,800	144,247	143,500	142,947	1,30
31-30	39,78	0,412	0,622	82,557	10,93	56,7	85,7	0,354	0,60	0,001	0,005	0,005	0,08	2,49	34,0	0,085	1,01	0,66	144,247	144,226	142,947	142,750	1,30
30-29	48,97	0,278	0,900	79,638	11,58	36,9	119,6	0,490	0,60	0,005	0,002	0,002	0,18	3,33	54,8	0,159	0,75	1,08	144,226	143,967	142,750	142,667	1,48
29-28	72,52	0,535	1,435	75,359	12,66	67,2	180,4	0,353	0,60	0,022	0,022	0,022	0,08	2,49	33,9	0,084	2,14	0,57	143,967	142,360	142,667	141,060	1,30
28-27	97,70	0,251	1,686	73,351	13,23	30,7	206,3	0,464	0,60	0,000	0,007	0,007	0,16	3,14	50,0	0,141	1,46	1,11	142,360	142,382	141,060	140,400	1,30
27.4-27.3	40,48	0,303	0,303	87,202	10,00	44,1	44,1	0,276	0,60	0,005	0,005	0,005	0,04	2,04	23,9	0,052	0,85	0,79	143,666	143,465	142,366	142,165	1,30
27.3-27.2	37,68	0,419	0,722	83,185	10,79	58,1	100,2	0,318	0,60	0,012	0,012	0,012	0,06	2,29	29,4	0,069	1,45	0,43	143,465	143,015	142,165	141,715	1,30
27.2-27.1	36,05	0,673	1,395	81,182	11,23	91,1	188,9	0,424	0,60	0,009	0,009	0,009	0,12	2,88	43,4	0,118	1,61	0,37	143,015	142,682	141,715	141,382	1,30
27.1-27	28,45	0,464	1,859	79,555	11,60	61,6	246,7	0,366	0,60	0,011	0,035	0,035	0,08	2,55	35,5	0,090	2,74	0,17	142,682	142,382	141,382	140,400	1,30
27-26	31,86	0,555	4,100	78,831	11,77	73,0	539,1	0,675	0,80	0,001	0,006	0,006	0,20	3,46	57,9	0,302	1,79	0,30	142,382	142,342	140,400	140,200	1,98
26-25	47,92	0,578	4,678	77,626	12,07	74,8	605,7	0,761	0,80	0,005	0,004	0,004	0,27	4,06	72,2	0,389	1,56	0,51	142,342	142,566	140,200	140,000	2,14
39.1-39	74,91	0,203	0,203	87,202	10,00	29,5	29,5	0,216	0,60	0,008	0,008	0,008	0,02	1,69	16,8	0,031	0,94	1,33	145,780	145,161	144,480	143,861	1,30
39-38	48,48	0,237	0,440	80,729	11,33	31,9	59,2	0,358	0,60	0,002	0,002	0,002	0,08	2,51	34,5	0,086	0,68	1,18	145,161	145,053	143,861	143,753	1,30



OUTUBRO/2015

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
026

CONFIDENTIAL

EMBRANCE

DRENAGEM URBANA E PAVIMENTAÇÃO – POVOADO PERI PERI – BOCA DA MATA/AL

38.1-38	73,87	0,316	0,316	87,202	10,00	46,0	46,0	0,271	0,60	0,006	0,006	0,006	0,006	0,04	2,01	23,3	0,050	0,92	1,34	145,490	145,053	144,190	143,753	1,30
38-37	47,47	0,396	1,152	80,685	11,34	53,3	155,0	0,477	0,60	0,003	0,003	0,003	0,003	0,17	3,23	52,2	0,149	1,04	0,76	145,053	144,896	143,753	143,596	1,30
37.1-37	73,97	0,308	0,308	87,202	10,00	44,8	44,8	0,272	0,60	0,005	0,005	0,005	0,005	0,04	2,02	23,4	0,050	0,89	1,39	145,302	144,896	144,002	143,596	1,30
37-36	48,33	0,522	1,982	80,469	11,39	70,1	266,0	0,472	0,60	0,010	0,010	0,010	0,010	0,16	3,19	51,3	0,146	1,82	0,44	144,896	144,397	143,596	143,097	1,30
36.1-36	74,59	0,306	0,306	87,202	10,00	44,5	44,5	0,256	0,60	0,008	0,008	0,008	0,008	0,03	1,92	21,4	0,044	1,00	1,24	144,958	144,397	143,658	143,097	1,30
36-35	48,52	0,409	2,697	81,125	11,24	55,3	364,9	0,586	0,60	0,006	0,006	0,006	0,006	0,29	4,26	76,6	0,232	1,57	0,51	144,397	144,100	143,097	142,800	1,30
35.1-35	74,62	0,255	0,255	87,202	10,00	37,1	37,1	0,242	0,60	0,007	0,007	0,007	0,007	0,03	1,84	19,7	0,039	0,94	1,32	144,630	144,100	143,330	142,800	1,30
35-34	85,31	0,156	3,108	80,763	11,32	21,0	418,7	0,603	0,60	0,002	0,007	0,007	0,007	0,31	4,58	83,0	0,251	1,67	0,85	144,100	143,911	142,800	142,211	1,30
34.3-34.2-	85,75	0,324	0,324	87,202	10,00	47,1	47,1	0,345	0,60	0,002	0,002	0,002	0,002	0,07	2,44	32,8	0,081	0,58	2,45	144,748	144,600	143,448	143,300	1,30
34.1	48,69	0,632	0,956	76,174	12,45	80,3	121,5	0,355	0,60	0,010	0,010	0,010	0,010	0,08	2,50	34,1	0,085	1,43	0,57	144,600	144,123	143,300	142,823	1,30
34.1-34	48,20	0,462	1,418	74,098	13,01	57,1	175,3	0,388	0,60	0,004	0,013	0,013	0,013	0,10	2,67	38,4	0,100	1,75	0,46	144,123	143,911	142,823	142,211	1,30
34-33	53,39	0,631	6,113	72,529	13,47	76,3	739,5	0,829	1,00	0,001	0,004	0,004	0,004	0,19	3,39	56,1	0,454	1,63	0,55	143,911	143,844	142,211	142,000	1,70
33-25	147,29	1,413	7,526	70,771	14,02	166,8	888,4	0,704	0,80	0,008	0,014	0,014	0,014	0,22	3,64	62,4	0,330	2,69	0,91	143,844	142,600	142,000	140,000	1,84
25-24	68,81	0,719	12,923	68,066	14,93	81,6	1467,2	1,135	1,20	0,001	0,003	0,003	0,003	0,27	4,02	71,3	0,863	1,70	0,67	142,600	142,534	140,000	139,800	2,60
24-23	47,92	0,918	13,841	66,233	15,61	101,4	1529,1	1,077	1,20	0,002	0,004	0,004	0,004	0,23	3,74	64,6	0,773	1,98	0,40	142,534	142,634	139,800	139,600	2,73
23-4	44,41	0,825	0,825	65,195	16,01	89,7	89,7	0,367	0,60	0,010	0,005	0,005	0,005	0,08	2,56	35,6	0,090	0,99	0,74	142,634	142,200	139,600	139,400	3,03
4 - 3	50,37	0,791	30,517	63,388	16,75	83,6	3226,6	1,438	1,20	0,000	0,004	0,004	0,004	0,50	26,86	17,6	4,658	0,69	1,21	142,200	142,200	139,400	139,200	2,80
3.2-3.1	100,03	0,307	0,307	87,202	10,00	44,7	44,7	0,216	0,60	0,011	0,019	0,019	0,019	0,02	1,69	16,8	0,031	1,42	1,17	143,492	142,375	142,192	140,300	1,30
3.1-3	96,00	0,466	0,773	85,220	10,38	66,2	109,9	0,332	0,60	0,003	0,011	0,011	0,011	0,06	2,37	31,2	0,075	1,46	1,09	142,375	142,100	140,300	139,200	2,07
3 - 2	45,92	0,614	31,904	83,162	10,80	85,2	4425,6	1,340	1,20	0,017	0,011	0,011	0,011	0,42	9,47	48,9	1,712	2,59	0,30	142,100	141,300	139,200	138,700	2,90
2 - 1	35,94	0,173	33,866	80,062	11,48	23,1	4522,6	1,420	1,20	0,019	0,008	0,008	0,008	0,49	21,76	55,7	3,876	1,17	0,51	141,300	140,600	138,700	138,400	2,60
1 - F	30,36	-	33,866	-	31,66	-	4522,6	0,782	0,80	0,240	0,201	0,201	0,201	0,29	4,28	76,9	0,415	10,91	0,05	140,600	133,300	138,400	132,300	2,20
	3606,24																							

[Handwritten signature]



Fls. 027
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

OUTUBRO/2015

10-11-1967 2044

EM BRANC

10-11-1967 2044

2.4.6 Dimensionamento das ruas e sarjetas

Trecho	Rua	D. Transv	Cap. Calha	Coef. Manning	ÁREA	PERIM	RAIO	TERRENO		L	S	Q	Q _{IX}	FR	Q _{PROJ}	Q _{PRECIP.}
								MONT.	JUS.							
Contribuição p/ PV	m	m/m	m		m ²	m	m			m	m/m	l/s	l/s		l/s	l/s
22.5-22.4	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	146,491	146,137	45,15	0,008	288,1	576,2	0,5	288,11	87,202
22.4-22.3	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	146,137	145,748	37,42	0,010	331,7	663,5	0,5	331,75	83,826
22.3-22.2	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	145,748	145,505	35,81	0,007	268,0	536,1	0,5	268,03	81,896
22.2-22.1	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	145,505	145,353	38,39	0,004	204,7	409,5	0,5	204,74	80,062
22.1-22	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	145,353	145,290	53,65	0,001	111,5	223,0	0,5	111,50	77,879
22-21	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	145,290	145,011	39,16	0,007	274,6	549,3	0,5	274,64	75,400
21-20	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	145,011	144,815	39,02	0,005	230,6	461,2	0,5	230,60	74,037
20-19	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,815	144,712	39,62	0,003	165,9	331,8	0,5	165,90	72,604
19-18	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,712	144,547	44,36	0,004	198,4	396,9	0,5	198,44	70,862
18-17	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,547	144,637	37,13	0,002	160,2	320,4	0,5	160,19	69,303
17-16	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,637	144,322	31,11	0,010	327,4	654,8	0,5	327,41	68,109
16-15	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,322	144,300	48,38	0,000	69,4	138,8	0,5	69,38	66,933
15.3-15.1	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,750	144,500	37,13	0,007	267,0	534,0	0,5	266,99	87,202
15.2-15.1	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,300	144,500	57,42	0,003	192,0	384,1	0,5	192,03	85,389
15.1-15	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,500	144,300	85,25	0,002	157,6	315,2	0,5	157,60	81,347
15-14	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,300	144,280	57,16	0,000	60,9	121,7	0,5	60,86	75,414
14.1-14	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,450	144,280	62,25	0,003	170,0	340,1	0,5	170,03	87,202
14-13	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,300	144,250	29,47	0,002	134,0	268,0	0,5	134,02	82,623
13-12	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,250	144,100	30,46	0,005	228,3	456,7	0,5	228,33	81,610



OUTUBRO/2015

DRENAGEM URBANA E PAVIMENTAÇÃO – POVOADO PERI PERI – BOCA DA MATA/AL

12.1-12	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,300	144,100	43,37	0,005	221,0	441,9	0,5	220,95	87,202
12-11	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,100	144,000	91,02	0,001	107,8	215,7	0,5	107,85	83,697
11-10	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,000	143,700	49,17	0,006	254,2	508,3	0,5	254,15	79,119
10-9	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	143,700	143,100	112,35	0,005	237,8	475,6	0,5	237,78	77,884
9-8	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	143,100	142,650	84,36	0,005	237,6	475,3	0,5	237,64	74,634
8-7	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	142,650	142,600	39,08	0,001	116,4	232,8	0,5	116,38	72,437
7-6	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	142,600	142,550	41,58	0,001	112,8	225,7	0,5	112,83	71,542
6-5	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	142,550	142,220	45,03	0,007	278,5	557,1	0,5	278,54	70,631
5-4	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	142,220	142,200	161,27	0,000	36,2	72,5	0,5	36,23	69,537
32-31	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,800	144,247	56,11	0,010	323,0	646,0	0,5	323,02	87,202
31-30	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,247	144,226	39,78	0,001	74,8	149,5	0,5	74,76	82,557
30-29	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,226	143,967	48,97	0,005	236,6	473,3	0,5	236,63	79,638
29-28	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	143,967	142,360	72,52	0,022	484,4	968,7	0,5	484,35	75,359
28-27	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	142,360	142,382	97,70	0,000	48,8	97,7	0,5	48,83	73,351
27.4-27.3	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	143,666	143,465	40,48	0,005	229,3	458,6	0,5	229,28	87,202
27.3-27.2	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	143,465	143,015	37,68	0,012	355,6	711,2	0,5	355,58	83,185
27.2-27.1	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	143,015	142,682	36,05	0,009	312,7	625,4	0,5	312,72	81,182
27.1-27	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	142,682	142,382	28,45	0,011	334,1	668,2	0,5	334,12	79,555
27-26	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	142,382	142,342	31,86	0,001	115,3	230,6	0,5	115,29	78,831
26-25	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	142,342	142,566	47,92	0,005	222,5	444,9	0,5	222,46	77,626
39.1-39	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	145,780	145,161	74,91	0,008	295,8	591,5	0,5	295,77	87,202
39-38	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	145,161	145,053	48,48	0,002	153,6	307,1	0,5	153,57	80,729
38.1-38	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	145,053	145,053	73,87	0,006	250,3	500,5	0,5	250,26	87,202
38-37	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	145,053	144,896	47,47	0,003	187,1	374,2	0,5	187,12	80,685
37.1-37	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	145,302	144,896	73,97	0,005	241,1	482,1	0,5	241,06	87,202
37-36	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,896	144,397	48,33	0,010	330,6	661,2	0,5	330,62	80,469



OUTUBRO/2015



EM BRANCO

DRENAGEM URBANA E PAVIMENTAÇÃO – POVOADO PERI PERI – BOCA DA MATA/AL

36.1-36	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,958	144,397	74,59	0,008	282,2	564,4	0,5	282,18	87,202
36-35	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,397	144,100	48,52	0,006	254,6	509,1	0,5	254,57	81,125
35.1-35	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,630	144,100	74,62	0,007	274,2	548,4	0,5	274,22	87,202
35-34	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,100	143,911	85,31	0,002	153,1	306,3	0,5	153,15	80,763
34.3-34.2	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,748	144,600	85,75	0,002	135,2	270,4	0,5	135,18	87,202
34.2-34.1	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,600	144,123	48,69	0,010	322,0	644,1	0,5	322,05	76,174
34.1-34	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	144,123	143,911	48,20	0,004	215,8	431,6	0,5	215,79	74,098
34-33	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	143,911	143,844	53,39	0,001	115,3	230,5	0,5	115,26	72,329
33-25	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	143,844	142,600	147,29	0,008	299,0	598,0	0,5	299,02	70,771
25-24	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	142,600	142,534	68,81	0,001	100,8	201,5	0,5	100,77	68,066
24-23	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	142,534	142,634	47,92	0,002	148,6	297,3	0,5	148,64	66,233
23-4	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	142,634	142,200	44,41	0,010	321,7	643,3	0,5	321,65	65,195
4 - 3	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	142,200	142,100	50,37	0,002	145,0	290,0	0,5	144,98	63,388
3.2-3.1	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	143,492	142,375	100,03	0,011	343,8	687,7	0,5	343,83	87,202
3.1-3	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	142,375	142,200	96,00	0,002	138,9	277,8	0,5	138,92	85,220
3 - 2	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	142,200	141,300	45,92	0,020	455,5	911,0	0,5	455,52	83,162
2 - 1	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	141,300	140,600	35,94	0,019	454,1	908,2	0,5	454,09	80,062
1 - F	8	0,0375	4	0,016	0,3	4,15	0,072	140,600	133,300	30,36	0,240	1595,5	3191,0	0,5	1595,49	=
Altura da água na sarjeta: 0,15																



[Handwritten signature]

OUTUBRO/2015

EMBRANCE

1. The first step in the process of identifying a problem is to recognize that a problem exists. This is often done by comparing current performance with a desired state or goal. If there is a discrepancy, a problem is identified.

2. The second step is to define the problem. This involves identifying the specific aspects of the problem that need to be addressed. This can be done by asking questions such as "What is the problem?" and "What are the symptoms?"

3. The third step is to analyze the problem. This involves identifying the causes of the problem and the factors that contribute to it. This can be done by asking questions such as "What are the causes of the problem?" and "What are the contributing factors?"

4. The fourth step is to develop a solution. This involves identifying the actions that need to be taken to solve the problem. This can be done by asking questions such as "What actions need to be taken?" and "What resources are needed?"

5. The fifth step is to implement the solution. This involves putting the solution into action. This can be done by asking questions such as "How will the solution be implemented?" and "What is the timeline for implementation?"

6. The sixth step is to evaluate the solution. This involves assessing the effectiveness of the solution and making adjustments as needed. This can be done by asking questions such as "How effective is the solution?" and "What adjustments need to be made?"

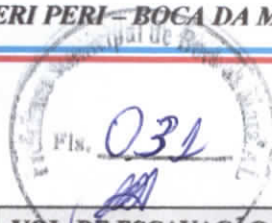
7. The seventh step is to monitor the solution. This involves keeping track of the progress of the solution and making adjustments as needed. This can be done by asking questions such as "How is the solution progressing?" and "What adjustments need to be made?"

8. The eighth step is to document the solution. This involves recording the steps that were taken to solve the problem and the results of the solution. This can be done by asking questions such as "What steps were taken?" and "What were the results?"

9. The ninth step is to communicate the solution. This involves sharing the solution with others who may be affected by it. This can be done by asking questions such as "Who needs to know about the solution?" and "How will the solution be communicated?"

10. The tenth step is to review the solution. This involves reflecting on the process of solving the problem and identifying lessons learned. This can be done by asking questions such as "What lessons were learned?" and "How can the process be improved?"

2.4.7 Memorial de cálculo dos serviços



Trecho	Extensão	Prof. da vala (m)	Largura da Vala(m)	DIAM. Tubo (m)	Berço de Areia (m³)	VOL. DE ESCAVAÇÃO	Volume do tubo (m3)	Volume Reaterro (m3)
						PARCIAL (m3)		
						< 1,5 m		
22.5-22.4	45,15	1,45	1,20	0,60	8,13	78,56	12,76	57,67
22.4-22.3	37,42	1,45	1,20	0,60	6,74	65,11	10,57	47,80
22.3-22.2	35,81	1,45	1,20	0,60	6,45	62,31	10,12	45,74
22.2-22.1	38,39	1,45	1,20	0,60	6,91	66,80	10,85	49,04
22.1-22	53,65	1,45	1,20	0,60	9,66	93,35	15,16	68,53
22-21	39,16	1,65	1,40	0,80	8,22	90,46	19,67	62,56
21-20	39,02	1,65	1,40	0,80	8,19	90,14	19,60	62,34
20-19	39,62	1,65	1,40	0,80	8,32	91,52	19,91	63,30
19-18	44,36	1,65	1,40	0,80	9,32	102,47	22,29	70,87
18-17	37,13	1,65	1,40	0,80	7,80	85,77	18,65	59,32
17-16	31,11	1,65	1,40	0,80	6,53	71,86	15,63	49,70
16-15	48,38	1,65	1,40	0,80	10,16	111,76	24,31	77,29
15.3-15.1	37,13	1,45	1,20	0,60	6,68	64,61	10,49	47,43
15.2-15.1	57,42	1,45	1,20	0,60	10,34	99,91	16,23	73,35
15.1-15	85,25	1,45	1,20	0,60	15,35	148,34	24,09	108,90
15-14	57,16	1,85	1,60	1,00	13,72	169,19	44,87	110,60
14.1-14	62,25	1,45	1,20	0,60	11,21	108,32	17,59	79,52
14-13	29,47	1,85	1,60	1,00	7,07	87,23	23,13	57,02
13-12	30,46	1,85	1,60	1,00	7,31	90,16	23,91	58,94
12.1-12	43,37	1,45	1,20	0,60	7,81	75,46	12,26	55,40
12-11	91,02	2,05	1,80	1,20	24,58	335,86	102,89	208,40
11-10	49,17	1,85	1,60	1,00	11,80	145,54	38,60	95,14
10-9	112,35	2,05	1,80	1,20	30,33	414,57	127,00	257,24
9-8	84,36	2,05	1,80	1,20	22,78	311,29	95,36	193,15
8-7	39,08	2,05	1,80	1,20	10,55	144,21	44,18	89,48
7-6	41,58	1,85	1,60	1,00	9,98	123,08	32,64	80,46
6-5	45,03	2,05	1,80	1,20	12,16	166,16	50,90	103,10
5-4	161,27	2,05	1,80	1,20	43,54	595,09	182,30	369,24
32-31	56,11	1,45	1,20	0,60	10,10	97,63	15,86	71,67
31-30	39,78	1,45	1,20	0,60	7,16	69,22	11,24	50,81
30-29	48,97	1,45	1,20	0,60	8,81	85,21	13,84	62,55
29-28	72,52	1,45	1,20	0,60	13,05	126,18	20,49	92,64
28-27	97,70	1,45	1,20	0,60	17,59	170,00	27,61	124,80
27.4-27.3	40,48	1,45	1,20	0,60	7,29	70,44	11,44	51,71
27.3-27.2	37,68	1,45	1,20	0,60	6,78	65,56	10,65	48,13
27.2-27.1	36,05	1,45	1,20	0,60	6,49	62,73	10,19	46,05
27.1-27	28,45	1,45	1,20	0,60	5,12	49,50	8,04	36,34



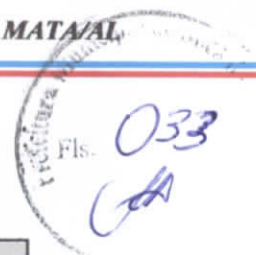
Fls. 032

27-26	31,86	1,65	1,40	0,80	6,69	73,60	16,01	50,90
26-25	47,92	1,65	1,40	0,80	10,06	110,70	24,08	76,56
39.1-39	74,91	1,45	1,20	0,60	13,48	130,34	21,17	95,69
39-38	48,48	1,45	1,20	0,60	8,73	84,36	13,70	61,93
38.1-38	73,87	1,45	1,20	0,60	13,30	128,53	20,88	94,36
38-37	47,47	1,45	1,20	0,60	8,54	82,60	13,42	60,64
37.1-37	73,97	1,45	1,20	0,60	13,31	128,71	20,90	94,49
37-36	48,33	1,45	1,20	0,60	8,70	84,09	13,66	61,74
36.1-36	74,59	1,45	1,20	0,60	13,43	129,79	21,08	95,28
36-35	48,52	1,45	1,20	0,60	8,73	84,42	13,71	61,98
35.1-35	74,62	1,45	1,20	0,60	13,43	129,84	21,09	95,32
35-34	85,31	1,45	1,20	0,60	15,36	148,44	24,11	108,97
34.3-34.2	85,75	1,45	1,20	0,60	15,44	149,21	24,23	109,54
34.2-34.1	48,69	1,45	1,20	0,60	8,76	84,72	13,76	62,20
34.1-34	48,20	1,45	1,20	0,60	8,68	83,87	13,62	61,57
34-33	53,39	1,85	1,60	1,00	12,81	158,03	41,91	103,31
33-25	147,29	1,65	1,40	0,80	30,93	340,24	74,00	235,31
25-24	68,81	2,05	1,80	1,20	18,58	253,91	77,78	157,55
24-23	47,92	2,05	1,80	1,20	12,94	176,82	54,17	109,72
23-4	44,41	1,45	1,20	0,60	7,99	77,27	12,55	56,73
4 - 3	50,37	2,05	1,80	1,20	13,60	185,87	56,94	115,33
3.2-3.1	100,03	1,45	1,20	0,60	18,01	174,05	28,27	127,78
3.1-3	96	1,45	1,20	0,60	17,28	167,04	27,13	122,63
3 - 2	45,92	2,05	1,80	1,20	12,40	169,44	51,91	105,14
2 - 1	35,94	2,05	1,80	1,20	9,70	132,62	40,63	82,29
Ramais das bocas de lobo	1900	1,25	1,00	0,40	285,00	2.375,00	238,64	1.851,36
	5.475,88				744,89	8.354,10	1.916,01	5.693,20

RESUMO - SERVIÇOS	
Esavação Total (m3)	8354,10
Vol. das Tubulações	1916,01
Berço Areia (m3)	744,89
Brita	74,49
Reaterro total (m3)	5693,20
Número de Ligações	238

ESCAVAÇÃO				
Tipo de Escav.	Mecanizada		Manual	
	90,00%		10,00%	
Tipo de solo	1 CAT	2 CAT	1 CAT	2 CAT
	70,0%	30,0%	80,0%	20,0%
	5263,08	2255,61	668,33	167,08





DADOS	
Acrescimo largura da vala	0,60
Altura do berço de areia (m)	0,15
Recobrimento mínimo (m)	0,70

ASSENT. TUBUL. (m)	
Diam.	Comp.
400	1900,00
600	2026,73
800	505,85
1000	212,06
1200	831,24
Total	5475,88

>obs: Ramais das Bocas de lobo.

ESCADARIA (Volume de Concreto)		
Espessura do Concreto = 0,25m	Dimensões dos Degraus	Paredes
	(0,50 x 0,57m)	Espessura do Concreto = 0,25m
Quantidade de Degraus = 8	Largura = 1,0m	Altura Média = 1,0m
		Comp. Total = 6,7m
Volume total	2,14	3,35
Volume de Corte do Terreno = Asectrans x Largura da Escada		
5,09		



3. PAVIMENTAÇÃO

3.1 Considerações iniciais

O presente projeto tem por objetivo fornecer diretrizes para a execução da pavimentação do Povoado Peri Peri, no município alagoano de Boca da Mata.

As ruas do Povoado Peri Peri ainda não foram totalmente contempladas com pavimentação, tendo seu leito carroçável em terreno natural. A execução da pavimentação proporcionará a melhoria da qualidade de vida dos moradores, facilitando o tráfego de veículos e pedestres nos dias chuvosos e reduzindo os casos de doenças respiratórias devido à poeira.

Pretende-se aqui especificar os materiais e técnicas referentes à Pavimentação com Paralelepípedo, com emprego de meio fio de concreto pré-moldado nas ruas do Povoado Peri Peri, Boca da Mata Alagoas.

Os dados utilizados foram fornecidos pelos interessados, através do projeto de urbanização.

3.2 Concepção de projeto

Dadas às características topográficas da área e a pequenez da área do empreendimento, determinou-se a necessidade de projetar um sistema constituído de:

- Meio-Fio; e
- Pavimentação

A pavimentação projetada para todo o loteamento será em paralelepípedos, contemplando toda a extensão dos arruamentos.

3.3 Descritivo técnico - Pavimentação

A Pavimentação para o Povoado Peri Peri foi projetada em paralelepípedo em pedras de granito com feldspato azul, a ser aplicado em toda a área disponibilizada para o arruamento no partido urbanístico do futuro Loteamento, aplicando-se os conceitos definidos pelas Normas Específicas, que regem projetos desta natureza.



1. PRESENTAÇÃO

1.1. Apresentação inicial

O presente projeto tem por objetivo a contratação de uma empresa para a execução dos serviços de manutenção e reparação das instalações elétricas e hidráulicas do prédio da Prefeitura Municipal de São João del-Rei, no município de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais.

A empresa interessada em participar deve apresentar uma proposta técnica e financeira, bem como um plano de trabalho detalhado, que demonstre a capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços.

Para a elaboração da proposta, a empresa deve considerar as especificações técnicas e materiais necessários para a execução dos serviços, bem como os custos envolvidos, incluindo mão de obra, materiais, transporte e outros.

As propostas devem ser entregues até o dia 15 de maio de 2014, às 14h30min, no endereço: Rua da Liberdade, 100, Centro, São João del-Rei, Minas Gerais.

EM BRANCO

1.2. Descrição do projeto

O projeto consiste na manutenção e reparação das instalações elétricas e hidráulicas do prédio da Prefeitura Municipal de São João del-Rei, no município de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais.

• Mão de obra

• Materiais

A execução dos serviços será realizada por uma equipe técnica especializada, sob a supervisão de um engenheiro responsável.

1.3. Descrição técnica - Especificações

A empresa interessada deve apresentar uma proposta técnica detalhada, que demonstre a capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços, bem como um plano de trabalho detalhado, que demonstre a capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços.

As especificações técnicas para a execução dos serviços são as seguintes:

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



As presentes especificações têm por objetivo estabelecer as orientações gerais de caráter técnico, que deverão ser seguidas nas obras de implantação do Sistema de Drenagem Urbana e Pavimentação do Povoado Peri Peri, no Município de Boca da Mata.

4.1. Considerações iniciais

Tudo será executado de acordo com os projetos respectivos e em consonância com as atuais normas Técnicas da ABNT.

4.2. Considerações gerais

A obra será fiscalizada por intermédio de engenheiro (s) designado (s) e respectivos auxiliares, elementos esses doravante indicados pelo nome FISCALIZAÇÃO.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da EMPREITEIRA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos das cláusulas e condições destas Especificações e do Contrato, bem como de tudo o que estiver contido no Projeto, nas Normas, Especificação e Métodos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Deverá a EMPREITEIRA acatar de modo imediato às ordens da FISCALIZAÇÃO, dentro destas Especificações e do Contrato.

Ficam reservados a FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso, omissos, não previsto no Contrato, nestas Especificações, no Projeto e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com a obra em questão e seus complementos.

A EMPREITEIRA deverá permanentemente ter e colocar A disposição da FISCALIZAÇÃO os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção das instalações de obra, dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções e medições para efeito de faturamento e, ainda, independentemente do estado da obra e do canteiro de trabalho.

A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da EMPREITEIRA no que concerne às obras e suas implicações



4. EFETIVIDADES TÉCNICAS

As presentes especificações têm por objetivo estabelecer os critérios de seleção de projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico a serem executados no âmbito do Programa de Saneamento Básico do Município de São Paulo.

4.1. Efetividades técnicas

Os projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico devem atender aos seguintes requisitos:

4.1.1. Efetividades técnicas

4.1.1.1. Efetividades técnicas

Os projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico devem atender aos seguintes requisitos:

4.1.1.1.1. Efetividades técnicas

Os projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico devem atender aos seguintes requisitos:

4.1.1.1.1.1. Efetividades técnicas

Os projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico devem atender aos seguintes requisitos:

4.1.1.1.1.1.1. Efetividades técnicas

Os projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico devem atender aos seguintes requisitos:

4.1.1.1.1.1.1.1. Efetividades técnicas

Os projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico devem atender aos seguintes requisitos:

4.1.1.1.1.1.1.1.1. Efetividades técnicas

Os projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico devem atender aos seguintes requisitos:

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Efetividades técnicas

Os projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico devem atender aos seguintes requisitos:

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Efetividades técnicas

Os projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico devem atender aos seguintes requisitos:

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Efetividades técnicas

Os projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico devem atender aos seguintes requisitos:

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Efetividades técnicas

Os projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico devem atender aos seguintes requisitos:

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Efetividades técnicas

Os projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico devem atender aos seguintes requisitos:

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Efetividades técnicas

Os projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico devem atender aos seguintes requisitos:

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Efetividades técnicas

Os projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico devem atender aos seguintes requisitos:

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Efetividades técnicas

Os projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico devem atender aos seguintes requisitos:

4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1. Efetividades técnicas

próximas ou remotas, sempre de conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela EMPREITEIRA, providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.

Pela EMPREITEIRA a condução da obra ficará a cargo de pelo menos um engenheiro registrado no CREA da Região. Deverá esse engenheiro ser auxiliado em cada frente de trabalho por um encarregado devidamente habilitado.

Todas as ordens dadas pela FISCALIZAÇÃO ao(s) engenheiros(s) condutor (es) da obra serão consideradas como se fossem dirigidas a EMPREITEIRA; por outro lado, todo e qualquer ato efetuado ou disposição tomada pelo(s) referido(s) engenheiro(s), ou ainda omissões da responsabilidade do(s) mesmo(s), serão consideradas para todo e qualquer efeito como tendo sido da EMPREITEIRA.

O(s) engenheiro(s) condutor (es) da obra a o(s) encarregado(s), cada um no seu âmbito respectivo, deverão estar sempre em condições de atender A FISCALIZAÇÃO e prestar-lhes todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, a sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo o mais que a FISCALIZAÇÃO reputar necessário ou útil e que só refira, diretamente, à obra e suas implicações.

O quadro do pessoal da EMPREITEIRA empregado na obra deverá ser constituído de elementos competentes, hábeis e disciplinado, qualquer que seja a sua função, cargo ou atividade. A EMPREITEIRA é obrigada a afastar imediatamente do serviço e do canteiro do trabalho todo e qualquer elemento julgado pela FISCALIZAÇÃO com conduta inconveniente e que possa prejudicar o bom andamento da obra, a perfeita execução dos serviços e a ordem do canteiro.

A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivo técnico, de segurança, disciplinar ou outros. Em todos os casos, os serviços só poderão ser reiniciados por outra ordem da FISCALIZAÇÃO.

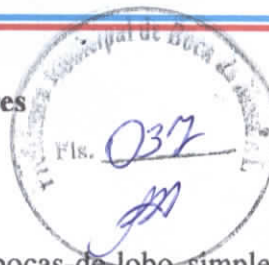
A EMPREITEIRA não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela FISCALIZAÇÃO, salvo os eventuais de emergência.



EM BRANCO

4.3. Implantação da obra e serviços preliminares

4.3.1. Bocas de Lobo



Serão implantadas 190 unidades, todas sendo bocas-de-lobo simples sem depressão com altura da guia igual a 15 cm e soleira medindo 100 cm.

As Bocas-de-Lobo são dispositivos a serem executados junto aos meios-fios ou meios-fios com sarjetas, em áreas urbanizadas, com o objetivo de captar as águas pluviais e conduzi-las à rede condutora. Na dependência da vazão de chegada a ponto de coleta d'água poderão ser executadas bocas-de-lobo simples ou duplas, ambas com tampa de concreto estrutural, sendo as etapas executivas a seguir descritas aplicáveis a ambas:

- Escavação e remoção do material existente, de forma a comportar a boca-de-lobo prevista;
- Compactação da superfície resultante no fundo da escavação, e execução de base de concreto com espessura de acordo com o projeto;
- Execução das paredes de concreto, conectando a boca-de-lobo à rede condutora a jusante o(s) tubo(s) de entrada e/ou saída à alvenaria executada, através de rejunte com argamassa, traço 1:4;
- Instalação do meio-fio;

4.3.2. Poços de visita

Serão implantadas 61 unidades com lados medindo 1,2 m e tampão em ferro fundido DN 600 com profundidades variando de 1,3 m à 3,03 m.

Poços de vista são os dispositivos auxiliares implantados nas redes de águas pluviais, a fim de possibilitar a ligação das bocas-de-lobo à rede coletora e permitir as mudanças de direção, de declividade e dos diâmetros de tubos empregados, além de propiciar acesso para efeito de limpeza e inspeção da rede, devendo, para isso, ser instalados em pontos convenientes.

4.3.3. Redes de drenagem - Galerias

A rede de drenagem terá uma extensão de 3.606,24 m em tubos de concreto pré-moldado com diâmetros variando de 600mm e 1200mm.



1.2. Objeto da obra e serviços prestados

1.2.1. Descrição da obra

Trata-se de uma obra de natureza intelectual, sendo que o objeto da obra é a criação de um programa de computador, o qual tem como finalidade a realização de cálculos matemáticos e a geração de gráficos.

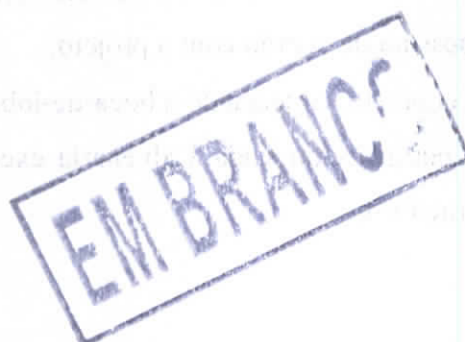
O programa de computador é desenvolvido em linguagem de programação e tem como finalidade a realização de cálculos matemáticos e a geração de gráficos. O programa é desenvolvido em linguagem de programação e tem como finalidade a realização de cálculos matemáticos e a geração de gráficos.

O programa de computador é desenvolvido em linguagem de programação e tem como finalidade a realização de cálculos matemáticos e a geração de gráficos.

O programa de computador é desenvolvido em linguagem de programação e tem como finalidade a realização de cálculos matemáticos e a geração de gráficos.

O programa de computador é desenvolvido em linguagem de programação e tem como finalidade a realização de cálculos matemáticos e a geração de gráficos.

O programa de computador é desenvolvido em linguagem de programação e tem como finalidade a realização de cálculos matemáticos e a geração de gráficos.



1.2.2. Descrição da obra

Trata-se de uma obra de natureza intelectual, sendo que o objeto da obra é a criação de um programa de computador, o qual tem como finalidade a realização de cálculos matemáticos e a geração de gráficos.

O programa de computador é desenvolvido em linguagem de programação e tem como finalidade a realização de cálculos matemáticos e a geração de gráficos.

O programa de computador é desenvolvido em linguagem de programação e tem como finalidade a realização de cálculos matemáticos e a geração de gráficos.

O programa de computador é desenvolvido em linguagem de programação e tem como finalidade a realização de cálculos matemáticos e a geração de gráficos.

1.2.3. Descrição da obra

Trata-se de uma obra de natureza intelectual, sendo que o objeto da obra é a criação de um programa de computador, o qual tem como finalidade a realização de cálculos matemáticos e a geração de gráficos.

A rede será locada de acordo com a indicação em planta, devendo ser colocado piquetes de madeira a fim de garantir o alinhamento da escavação.

A rede coletora será constituída por tubos de concreto armado de seção circular, que deverão preferencialmente, ser instalados sob canteiros anexos ao pavimento. No caso de instalação da rede sob a área trafegável, os tubos se apoiarão sobre berços idênticos aos previstos para bueiros tubulares ou conforme projeto. A sequência executiva envolve as seguintes etapas:

- Escavação das valas com as declividades e profundidades previstas no projeto, em largura superior ao diâmetro do tubo em 60cm ou na largura indicada pela Fiscalização;
- Compactação do fundo das valas com soquetes manuais ou mecânicos;
- Instalação dos tubos, conectando-se às bocas-de-lobo, caixas de ligação e passagem, poços de visitas ou saídas de concreto;
- Rejuntamento dos tubos com argamassa cimento-areia, traço 1:4; e;
- Execução do reaterro.

Os tubos de concreto armado a serem empregados terão armadura simples e serão do tipo de encaixe macho e fêmea ou ponta e bolsa, devendo atender às prescrições contidas na NBR 9794 da ABNT – “Tubo de Concreto Armado de Seção Circular para Águas Pluviais”. A classe de tubo a empregar deverá ser compatível com a altura de aterro prevista. Os tubos deverão ser rejuntados com argamassa de cimento-areia, traço 1:4.

4.3.4. Bocas de Bueiro (Alas de Lançamento)

A execução das bocas de bueiros, executados com alvenaria de pedra argamassada, será feita segundo as etapas desenvolvidas a partir da parte inferior da obra obedecendo a sequência a seguir:

Sobre a cava de fundação, serão instaladas as formas laterais da calçada, inclusive as calçadas das bocas e dos muros (elevações). Segue-se a execução da calçada até a cota superior da mesma e 0,20m dos muros.

Serão complementadas as formas dos muros e dos talha-mares e instaladas as das alas e dados. Segue-se a execução até a cota superior final destes elementos.



1. La zona localizada al sudoeste de la finca, denominada "Zona 1", es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona.

2. La zona 2, situada al noreste de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona. La zona 3, situada al suroeste de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona. La zona 4, situada al noroeste de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona.

3. La zona 5, situada al este de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona. La zona 6, situada al oeste de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona.

4. La zona 7, situada al sur de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona. La zona 8, situada al norte de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona. La zona 9, situada al centro de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona.



5. La zona 10, situada al nordeste de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona. La zona 11, situada al suroeste de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona. La zona 12, situada al noroeste de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona.

6. La zona 13, situada al este de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona.

7. La zona 14, situada al oeste de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona. La zona 15, situada al sur de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona.

8. La zona 16, situada al norte de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona. La zona 17, situada al centro de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona.

9. La zona 18, situada al nordeste de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona. La zona 19, situada al suroeste de la finca, es la que se propone investigar a fin de determinar el tipo de suelo que predomina en esta zona.

Executa-se os muros de testa em alvenaria de pedra argamassada. A execução das alas será desenvolvida a partir da parte inferior da obra, calçadas, muros, alas e martelos. As pedras para alvenaria deverão ser distribuídas de modo que sejam completamente rejuntadas pela argamassa e não possibilitem a formação de vazios. Deverão ficar no mínimo 0,03m afastadas da forma.

Concluída a execução do corpo e das bocas, será efetuado o revestimento da laje de fundo do corpo e da soleira, utilizando-se argamassa de cimento-areia, traço 1:4. Após terminada a obra, todas as erosões encontradas deverão ser preenchidas com enrocamento de pedra jogada. As bocas deverão estar completamente desimpedidas de vegetação e outros detritos, e permitir perfeito escoamento às águas de entrada e saída.

4.3.5. Escavação

A escavação será predominantemente em terrenos de 1ª e 2ª categoria.

As valas deverão ser abertas através de escavação cuidadosa, com largura mínima de 0,90 m (noventa centímetros) e profundidade tal que garanta um recobrimento mínimo de 0,7 m acima da geratriz superior da tubulação, conforme anexo.

As escavações a serem executadas obedecerão rigorosamente às cotas e perfis do Projeto, permitindo fácil escoamento das águas pluviais.

A escavação manual consiste na escavação de material solto ou frouxo e de outros materiais, onde não for possível a utilização do equipamento mecânico convencional da escavação ou em áreas onde o emprego de equipamento mecânico danifique outras estruturas existentes.

A escavação mecanizada consiste na escavação de solos, de rocha alterada ou fraturada, e de pedras soltas, por qualquer equipamento de terraplenagem.

As superfícies de escavação deverão ser protegidas por lona plástica, para controle do fluxo das águas pluviais.

As escavações em valas deverão propiciar, depois de concluídas, as condições para montagem das tubulações em planta e perfil, conforme os elementos do Projeto, sem deflexões desnecessárias.

O fundo das valas deverá ser perfeitamente regularizado e, quando necessário, apiloado. Para os trechos em rocha, ou que apresentem arestas em saliências rígidas, o fundo



Foram avaliados os riscos de contaminação da água subterrânea por meio de estudos de campo e de laboratório. A avaliação de risco foi realizada com base nos dados coletados durante a investigação de campo e nos resultados das análises de laboratório. Os resultados das análises de laboratório indicam que a contaminação da água subterrânea é baixa, sendo que a maioria dos pontos amostrados apresenta valores dentro dos limites estabelecidos para a proteção da saúde humana.

Os dados de campo também indicam que a contaminação da água subterrânea é baixa, sendo que a maioria dos pontos amostrados apresenta valores dentro dos limites estabelecidos para a proteção da saúde humana. Os resultados das análises de campo e de laboratório são consistentes, indicando que a contaminação da água subterrânea é baixa e que a maioria dos pontos amostrados apresenta valores dentro dos limites estabelecidos para a proteção da saúde humana.

4.1.3. Conclusão

Os resultados das análises de campo e de laboratório indicam que a contaminação da água subterrânea é baixa, sendo que a maioria dos pontos amostrados apresenta valores dentro dos limites estabelecidos para a proteção da saúde humana. Os dados de campo também indicam que a contaminação da água subterrânea é baixa, sendo que a maioria dos pontos amostrados apresenta valores dentro dos limites estabelecidos para a proteção da saúde humana.



Os resultados das análises de campo e de laboratório indicam que a contaminação da água subterrânea é baixa, sendo que a maioria dos pontos amostrados apresenta valores dentro dos limites estabelecidos para a proteção da saúde humana. Os dados de campo também indicam que a contaminação da água subterrânea é baixa, sendo que a maioria dos pontos amostrados apresenta valores dentro dos limites estabelecidos para a proteção da saúde humana.

Os resultados das análises de campo e de laboratório indicam que a contaminação da água subterrânea é baixa, sendo que a maioria dos pontos amostrados apresenta valores dentro dos limites estabelecidos para a proteção da saúde humana. Os dados de campo também indicam que a contaminação da água subterrânea é baixa, sendo que a maioria dos pontos amostrados apresenta valores dentro dos limites estabelecidos para a proteção da saúde humana.

Os resultados das análises de campo e de laboratório indicam que a contaminação da água subterrânea é baixa, sendo que a maioria dos pontos amostrados apresenta valores dentro dos limites estabelecidos para a proteção da saúde humana. Os dados de campo também indicam que a contaminação da água subterrânea é baixa, sendo que a maioria dos pontos amostrados apresenta valores dentro dos limites estabelecidos para a proteção da saúde humana.

das valas será rebaixado de 15 cm, com referência à cota da geratriz inferior dos tubos, de forma a colocar-se uma camada de material granular fino para servir de base às tubulações.

Quando os materiais escavados forem apropriados para utilização no reaterro de valas, serão em princípio colocados ao lado da vala, a uma distância não inferior à profundidade da mesma, para posterior reaproveitamento.

Os materiais não aproveitáveis serão levados a bota-fora. Os materiais aproveitáveis para reaterro e que não puderem ser colocados ao lado da vala por falta de espaço, poderão ser armazenados em locais próximos, aprovados pelo CLIENTE, para posterior utilização.

4.3.6. Escoramento de valas

A garantia de estabilidade dos taludes das escavações é de responsabilidade única e exclusiva do CONSTRUTOR, tendo em vista a segurança do pessoal que trabalha nas obras e os danos de qualquer natureza que a ruptura dos mesmos possa acarretar.

O dimensionamento e execução dos elementos destinados a garantir a estabilidade dos taludes, sejam escoramento, inclinação de taludes, drenagens ou quaisquer outros elementos ou providências necessárias competem ao CONSTRUTOR, e é de única e exclusiva responsabilidade do CONSTRUTOR.

Os locais escavados deverão ficar livres de água, qualquer que seja a origem (chuva ou lençol freático) devendo, para isso, ser providenciada a sua drenagem quando necessário, através de esgotamento ou drenagem subterrânea. Para os casos de infiltração de água do lençol freático, a drenagem se fará por drenos convencionais dimensionados pelo CONSTRUTOR.

4.3.7. Reaterro

O reaterro das valas para assentamento das canalizações compreende:

- Primeiro aterro
- Aterro complementar

O primeiro aterro é aterro compactado, colocado a partir da base da tubulação até 25cm acima da geratriz superior dos tubos. O aterro complementar superpõe-se ao primeiro aterro, até a cota final do reaterro. Não há distinção para os materiais empregados para as duas



Assegurar a saúde e o bem-estar da população, promovendo a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento adequado das doenças, bem como a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Para isso, o presente plano estabelece as seguintes diretrizes:

- 1. Promover a atenção primária e a atenção básica, com foco na prevenção e no diagnóstico precoce.
- 2. Garantir o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde.
- 3. Promover a integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde.
- 4. Promover a participação da comunidade na gestão da saúde.
- 5. Promover a formação e a capacitação dos profissionais de saúde.
- 6. Promover a pesquisa e o desenvolvimento em saúde.
- 7. Promover a avaliação e a melhoria contínua dos serviços de saúde.

2.2.2. Estruturação do plano

O plano de saúde será estruturado de acordo com as seguintes diretrizes:

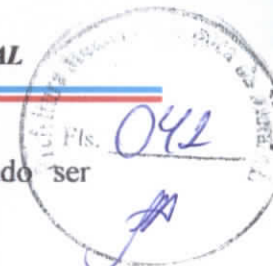
- 1. O plano de saúde será estruturado de acordo com as necessidades da população.
- 2. O plano de saúde será estruturado de acordo com os recursos disponíveis.
- 3. O plano de saúde será estruturado de acordo com a legislação vigente.
- 4. O plano de saúde será estruturado de acordo com as melhores práticas.
- 5. O plano de saúde será estruturado de acordo com a avaliação de impacto.
- 6. O plano de saúde será estruturado de acordo com a avaliação de custo-benefício.
- 7. O plano de saúde será estruturado de acordo com a avaliação de risco.
- 8. O plano de saúde será estruturado de acordo com a avaliação de qualidade.
- 9. O plano de saúde será estruturado de acordo com a avaliação de satisfação.
- 10. O plano de saúde será estruturado de acordo com a avaliação de equidade.



2.2.3. Implementação

A implementação do plano de saúde será realizada de acordo com as seguintes etapas:

1. Planejamento: definição das prioridades e dos recursos necessários.
2. Execução: realização das atividades planejadas.
3. Monitoramento: acompanhamento da implementação.
4. Avaliação: avaliação dos resultados e da qualidade dos serviços.
5. Melhoria contínua: identificação de pontos de melhoria e implementação de ações corretivas.



etapas. Eles serão selecionados entre aqueles provenientes de escavação, devendo ser adequados à compactação, isentos de detritos, matéria orgânica, pedras, etc.

As camadas de material para o primeiro aterro terão espessura máxima de 10 cm, sendo o material colocado simultaneamente dos dois lados da tubulação, com tolerância de desnível de 5 cm, e compactados utilizando soquetes mecânicos tipo sapo.

As camadas de material do aterro complementar terão espessura máxima de 20 cm, e serão compactadas por equipamento mecânico, não se admitindo o uso de soquetes manuais. As camadas dos reaterros poderão ser alteradas, conforme resultados obtidos na compactação.

A compactação nos reaterros deverá ser executada atendendo-se o teor da umidade ótima dos materiais em relação ao ensaio Proctor Normal, tolerando-se um desvio de 2% daquele valor. Os valores mínimos a serem obtidos nos graus de compactação, serão 92% para o primeiro aterro e 97% para o aterro complementar, valores estes referidos aos ensaios Proctor Normal, admitindo-se uma tolerância de -2% +3%.

4.3.8. Terraplenagem

4.3.8.1. Regularização do Subleito:

Os serviços de regularização compreendem a execução de cortes e aterros de até 20,0 cm de espessura para nivelamento do terreno, sendo executado com o auxílio de equipamentos apropriados para o serviço;

Após a regularização, o subleito receberá um colchão cujo material terá expansão igual ou inferior a 2%.

4.3.9. Pavimentação em paralelepípedo

4.3.9.1. Material Utilizado

O material usado no colchão será areia fina, com espessura de 15,0 cm.

Os paralelepípedos deverão ter 13x13x15 cm, aproximadamente, ser de origem ígnea e apresentar boa resistência ao impacto e a fricção.



A large, stylized handwritten signature in blue ink.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

4.1.1.1. Metodología



4.1.1.2. Metodología de la evaluación

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

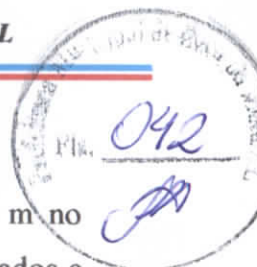
4.1.1.3. Metodología de la evaluación

4.1.1.4. Metodología de la evaluación

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.

El presente documento tiene como objetivo establecer los procedimientos de evaluación de la calidad de los servicios.



4.3.9.2. Assentamento das Pedras

Os paralelepípedos-guias serão assentados com espaçamento de 1,00 a 1,50 m no sentido transversal e cerca de 4,00 m no sentido longitudinal. Os demais serão entrelaçados e bem unidos, de modo que as juntas vizinhas não coincidam.

4.3.9.3. Compactação Mecanizada

Concluído o assentamento, deverá ser feita a compactação mecanizada com o auxílio de um compactador de placas. Será executada do meio-fio para o centro da via. Qualquer irregularidade ou depressão que venha a surgir na ocasião da compactação deverá ser imediatamente corrigida para que seja restabelecido o nível normal.

4.3.9.4. Rejuntamento

Deverá ser executado em argamassa de cimento e areia grossa no traço 1:4, após o assentamento e compactação das pedras com a prévia varrição da superfície por ela definida. A varrição tem por finalidade a limpeza das juntas formadas entre as pedras. A profundidade mínima das juntas será de 7,0 cm para que possa haver um perfeito rejuntamento das pedras.

As pedras deverão ser molhadas antes do rejuntamento da argamassa. À medida que for sendo caldeado será exigida uma batida com malho a fim de proporcionar um melhor embrechamento das juntas e, conseqüentemente, uma melhor fixação das pedras. A argamassa utilizada no caldeamento deverá atingir uma coloração uniforme antes de ser molhada, devendo ser rigorosamente bem traçada e executada fora da área a ser caldeada.

A qualidade das argamassas depende tanto das características dos componentes, como do preparo correto.

A mistura das argamassas no local da obra pode ser feita manualmente ou em betoneira. Nos dois casos, é recomendável misturar apenas a quantidade suficiente para 01 (uma) hora de aplicação. Este cuidado evita que a argamassa endureça ou perca a plasticidade.

4.3.10. Serviços complementares

4.3.10.1. Meio-Fio

As valas para assentamento deverão ter profundidade tal que, o meio-fio fique enterrado no mínimo 20,0 cm. O fundo das valas onde serão assentados os meios-fios deverá



2.1.1. Apresentação das Atividades

As atividades foram realizadas em um espaço amplo e bem ventilado, com temperatura ambiente de 25°C. Os dados foram coletados durante o período de 10 minutos, sendo que os resultados foram apresentados em uma tabela.

2.1.2. Resultados das Atividades

Os resultados das atividades foram apresentados em uma tabela, com os dados coletados durante o período de 10 minutos. Os dados foram coletados durante o período de 10 minutos, sendo que os resultados foram apresentados em uma tabela.

2.1.3. Conclusões

As conclusões das atividades foram apresentadas em uma tabela, com os dados coletados durante o período de 10 minutos. Os dados foram coletados durante o período de 10 minutos, sendo que os resultados foram apresentados em uma tabela.

EM BRANCO

As conclusões das atividades foram apresentadas em uma tabela, com os dados coletados durante o período de 10 minutos. Os dados foram coletados durante o período de 10 minutos, sendo que os resultados foram apresentados em uma tabela.

As conclusões das atividades foram apresentadas em uma tabela, com os dados coletados durante o período de 10 minutos. Os dados foram coletados durante o período de 10 minutos, sendo que os resultados foram apresentados em uma tabela.

2.1.4. Conclusões

As conclusões das atividades foram apresentadas em uma tabela, com os dados coletados durante o período de 10 minutos. Os dados foram coletados durante o período de 10 minutos, sendo que os resultados foram apresentados em uma tabela.

ser regularizado e apiloado. O assentamento do meio-fio deverá ser executado após a regularização da via pública.

O meio-fio a ser utilizado será fabricado em concreto pré-moldado no traço 1:3:6 (cimento, areia grossa e seixo lavado ou brita). Deverá ter seção retangular com dimensões de 13,0 cm na face superior e 15,0 cm na face inferior, 35,0 cm na altura e comprimento de 70,0 cm a 1,00 m e resistência superior ou igual a 10 MPa.

Todo o rejuntamento do meio-fio pré-moldado deverá ser feito com argamassa de cimento e areia grossa isenta de argila, no traço 1:4.

4.3.10.2. Sarjeta

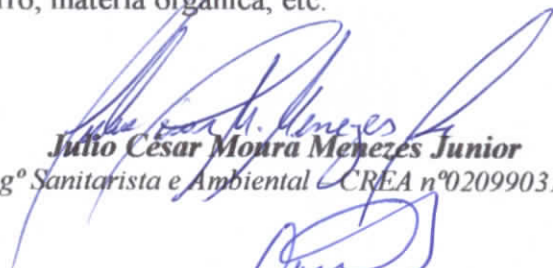
A sarjeta será a própria pavimentação em paralelepípedo com largura de 40,0 cm e inclinação de 3%.

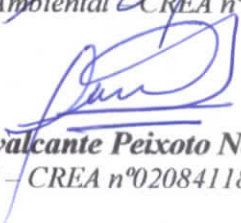
Nas esquinas, as sarjetas deverão prosseguir, atravessando as ruas, de modo a permitir a continuidade do fluxo das águas da chuva.

4.3.11. Considerações gerais

Qualquer sobra de material existente por ocasião do término dos serviços deverá ser retirada imediatamente do local da obra.

Toda a areia utilizada nas argamassas deverá ser do tipo grossa, lavada, e isenta de impurezas, tais como: barro, matéria orgânica, etc.


Julio César Moura Menezes Junior
Engº Sanitarista e Ambiental – CREA nº020990316-3


Luiz Cavalcante Peixoto Neto
Engº Civil – CREA nº020841182-8



5. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM		CÓDIGO SINAPI	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E MATERIAIS			UNID.	QUANT.	PREÇOS (R\$)		
			UNITÁRIO	C/BDI	TOTAL					
DRENAGEM URBANA										
1			REDE DE DREBAGEM URBANA - SERVIÇOS						R\$ 852.288,99	
1.1			SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1.1	85323		Locação e Nivelamento de Redes	m	5.506,24	1,62	2,01		11.076,99	
1.2			MOVIMENTO DE TERRA							
1.2.1	73965/010		Escavação manual de valas 1º categoria, prof. até 1,50m	m³	668,33	36,10	44,83		29.960,47	
1.2.2	73965/001		Escavação manual de valas 2º categoria, prof. até 1,50m	m³	167,08	77,37	96,08		16.052,92	
1.2.3	73962/004		Escavação mecanizada de valas 1º categoria, prof. até 1,50m	m³	5.263,08	5,73	7,12		37.449,55	
1.2.4	72915		Escavação mecanizada de valas 2º categoria, prof. até 2,50m	m³	2.255,61	9,77	12,13		27.365,90	
1.2.5	74010/001		Carga e descarga de solo	m³	1.211,34	1,20	1,49		1.805,10	
1.2.6	72920		Reaterro c/reaproveitamento da escavação	m³	5.931,41	13,74	17,06		101.203,74	
1.2.7	72921		Reaterro s/reaproveitamento da escavação	m³	2.422,69	56,86	70,61		171.063,09	
1.2.8	83769		Escoramento de madeira em valas, tipo pontaleamento	m²	711,88	8,26	10,26		7.301,96	
1.3			ESTRUTURAS E FUNDAÇÕES							



OUTUBRO/2015

EM BRANCO

DRENAGEM URBANA E PAVIMENTAÇÃO – POVOADO PERI – BOCA DA MATA/AL

1.3.1		Berço de Areia							
1.3.1.1	72948	Areia	m³	744,89	61,62	76,52	56.999,08		
1.3.1.2	72895	Carga e Descarga	m³	744,89	15,75	19,56	14.568,90		
1.3.1.3	72856	Transporte de Materiais - Areia	m³.km	3.724,47	1,38	1,71	6.382,56		
1.3.1.4	74164/004	Lastro de brita para regularização de fundo de vala	m³	74,49	90,70	112,63	8.389,83		
1.4		ASSENTAMENTO DE TUBOS							
1.4.1	73724	Assentamento de tubos de concreto diametro = 400mm, simples ou armado, junta em argamassa 1:3 cimento:areia	m	1.900,00	18,62	23,12	43.932,40		
1.4.2	73722	Assentamento de tubos de concreto diametro = 600mm, simples ou armado, junta em argamassa 1:3 cimento:areia	m	2.026,73	36,22	44,98	91.158,25		
1.4.3	73720	Assentamento de tubos de concreto diametro = 800mm, simples ou armado, junta em argamassa 1:3 cimento:areia	m	505,85	75,20	93,38	47.237,97		
1.4.4	73721	Assentamento de tubos de concreto diametro = 1000mm, simples ou armado, junta em argamassa 1:3 cimento:areia	m	212,06	112,85	140,14	29.717,48		
1.4.5	73719	Assentamento de tubos de concreto diametro = 1200mm, simples ou armado, junta em argamassa 1:3 cimento:areia	m	831,24	140,46	174,42	144.987,56		
1.5		ESCADARIA DISSIPADORA DE ENERGIA							
1.5.1	73965/010	Escavação manual de valas 1ª categoria, prof. até 1,50m	m³	5,09	36,10	44,83	228,09		
1.5.2	73983/001	Concreto armado FCK=15MPa, virado em betoneira, sem lançamento, com impermeabilizante	m³	5,49	346,84	430,71	2.364,58		
1.5.3	74007/002	Fôrma tabuas madeira 3A p/ peças concreto arm, reapr 2x, incl montagem e desmontagem	m²	21,96	45,09	55,99	1.229,60		
1.5.4	72920	Reaterro c/reaproveitamento da escavação	m³	1,02	13,74	17,06	17,36		
1.5.5	6122	Embasamento com pedra argamassada utilizando argamassa cimento e areia 1:4	m³	4,80	301,24	374,08	1.795,58		



OCTUBRO/2015

[Handwritten signature]

045
Pág. 42

EM BRANCE

DRENAGEM URBANA E PAVIMENTAÇÃO – POVOADO PERI PERI – BOCA DA MATA/AL

2	REDE DE DRENAGEM URBANA - FORNECIMENTO MATERIAL					R\$	842.127,70
2.1	Materiais						
2.1.1	7761	Tubo concreto armado classe pa-2 pb nbr-8890/2007 dn 400 mm para águas pluviais	m	1.900,00	53,69	61,22	116.312,94
2.1.2	7762	Tubo concreto armado classe pa-2 pb nbr-8890/2007 dn 600 mm para águas pluviais	m	2.026,73	85,41	97,38	197.372,05
2.1.3	7763	Tubo concreto armado classe pa-2 pb nbr-8890/2007 dn 800 mm para águas pluviais	m	505,85	150,60	171,71	86.861,59
2.1.4	12572	Tubo concreto armado classe pa-3 pb nbr-8890/2007 dn 1000 mm para águas pluviais	m	212,06	297,01	338,65	71.814,29
2.1.5	12574	Tubo concreto armado classe pa-3 pb nbr-8890/2007 dn 1200 mm para águas pluviais	m	831,24	390,14	444,84	369.766,83
3	REDE DE DRENAGEM URBANA - ORGÃOS ACESSÓRIOS - MATERIAIS E SERVIÇOS						R\$ 323.896,71
3.1	Órgãos acessórios						
3.1.1	74124/002	Poço visita água pluviais :concreto armado 1,10x1,10x1,40m coletor d=60cm parede e=15cm base concreto fck=10mpa revestimento c/argamassa cimento/areia 1:4 degraus fi incluindo fornecimento de todos materiais	un	41,00	1.808,89	2.246,28	92.097,46
3.1.2	74124/004	Poço visita água pluviais :concreto armado 1,30x1,30x1,40m coletor d=80cm parede e=15cm base concreto fck=10mpa revestimento c/argamassa cimento/areia 1:4 degraus fi incluindo fornecimento de todos materiais	un	20,00	2.187,44	2.716,36	54.327,26
3.1.3	83659	Boca de lobo simples em alvenaria tijolo macico, revestida c/ argamassa de cimento e areia 1:3, sobre lastro de concreto 10cm e tampa de concreto armado ,sem depressão - 0,15 x 1,00 x 1,00	un	196,00	552,71	686,36	134.525,63
3.1.4	21090 73607	Tampao fofo articulado 83kg carga max 30000kg diam abert 600mm p/ poco visita de rede agua pluvial, esgoto etc com Assentamento de tampao de ferro fundido 600 mm	un	61,00	566,95	704,04	42.946,35
TOTAL 1							R\$ 1.532.233,63



OCTUBRO/2015

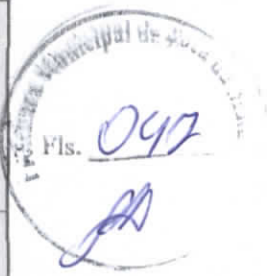
[Handwritten signature]

Fig. 046
Pág. 43

EM BRANCO

DRENAGEM URBANA E PAVIMENTAÇÃO - POVOADO PERI - BOCA DA MATA/AL

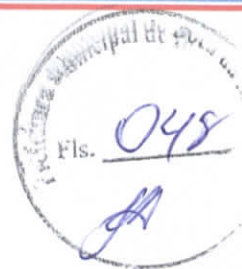
PAVIMENTAÇÃO									
1	TERRAPLANAGEM								R\$
1.1	83338	Escavacao mec vala n escor mat 1a cat c/retroscav ate 1,50m excl esgotamento	m³	25.436,62	2,32		2,88		73.282,29
1.2	72920	Reaterro de vala com material granular reaproveitado adensado e vibrado	m³	6.359,16	13,74		17,06		108.502,10
1.3	72961	Regularização e compactação de subleito até 20cm de espessura	m²	7.630,99	1,14		1,42		10.802,83
1.4	83444	Transporte de material de qualquer natureza DMT>10km, com caminhão basculante de 4m³	ton x km	163.302,98	0,82		1,02		166.287,51
2	PAVIMENTAÇÃO COM PARALELEPÍPEDO								R\$ 6.239.791,45
2.1	02602/ORSE	Remoção e reassentamento de paralelepípedo sobre colchão de areia	m²	429,59	32,41		40,25		17.289,60
2.2	72799	Pavimento em Paralelepípedo sobre colchão de areia rejuntado com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3 (pedras pequenas 30 a 35 peças por m²)	m²	56.525,83	68,29		84,80		4.793.532,94
2.3	73711	Base para pavimentação, com brita corrida, inclusive compactação	m³	8.478,87	100,57		124,89		1.058.907,64
2.4	72967	Meio-fio de concreto pré-moldado 12 x 30cm, sobre base de concreto simples e rejuntado com argamassa traço 1:3 (cimento e areia)	m	13.151,10	22,66		28,14		370.061,28
TOTAL 2									R\$ 6.598.666,18
TOTAL GERAL									R\$ 8.616.979,58



OUTUBRO/2015

EM BRANCO

6. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO



A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'P' followed by a surname.

EM BRANCO

CRONOGRAMA FISCAL FINANCEIRO

ORÇ. IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO - POCAJO DO PIRI
DATA: 01/04/2019
LOCAL: DICA DA MATALANÇAS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	%	VALOR TOTAL	1º MES	2º MES	3º MES	4º MES	5º MES	6º MES	7º MES	8º MES	9º MES	10º MES	11º MES	12º MES	13º MES	14º MES	15º MES	16º MES	17º MES	18º MES	19º MES	20º MES	TOTAL
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	0.10%	11.076,80	10,00%	11,076,80																			11.076,80
2.0	PROJETOS DE TERRELA	4.00%	392.222,74	10,00%	39.222,27	10,00%	39.222,27	10,00%	39.222,27	10,00%	39.222,27	10,00%	39.222,27	10,00%	39.222,27	10,00%	39.222,27	10,00%	39.222,27	10,00%	39.222,27	10,00%	39.222,27	392.222,74
3.0	MANUTENÇÃO E REPARAÇÕES	1.00%	98.342,37	10,00%	9.834,23	10,00%	9.834,23	10,00%	9.834,23	10,00%	9.834,23	10,00%	9.834,23	10,00%	9.834,23	10,00%	9.834,23	10,00%	9.834,23	10,00%	9.834,23	10,00%	9.834,23	98.342,37
4.0	EDIFICAÇÃO DE REDE DE DRENAGEM	17.60%	1.523.266,08	10,00%	152.326,61	10,00%	152.326,61	10,00%	152.326,61	10,00%	152.326,61	10,00%	152.326,61	10,00%	152.326,61	10,00%	152.326,61	10,00%	152.326,61	10,00%	152.326,61	10,00%	152.326,61	1.523.266,08
5.0	RECALDA ORÇAMENTAL DE MANUTENÇÃO	0.07%	8.089,27	10,00%	808,92	10,00%	808,92	10,00%	808,92	10,00%	808,92	10,00%	808,92	10,00%	808,92	10,00%	808,92	10,00%	808,92	10,00%	808,92	10,00%	808,92	8.089,27
6.0	TERCEIROS	4.10%	398.741,77	10,00%	39.874,17	10,00%	39.874,17	10,00%	39.874,17	10,00%	39.874,17	10,00%	39.874,17	10,00%	39.874,17	10,00%	39.874,17	10,00%	39.874,17	10,00%	39.874,17	10,00%	39.874,17	398.741,77
7.0	MANUTENÇÃO	72.47%	6.238.791,45	10,00%	623.879,14	10,00%	623.879,14	10,00%	623.879,14	10,00%	623.879,14	10,00%	623.879,14	10,00%	623.879,14	10,00%	623.879,14	10,00%	623.879,14	10,00%	623.879,14	10,00%	623.879,14	6.238.791,45
8.0	MANUTENÇÃO	100,00%	8.044.979,88	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	8.044.979,88
TOTAL				10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	8.044.979,88
TOTAL ANUALIZADO				10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	10,00%	804.497,98	8.044.979,88

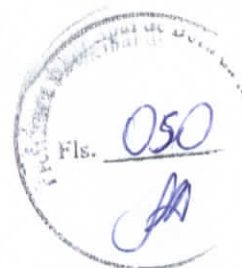


Handwritten signature in blue ink.

EM BRANCO

7. ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

7.2. ART's – Projeto



Two handwritten signatures in blue ink, one above the other.

EM BRANCO



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-AL

ART OBRA / SERVIÇO
Nº AL20150018263

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas

SUBSTITUIÇÃO à AL20150018090
EQUIPE - ART PRINCIPAL

1. Responsável Técnico

JULIO CESAR MOURA MENEZES JUNIOR

Título profissional: **ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA**

RNP: 020990316-3

2. Contratante

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA**

RUA ANTONIO PATRICIO DA COSTA

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **BOCA DA MATA**

UF: **AL**

Telefone: **(82) 3337-0010**

Email:

CPF/CNPJ: **12.264.396/0001-63**

Nº: **S/N**

Contrato: **01**

Celebrado em: **03/08/2015**

Valor: **R\$ 21.000,00**

Tipo de contratante: **Pessoa jurídica de direito público**

Ação Institucional: **Outros**

CEP: **57680000**

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA**

CPF/CNPJ: **12.264.396/0001-63**

POVOADO PERI PERI

Nº: **00**

Complemento:

Bairro: **ZONA RURAL**

Cidade: **BOCA DA MATA**

UF: **AL**

Telefone: **(82) 3337-0010**

Email:

CEP: **57680000**

Coordenadas Geográficas: **Latitude: 0 Longitude: 0**

Data de Início: **04/08/2015**

Previsão de término: **11/09/2015**

Finalidade: **Saneamento básico**

4. Atividade Técnica

1 - DIRETA

5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL ->
SANEAMENTO -> #1620 - DRENAGEM

Quantidade

Unidade

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM URBANA para a área povoado PERI PERI, localizado no município de Boca da Mata. A microbacia delimitada pelo empreendimento possui aproximadamente 32 ha. O projeto de drenagem possui 3.606 m de galerias de drenagem em tubo de concreto com o diâmetro variando de 600mm à 1200mm e 61 poços de visita.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

CLUBE DE ENGENHARIA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Nociva, 14 de Outubro de 2015

Local

data

Julio Cesar Moura Menezes Junior
JULIO CESAR MOURA MENEZES JUNIOR - CPF: 053.829.334-99

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA - CNPJ: 12.264.396/0001-63

9. Informações

10. Valor

Esta ART é isenta de taxa

Registrada em: **11/09/2015**

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

Page 17 of 17
Page 17 of 17

EM BRANCC



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-AL

ART OBRA / SERVIÇO
Nº AL20150018294

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas

INICIAL
INDIVIDUAL



1. Responsável Técnico		
LUIZ CAVALCANTE PEIXOTO NETO		
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL		
RNP: 020841182-8		
2. Contratante		
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA		
RUA ANTONIO PATRICIO DA COSTA		
Complemento:	Bairro: CENTRO	CPF/CNPJ: 12.264.396/0001-63
Cidade: BOCA DA MATA	UF: AL	Nº: S/N
Telefone: (82) 3337-0010	Email:	CEP: 57680000
Contrato: 01	Celebrado em: 03/08/2015	
Valor: R\$ 2.000,00	Tipo de contratante: Contratante	
Ação Institucional: Outros		
3. Dados da Obra/Serviço		
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA		
POVOADO POVOADO PERI PERI		
Complemento:	Bairro: ZONA RURAL	CPF/CNPJ: 12.264.396/0001-63
Cidade: BOCA DA MATA	UF: AL	Nº: 00
Telefone: (82) 3337-0010	Email:	CEP: 57680000
Coordenadas Geográficas: Latitude: 09°39'39.86"S Longitude: 36°11'52.71"W		
Data de Início: 04/08/2015	Previsão de término: 11/09/2015	
Finalidade: Infraestrutura		
4. Atividade Técnica		
1 - DIRETA	Quantidade	Unidade
5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL -> PAVIMENTAÇÃO -> #1478 - EM PARALELEPÍEDOS	1,00	m²
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART		
5. Observações		
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO para a área do POVOADO PERI PERI no município de BOCA DA MATA, em Alagoas. A Pavimentação será em paralelepípedo e contempla uma área aproximada de 56.526m².		
6. Declarações		
Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.		
7. Entidade de Classe		
CLUBE DE ENGENHARIA		
8. Assinaturas		
Declaro serem verdadeiras as informações acima		
Local	data	
Naceio	14 de Outubro	de 2015
		LUIZ CAVALCANTE PEIXOTO NETO - CPF: 064.584.024-65
		PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA - CNPJ: 12.264.396/0001-63
9. Informações		
10. Valor		
Valor da ART: R\$ 67,68	Pago em: 11/09/2015	Nosso Número: 8300352701

SECRET
2010080808SECRET
2010080808SECRET
2010080808SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

EMBRANCC

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

SECRET
2010080808

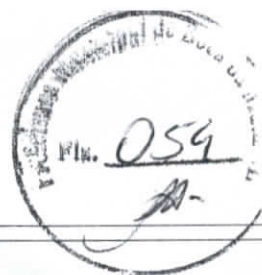
8. DESENHOS TÉCNICOS



A handwritten signature in blue ink, likely belonging to the author or reviewer of the document.

EM BRANCO

DRENAGEM



DESTINO FINAL DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS POVOADO PERI PERI

DETALHE ESCADARIA - PERFIL LONGITUDINAL

LOCALIZAÇÃO:

AL 215 Povoado Peri Peri , Boca da Mata- AL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

PROJETO: Eng. Sanitarista e Ambiental Julio César Moura Menezes junior-CREA: 020990316-3

EXECUÇÃO:

PROPRIETÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

ESCALA	S/ESCALA	DATA	DESENHO
		OUT/2015	LUIZ CAVALCANTE
REV.	DESCRIÇÃO	DATA	ASSIN.

01/01

VI BRANCO

DRENAGEM



DETALHE TÍPICO POVOADO PERI PERI

POÇO DE VISITA, BOCA DE LOBO, SARGETÃO E VALAS

LOCALIZAÇÃO:

AL 215 Povoado Peri Peri , Boca da Mata- AL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

PROJETO: Eng. Sanitarista e Ambiental Julio César Moura Menezes junior—CREA: 020990316-3

EXECUÇÃO:

PROPRIETÁRIO

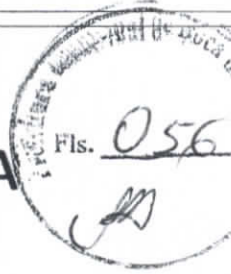
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

ESCALA	S/ESCALA	DATA	OUT/2015	DESENHO	JULIO CÉSAR	01/01
REV.	DESCRIÇÃO			DATA	ASSIN.	

EM BRANCO

Drenagem Urbana

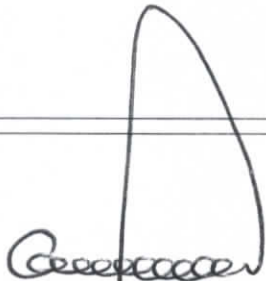
SISTEMA DE DRENAGEM URBANA POVOADO PERI PERI

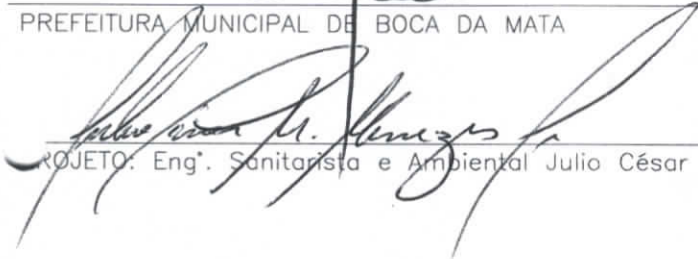


GALERIAS DE DRENAGEM CROQUI DE CÁLCULO

LOCALIZAÇÃO:

AL 215 Povoado Peri Peri , Na Cidade de Boca da Mata- AL


PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA


PROJETO: Eng°. Sanitarista e Ambiental Julio César Moura Menezes junior-CREA: 020990316-3

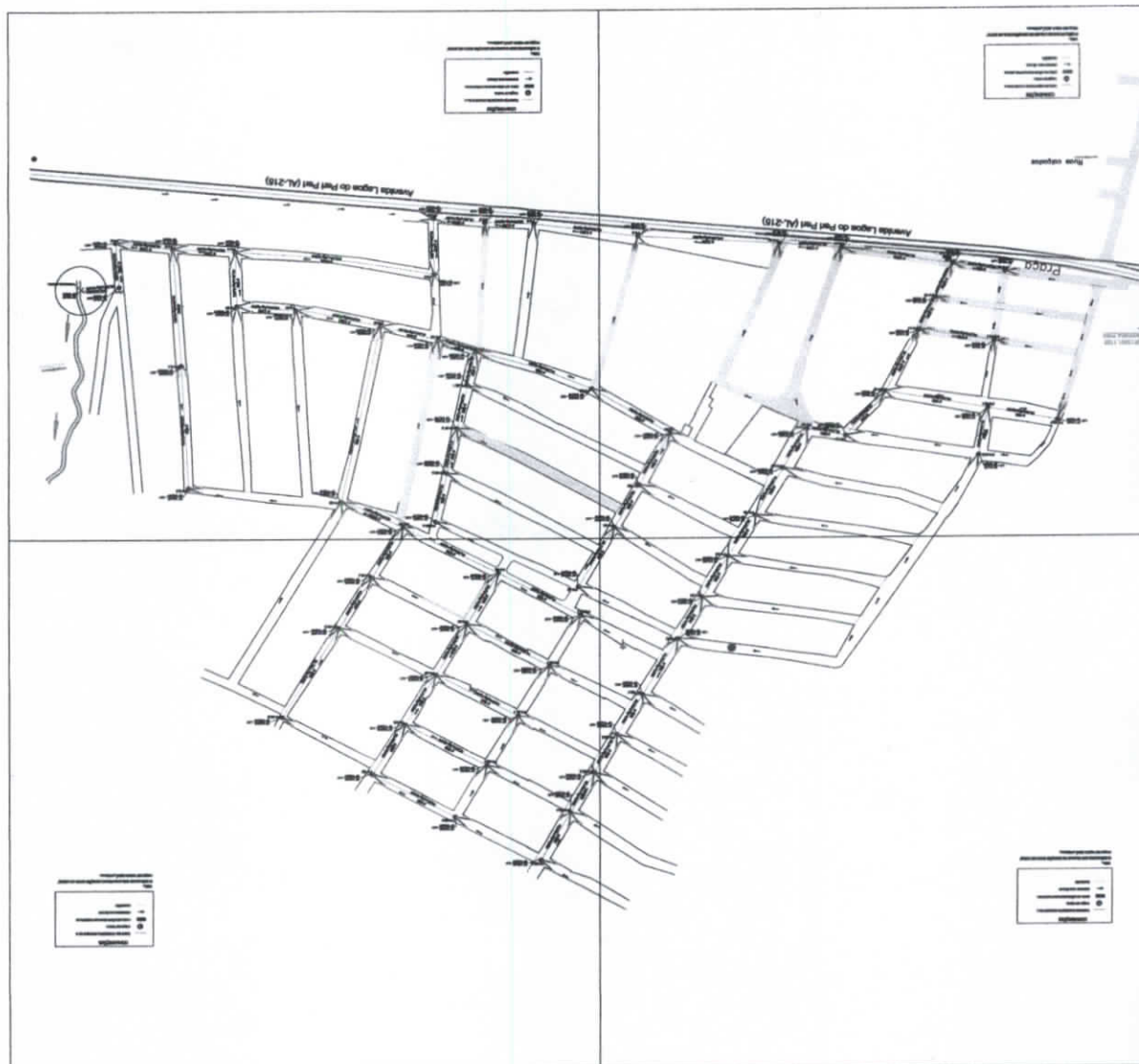
EXECUÇÃO:

PROPRIETÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

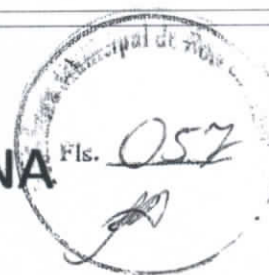
ESCALA	1/750	DATA	OUT/2015	DESENHO	JULIO CÉSAR	04/04
REV.	DESCRIÇÃO			DATA	ASSIN.	

0560
A



Drenagem Urbana

SISTEMA DE DRENAGEM URBANA POVOADO PERI PERI



GALERIAS DE DRENAGEM CROQUI DE CÁLCULO

LOCALIZAÇÃO:

AL 215 Povoado Peri Peri , Na Cidade de Boca da Mata- AL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

PROJETO: Eng°. Sanitarista e Ambiental Julio César Moura Menezes junior—CREA: 020990316—3

EXECUÇÃO:

PROPRIETÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

ESCALA

1/750

DATA

OUT/2015

DESENHO

JULIO CÉSAR

REV.

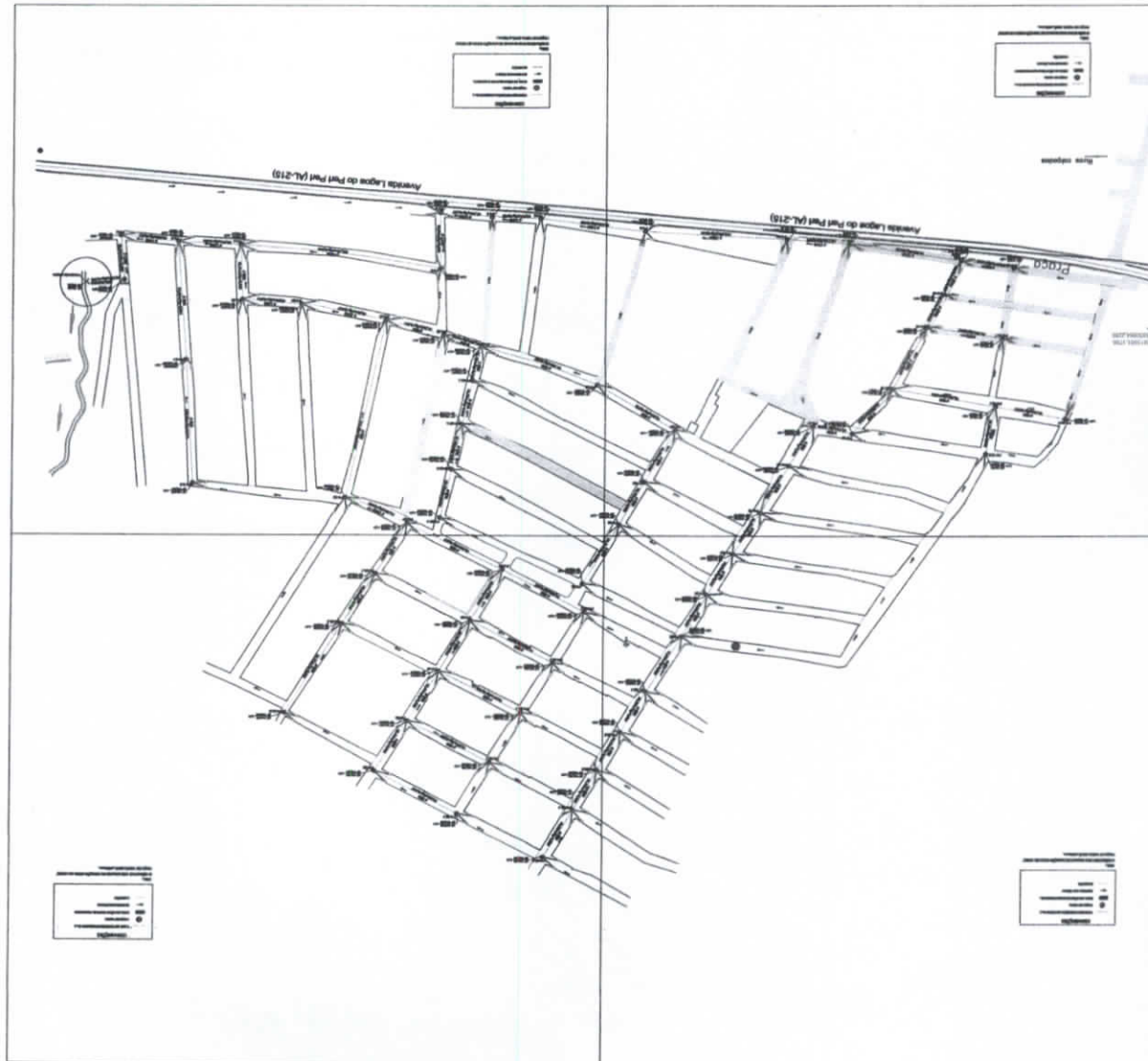
DESCRIÇÃO

DATA

ASSIN.

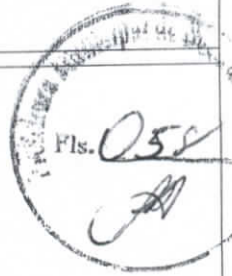
03/04

0540
JH



Drenagem Urbana

SISTEMA DE DRENAGEM URBANA POVOADO PERI PERI



GALERIAS DE DRENAGEM CROQUI DE CÁLCULO

LOCALIZAÇÃO:

AL 215 Povoado Peri Peri , Na Cidade de Boca da Mata- AL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

PROJETO: Eng. Sanitarista e Ambiental Julio César Moura Menezes junior-CREA: 020990316-3

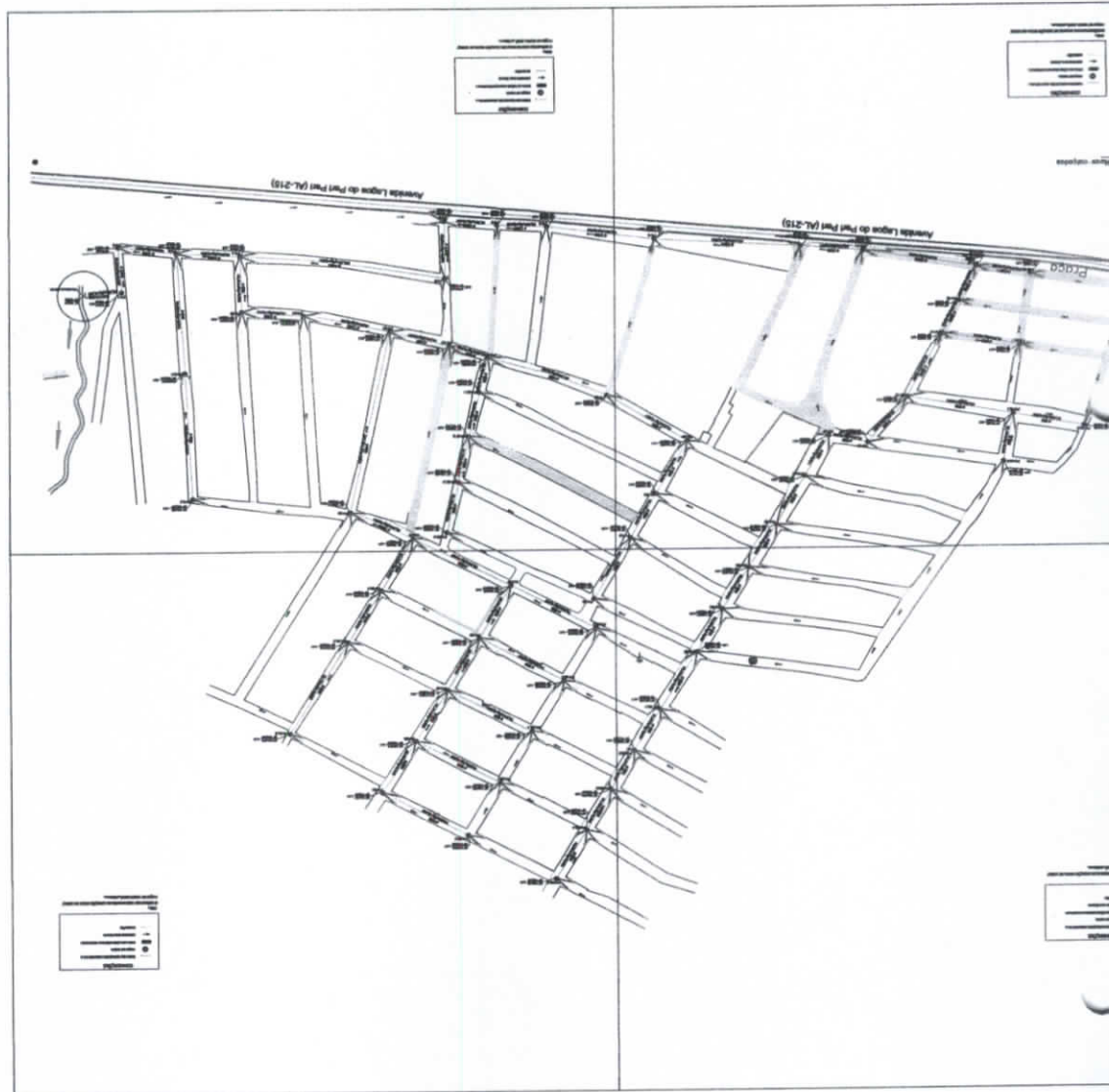
EXECUÇÃO:

PROPRIETÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

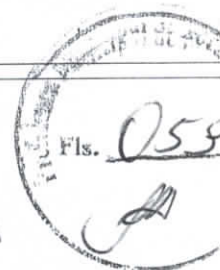
ESCALA	1/750	DATA	OUT/2015	DESENHO	JULIO CÉSAR	02/04
IV.	DESCRIÇÃO			DATA	ASSIN.	

0580
JA



Drenagem Urbana

SISTEMA DE DRENAGEM URBANA POVOADO PERI PERI



GALERIAS DE DRENAGEM CROQUI DE CÁLCULO

LOCALIZAÇÃO:

AL 215 Povoado Peri Peri , Na Cidade de Boca da Mata- AL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

PROJETO: Eng°. Sanitarista e Ambiental Julio César Moura Menezes junior-CREA: 020990316-3

EXECUÇÃO:

PROPRIETÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

ESCALA	1/750	DATA	OUT/2015	DESENHO	JULIO CÉSAR	01/04
REV.	DESCRIÇÃO			DATA	ASSIN.	

DRENAGEM



SISTEMA DE DRENAGEM POVOADO PERI PERI

REDE DE DRENAGEM CROQUI DE CÁLCULO

LOCALIZAÇÃO:

AL 215 Povoado Peri Peri , Na Cidade de Boca da Mata- AL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

PROJETO: Eng°. Sanitarista e Ambiental Julio César Moura Menezes junior-CREA: 020990316-3

EXECUÇÃO:

PROPRIETÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

ESCALA

1/1500

DATA

OUT/2015

DESENHO

JULIO CÉSAR

REV.

DESCRIÇÃO

DATA

ASSIN.

01/01

EM BRANCO

DRENAGEM



SISTEMA DE DRENAGEM POVOADO PERI PERI

REDE DE DRENAGEM ÁREAS-SUBBACIAS

LOCALIZAÇÃO:

AL 215 Povoado Peri Peri , Na Cidade de Boca da Mata- AL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

PROJETO: Eng°. Sanitarista e Ambiental Julio César Moura Menezes junior-CREA: 020990316-3

EXECUÇÃO:

PROPRIETÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

ESCALA	1/1500	DATA	OUT/2015	DESENHO	JULIO CÉSAR	01/01
REV.	DESCRIÇÃO			DATA	ASSIN.	

EM BRANCO

PAVIMENTAÇÃO

PAVIMENTAÇÃO POVOADO PERI PERI



CROQUI DE CALCULO

LOCALIZAÇÃO:

AL 215 Povoado Peri Peri , Boca da Mata- AL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

PROJETO: Eng°.Civil Luiz Cavalcante Peixoto Neto-CREA: 020.841.182-8

EXECUÇÃO:

PROPRIETÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

ESCALA	1/1500	DATA	OUT/2015	DESENHO	JULIO CÉSAR	01/01
REV.	DESCRIÇÃO			DATA	ASSIN.	

EM BRANCO

MOTIVAÇÃO DE ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA

Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Peri-Peri



1. Trata-se de obra de execução dos sistemas de drenagem de águas pluviais e pavimentação para o Povoado Peri no município de Boca da Mata. Para a execução da obra, a empresa contratada deverá comprovar aptidão para execução dos serviços mais relevantes. Os serviços mais relevantes serão escolhidos a partir da curva ABC Geral, que apresenta a sua importância quanto ao aspecto financeiro. Entretanto, destes serviços serão agrupados e escolhidos aqueles que representem a relevância quanto ao aspecto técnico de execução da obra.

Características de maior relevância técnica da obra:

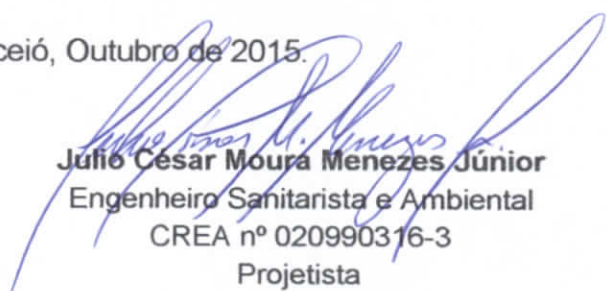
- Pavimento em Paralelepípedo sobre colchão de areia rejuntado com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3 (pedras pequenas 30 a 35 peças por m²).
- Base para pavimentação, com brita corrida, inclusive compactação.
- Meio-fio de concreto pré-moldado 12 x 30cm, sobre base de concreto simples e rejuntado com argamassa traço 1:3 (cimento e areia).
- Tubo concreto armado classe pa-3 pb nbr-8890/2007 dn 1200 mm para águas pluviais.
- Tubo concreto armado classe pa-2 pb nbr-8890/2007 dn 600 mm para águas pluviais.

2. Será solicitado, como exigência técnica, que a empresa licitante comprove através de Certidão(es) ou Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido por contratante titular, pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT expedidas pelo CREA, ter executado os seguintes serviços:

- Execução de Redes de Drenagem com diâmetros de no mínimo 500mm, e extensão mínima de 1.000 metros;
- Execução de Pavimentação em Paralelepípedo com área mínima construída de 28.000 metros quadrados;

Maceió, Outubro de 2015.


Luiz Cavalcante Peixoto Neto
Engenheiro Civil
CREA nº 020841182-8
Projetista


Julio Cesar Moura Menezes Junior
Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA nº 020990316-3
Projetista

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

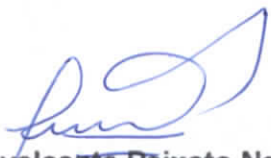
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 7983/2013

Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Peri Peri



Declaramos para os fins necessários, que foram utilizadas para a elaboração da estimativa de custos para implantação do Sistema de Drenagem de Águas Pluviais e Pavimentação do Povoado Peri Peri, no município de Boca da Mata, a fonte oficial SINAPI e a fonte subsidiária ORSE, para os serviços inviabilizados pelas fontes oficiais, conforme preconiza o Decreto Federal nº 7983/2013, de 08 de abril de 2013;

Maceió, Outubro de 2015.



Luiz Cavalcante Peixoto Neto
Engenheiro Civil
CREA nº 020841182-8
Projetista

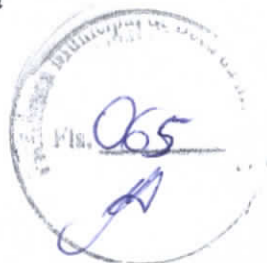


Julio César Moura Menezes Júnior
Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA nº 020990316-3
Projetista

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Gabinete do Prefeito



PROCESSO Nº 1208-002/2015

Interessado: **Secretaria Municipal de Infraestrutura**

Assunto: **Solicita abertura de processo licitatório para contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri**

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO

Considerando a carência de contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri, necessária para o exercício das atribuições desta municipalidade, DETERMINO que a Comissão Permanente de Licitações adote todas as providências necessárias à realização de licitação para a contratação destes serviços, pelo que, desde já, AUTORIZO a deflagração do certame, na forma do Projeto Básico apresentado.

Antes, sigam os autos à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças para informar a existência de dotação orçamentária, ato contínuo à CPL para as providências de praxe.

Boca da Mata/AL, 09 de dezembro de 2015.


GUSTAVO DANTAS FEIJÓ
Prefeito

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças



PROCESSO Nº 1208-002/2015

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Infraestrutura

ASSUNTO: Solicita Contratação de Empresa de Engenharia Especializada para Execução de Obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri

VALOR TOTAL: R\$ 8.616.979,58 (Oito Milhões, Seiscentos e Dezesesseis Mil, Novecentos e Setenta e Nove Reais e Cinquenta e Oito Centavos)

Informamos que as despesas correrão por conta das unidades orçamentárias abaixo do Programa de Trabalho da Secretaria Municipal interessada, e que existe previsão orçamentária e financeira:

Estrutura Programática	Elemento de Despesa
15.451.0007/1005	4490.51- Obras e Instalações

Em 09 de dezembro 2015.


Antônio Thiago Melo da Rocha

Sec de Planejamento e Finanças

EM BRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Gabinete do Prefeito



PREFEITURA DE
BOCA DA MATA
Mais trabalho por você

PORTARIA Nº 082/2015

Dispõe sobre substituição de membro da Comissão Permanente de Licitações do Município de Boca da Mata, Alagoas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais conferida pelo art. 44, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, ao fim, que a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 51, dispõe que a Comissão Permanente ou Especial de Licitações será composta de, no mínimo, 03 (três) membros, sendo pelo menos 02 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsável pela licitação.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a servidora de provimento de cargo efetivo Adna Antunes de Almeida, para compor a Comissão Permanente de Licitação deste município em substituição ao servidor Antonio Eraldo Gomes da Silva.

Art. 2º. Considerando a Substituição mencionada no artigo acima, ficam designados os seguintes servidores para compor a Comissão Permanente de Licitação e suas respectivas funções, quais sejam:

Bergson Araújo Leite – Presidente

Cristiane Honorato dos Santos Souza – Membro

Adna Antunes de Almeida – Membro

Art. 3º. As servidoras Adna Antunes de Almeida e Cristiane Honorato dos Santos Souza atuarão como Equipe de Apoio, sendo designado como Pregoeiro o servidor Bergson Araújo Leite, nos termos da Lei nº 10.520/2002.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Boca da Mata, Estado de Alagoas, aos 16 dias do mês de março do ano de 2015.


GUSTAVO DANTAS FEIJÓ
PREFEITO

Publicada, Registrada e Arquivada pela Secretaria Municipal de Administração, em 16 de março de 2015.

FERNANDO AUGUSTO DE ARAÚJO JORGE
Secretário Municipal de Administração

EM BRANC



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



PROCESSO Nº: 1208-002/2015

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Infraestrutura

ASSUNTO: Licitação para contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri

Termo de Abertura de Procedimento Licitatório

Por este Termo, AUTUA-SE o presente processo, da inicial aos documentos que a seguem, pelo que, certifica-se conter nos autos todos os elementos necessários ao pleno atendimento do disposto nos artigos 7º e 38 da Lei nº 8.666/1993.

Ato contínuo, abre-se o procedimento licitatório **Concorrência nº 03/2015** (Art. 23, I, "c", da Lei 8.666/93), para contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93 assim como pela legislação correlata.

Isto posto, encaminhamos os autos à Procuradoria Jurídica para proceder ao exame e aprovação da minuta de edital anexa, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93.

CPL, em 15 de dezembro de 2015.


Bergson Araujo Leite
Presidente da CPL

EM BRANCC



EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

OBJETO:

Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri

SESSÃO PÚBLICA:

XX/XX/20XX

XX:XXhs

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



Protocolo de Recebimento de Edital

Concorrência nº 03/2015

Processo nº 1208-002/2015

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____ CNPJ Nº: _____

Endereço: _____

Fone(s)/Fax: _____ E-mail: _____

Contato: _____ Celular(es) contato: _____

Recebemos, nesta data, cópia do edital da Concorrência acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: _____ de _____ de _____.

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"


Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



PROCESSO Nº 1208-002/2015



CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo menor preço, mediante o regime de empreitada por preço global, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 8.666, de 1993, e à Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como à legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data de entrega e abertura dos envelopes: **xx de xxxxxxxx de 20xx**

Horário: **xx:xx (xxxx horas e xxxx minutos – horário local)**

Endereço: **Rua Ladislau Coimbra, nº 102, Centro (Referência: antiga casa da D. Ruth)**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a contratação de empresa de engenharia especializada para execução, mediante o regime de empreitada por preço global, de obra referente a **contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri**, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e demais Anexos deste Edital.

1.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.2.1. ANEXO I - Projeto Básico, Planilha Orçamentária e Modelo do Cronograma Físico-Financeiro **(EM ANEXO)**

1.2.2. ANEXO II - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)

1.2.3. ANEXO III - Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007

1.2.4. ANEXO IV - Minuta do Contrato

EM BRANCO



2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, cadastrados ou não, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

2.2.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

2.2.2. Em dissolução ou em liquidação;

2.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

2.2.4. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

2.2.5. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.6. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.7. Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.8. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e do exercício do cargo de preposto, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

2.4. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se à Comissão Permanente de Licitação para efetuar seu credenciamento como participante desta Licitação, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante os procedimentos relativos a este certame.

3.1.1. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no presente certame, porém impedirá o interessado de manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão, em nome do licitante.

3.2. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

3.2.1. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

3.2.2. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

3.3. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

3.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pela Comissão Permanente de Licitação no início da sessão, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

3.5. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), bem como as cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto nº 6.204, de 2007, deverão apresentar a respectiva declaração, conforme modelo anexo do Edital, separadamente dos Envelopes de nº 01 e de nº 02.

3.5.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

3.6. Em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá ser

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



apresentada também a certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME ou EPP, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

4. DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA

4.1. Cada licitante deverá apresentar dois envelopes de documentos, um contendo os documentos de habilitação e o outro, a proposta de preços.

4.1.1. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 01 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.

4.1.1.1. Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA/AL
CONCORRÊNCIA Nº 03/2015
SESSÃO EM XX/XX/20XX, ÀS XX:XX HORAS**

4.1.1.2. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

4.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA/AL
CONCORRÊNCIA Nº 03/2015
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ Nº XXXX**

**ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA/AL
CONCORRÊNCIA Nº 03/2015
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ Nº XXXX**

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01)

5.1. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

5.1.1. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pela Comissão Permanente de Licitação na própria sessão, conforme forem sendo abertos os envelopes de habilitação, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

5.1.2. Relativos à Habilitação Jurídica:

a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;

a.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

b.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador(es);

c. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do(s) seu(s) administrador(es);

d. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

e. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

5.1.2.1. Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação;

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



5.1.3. Relativos à Qualificação Técnica:

a. Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.

a.1. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado de Alagoas, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

b. Atestado(s) de capacidade técnica-operacional devidamente registrado(s) no CREA, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica da contratação, a saber:

- i. **Pavimento em Paralelepípedo sobre colchão de areia rejuntado com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3 (pedras pequenas 30 a 35 peças por m²);**
- ii. **Base para pavimentação, com brita corrida, inclusive compactação;**
- iii. **Meio-fio de concreto pré-moldado 12 x 30 cm, sobre base de concreto simples e rejuntado com argamassa traço 1:3 (cimento e areia);**
- iv. **Tubo concreto armado classe pa-3 pb nbr-8890/2007 dn 1200 mm para águas pluviais;**
- v. **Tubo concreto armado classe pa-2 pb nbr-8890/2007 dn 600 mm para águas pluviais.**

b.1. Será solicitado, como exigência técnica, que a empresa licitante comprove através de Certidão(es) ou Atestado(s) de Capacidade Técnica, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT expedidas pelo CREA, ter executado os seguintes serviços:

- i. **Execução de redes de drenagem com diâmetros de no mínimo 500mm, e extensão mínima de 1.000 metros;**
- ii. **Execução de pavimentação em paralelepípedo com área mínima construída de 28.000 m².**

b.2. A empresa que se valer do acervo de seu(s) responsável(is) técnico(s), deverá

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



comprovar o vínculo entre o(s) Responsável(is) Técnico(s) e a licitante através da cópia do contrato de trabalho e registro de empregados, devidamente registrados no ministério do trabalho, acompanhado do CRQ – Certidão de Registro e Quitação, expedida pelo CREA, ou ainda por contrato de prestação de serviço com firma reconhecida dos subscritores com poderes para tanto, acompanhado do CRQ – Certidão de Registro e Quitação, expedida pelo CREA, ou ainda através de cópia autenticada do estatuto ou contrato social, devidamente registrado no órgão competente, no caso de ser(em) o(s) responsável(is) sócio(s) da empresa. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através de certidão da junta comercial ou certidão do CREA, devidamente atualizada;

c. Comprovação, de que o licitante, por intermédio de representante legal devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde será realizada a obra, mediante atestado expedido pelo setor competente da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

c.1. A vistoria será acompanhada pelo Secretário de Infraestrutura, Sr. Valter Acioli de Lima, telefone (82) 99116-6013, devendo ser previamente agendada e realizada até 22/01/2016.

c.2. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá possuir formação na área de engenharia, devido à complexidade do objeto desta licitação, bem como estar devidamente identificado apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.1.4. Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente protocolados e cancelados pela Junta Comercial da respectiva sede, inclusive com os termos de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura;

b.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

c. Documento comprobatório da garantia de participação ou, se for o caso, recibo do recolhimento da caução em dinheiro, no valor de 1% (um por cento) do valor estimado da obra, com validade de 60 (sessenta) dias a partir da data de apresentação das propostas, em uma das seguintes modalidades: em dinheiro (espécie ou cheque administrativo), seguro garantia, fiança bancária e títulos da Dívida Pública, este último, devendo criteriosamente se dar na forma do Artigo 56, § 1º, I da Lei 8.666/93. Em se tratando de dinheiro, este deverá ser depositado no banco Banco do Brasil, Ag.: nº. 1648-9, Conta Corrente nº. 12.165-7.

c.1. Não será admitida a comprovação da realização da caução de participação através de depósito em caixa eletrônico.

5.1.5. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

d. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;

e. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

f. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

g. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



efeitos de negativa.

5.1.5.1. Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiver prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;

5.1.5.2. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

5.1.6. Documentos complementares:

a. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital.

5.2. O licitante que já estiver cadastrado no órgão, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.

5.2.1. Nesta hipótese, o licitante deverá apresentar, no envelope relativo à documentação de habilitação, declaração expressa de que está cadastrado no órgão.

5.2.2. A verificação se dará quando da abertura dos envelopes, devendo o resultado ser impresso, assinado pelos membros da Comissão e por todos os representantes dos licitantes presentes e anexado ao processo.

5.2.3. Na hipótese de algum documento que já conste do cadastro estar com o seu prazo de validade vencido, a Comissão verificará se o documento válido correspondente consta do envelope de habilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e das cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

5.2.4. O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

5.3. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



5.3.1. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

5.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus Anexos.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 02)

6.1. A proposta, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

6.1.1. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico;

6.1.2. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

6.1.2.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão-de-obra, materiais, equipamentos e serviços;

6.1.2.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

6.1.2.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

6.1.2.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

6.1.3. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

6.1.3.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico.

6.1.4. Benefícios e Despesas Indiretas – BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, em conformidade com o Acórdão nº 2622/2013-TCU – Plenário:

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G) (1 + DF) (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = taxa de administração central
S = taxa de seguros
R = taxa de riscos
G = taxa de garantias
DF = taxa de despesas financeiras
L = taxa de lucro/remuneração
I = taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS e ISS)

6.1.4.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;

6.1.4.2. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto;

6.1.4.3. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

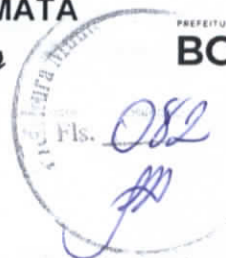
6.1.4.4. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

6.1.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

6.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

6.2.1. Erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação

EM BRANCO



da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

6.2.2. As alterações de que trata este subitem serão submetidas à apreciação da Comissão, com a devida anuência de todos os licitantes.

6.3. Não será aceita reclamação posterior relativamente às propostas, sem que tenha sido devidamente registrada em ata, salvo se prevista em lei.

6.4. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

7. DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

7.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

7.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

7.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

7.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

7.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação;

7.4.1. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação dos licitantes então será

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



verificada, conforme item próprio deste Edital.

7.5.1. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes.

7.5.1.1. Na hipótese acima, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

7.6. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

7.7. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

7.7.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

7.7.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecidos após o julgamento.

7.8. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Edital.

7.9. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

7.10. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

8. DO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. Será considerado inabilitado o licitante que:

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



8.1.1. Não apresentar os documentos exigidos neste Edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do cadastro, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

8.1.2. Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.

8.2. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. O critério de julgamento será o de menor preço **GLOBAL**.

9.1.1. Para o julgamento das propostas, a Comissão poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.

9.2. Será desclassificada a proposta que:

9.2.1. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.2.2. Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;

9.2.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico;

9.2.4. Contiver oferta de vantagem não prevista no edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

9.2.5. Apresentar preços unitários ou preço global superiores àqueles constantes da Planilha Orçamentária elaborada pelo órgão;

9.2.6. Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA DE
BOCA DA MATA
Mais trabalho para você e sua cidade



9.2.7. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

9.2.7.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou
- b. Valor orçado pela Administração.

9.2.7.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

9.2.8. Apresentar, na composição de seus preços:

9.2.8.1. Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

9.2.8.2. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

9.2.8.3. Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

9.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. Após a eventual desclassificação das propostas que não atenderem às exigências dos itens acima, as demais propostas serão classificadas em ordem crescente dos preços propostos.

9.5. Classificadas as propostas, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), que faça jus ao tratamento diferenciado, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006:

9.5.1. A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas por licitantes ME/EPP/COOP que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



9.5.2. As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado será notificado para, se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

9.5.2.1. A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras deste Edital, em sessão pública, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da Ata ou da intimação do licitante.

9.5.3. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores.

9.5.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

9.5.5. Havendo êxito no procedimento, e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP/COOP assumirá a posição de primeira colocada do certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, permanecerá a classificação inicial.

9.6. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

9.6.1. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

9.7. Após o julgamento e a classificação final das propostas, caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, que faça jus ao tratamento diferenciado, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



positivas com efeito de certidão negativa.

9.7.1. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

9.7.2. O prazo para a regularização fiscal começará a correr a partir do encerramento da fase de julgamento das propostas, aguardando-se o decurso desse prazo para a abertura do prazo da fase recursal.

9.7.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.8. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Após o regular decurso da fase recursal, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida homologação e consequente adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

11. DO CONTRATO

11.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

11.2. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista neste Edital.

11.3. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



licitação.

11.4. Correrão por conta da Contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.

12. DA GARANTIA

12.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

12.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b. Seguro-garantia; ou
- c. Fiança bancária.

12.2.1. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

12.2.2. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

12.3. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado no Banco Brasil, mediante depósito identificado a crédito da Contratante.

12.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

12.5. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

12.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa

EM BRANCC



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

12.8. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

12.9. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

13. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

13.1. Nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.1.1. Em caso de reforma de edifício, o limite fixado para os acréscimos é de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

13.1.3. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

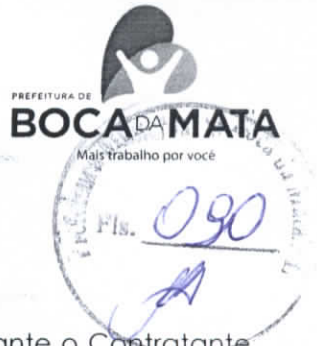
14.2. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

14.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência do Contrato será de 19 (dezenove) meses corridos, a partir da data da assinatura ou da emissão da respectiva Ordem de Serviços, o que ocorrer mais tarde, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1. O prazo de execução dos serviços será de 18 (dezoito) meses corridos, conforme cronograma físico-financeiro constante do projeto básico, e terá início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente.

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do Contrato, bem como neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O prazo para pagamento será de 10 (dez) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.

18.2. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

18.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

18.2.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

18.2.1.2. Se a Contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo.

18.2.1.3. Juntamente com a primeira medição de serviços, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

18.2.2. A Contratante terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.

18.2.2.1. No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

18.2.2.2. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

18.2.3. Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

18.3. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

18.3.1. O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente executados, bem como as seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

a. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

b. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993; e

c. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA DE
BOCA DA MATA
Mais trabalho para todos



18.4. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.5. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sites oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

18.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.6.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

18.6.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

18.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

18.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.9. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

18.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico.

19.1.1. O representante da Contratante deverá ser profissional habilitado e com a experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.

19.2. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

19.3. A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

19.4. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

20.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

20.2. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



20.2.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

20.2.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

20.3. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

20.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere este subitem não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

20.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

21. DA RESCISÃO DO CONTRATO

21.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos financeiros provenientes da receita própria do município, consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:

Funcional Programática: 15.451.0007/1005

Elemento de Despesa: 4490.51- Obras e Instalações

22.2. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

23. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a. Multa moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

23.1.1. A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

23.2. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação;

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Boca da Mata, pelo prazo de até dois anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

23.2.1. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

23.2.2. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

23.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



23.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

23.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

23.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

23.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

24. DOS RECURSOS

24.1. Dos atos da Administração, praticados no curso desta licitação, serão admitidos os seguintes recursos:

24.1.1. Recurso hierárquico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, ou da lavratura da ata de reunião, nos casos de:

24.1.1.1. habilitação ou inabilitação da licitante;

24.1.1.2. julgamento das propostas;

24.1.1.3. anulação ou revogação da licitação;

24.1.1.4. indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



cancelamento;

24.1.1.5. rescisão do Contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666, de 1993;

24.1.1.6. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

24.1.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

24.1.3. Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato, no caso de declaração de inidoneidade.

24.2. Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.3. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual pode reconsiderar sua decisão, ou fazê-lo subir, devidamente informado.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão responsável pela presente licitação, em até 05 (cinco) dias consecutivos anteriores à data de abertura do certame.

25.1.1. As dúvidas serão consolidadas e respondidas, por escrito, após esgotado o prazo de consulta, por meio de circular afixada em mural na sede da Comissão e encaminhada a todos os interessados que tenham informado seu endereço eletrônico, cabendo àqueles que por qualquer motivo não tenham recebido as informações no prazo estipulado o dever, no resguardo de seus interesses, de inteirar-se sobre o teor do documento.

25.2. As disposições deste Edital poderão ser objeto de impugnação, por violarem disposições legais, especialmente da Lei nº 8.666, de 1993, nos seguintes termos:

25.2.1. Por parte de qualquer cidadão, desde que protocole o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação;

25.2.2. Por parte do licitante, desde que protocole o pedido até o segundo dia útil que anteceder a data de abertura dos envelopes de habilitação; do contrário, a comunicação não terá o efeito de recurso.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



25.2.2.1. A impugnação tempestiva não impede o licitante de participar da licitação até o trânsito em julgado da decisão correspondente.

25.3. Não serão admitidos recursos e impugnações enviados através de e-mail, devendo os mesmos serem apresentados por escrito, instruídos com os documentos necessários ao seu conhecimento devidamente anexados, e protocolados no protocolo geral da Prefeitura.

25.4. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

25.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

25.9. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

25.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.11. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

25.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



na Administração.

25.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.14. A ausência de apresentação de qualquer das declarações constantes deste Edital e seus anexos, poderá ser sanada na própria sessão, na fase correspondente, mediante a emissão da(s) mesma(s) pelo representante da licitante devidamente credenciado, de próprio punho ou reduzida a termo na ata da sessão pública;

25.15. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.16. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo da Comissão;

25.17. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

25.18. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 13 horas.

25.19. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 13 horas.

25.20. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

25.21. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

25.22. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Boca da Mata, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Município de Boca da Mata, em xx de xxxxx de 20xx.


Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

Processo nº 1208-002/2015
Concorrência nº 03/2015


Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



ANEXO I

Projeto Básico, Planilha Orçamentária e Modelo do Cronograma Físico-Financeiro
(EM ANEXO)

CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

PROCESSO Nº 1208-002/2015

EM ANEXO

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO – LEI Nº 9.854/99
(colocar em papel timbrado da licitante)

CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

PROCESSO Nº 1208-002/2015

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na
(endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, vem através de seu representante legal
abaixo assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, declarar expressamente,
sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República
Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber: "(...) proibição de trabalho noturno,
perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis
anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos", para fins de habilitação na
Concorrência de nº 03/2015 da Prefeitura Municipal de Boca da Mata/AL.

Local e data

(assinatura)

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA
ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007

(colocar em papel timbrado da licitante)

CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

PROCESSO Nº 1208-002/2015

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na
..... (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio de
seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob as penas da lei, que é
considerada:

☐ microempresa ou empresa de pequeno porte, nos
termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro
de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão
previstas no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

OU

☐ cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488,
de 15 de junho de 2007;

gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar,
para fins de participação na Concorrência de nº 03/2015 da Prefeitura Municipal de Boca da
Mata/AL.

Local e data

(assinatura)

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 1208-002/2015

CONTRATO Nº CC03/2015

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE
XXXXXXXXXXXXX QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA/AL, E
A EMPRESA XXXXXXXXX.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA/AL** com sede na Rua Rosalvo Pinto Dâmaso, 224, Centro, Boca da Mata, Alagoas, inscrito no CNPJ sob o nº 12.264.396/0001-63, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Gustavo Dantas Feijó, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 767035 SSP/AL, inscrito no CPF sob o nº 524.759.994-20, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXX, no Município de XXXXXX, denominada CONTRATADA, neste ato representada pela(a) Sr(a). XXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº 1208-002/2015, e o resultado final da Concorrência nº 03/2015, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O contrato tem por objeto a execução de obra de engenharia referente ao **Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri**, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Boca da Mata/AL, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e no Edital e seus anexos.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital da Concorrência nº 03/2015, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A obra será realizada por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A obra será executada no **Distrito Lagoa do Peri Peri**, situado no Município de Boca da Mata.

3.1.1. O prazo de execução dos serviços será de 18 (dezoito) meses corridos, conforme cronograma físico-financeiro constante do projeto básico, e terá início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A CONTRATADA, além do fornecimento da mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas, obriga-se a:

4.1.1. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6.496, de 1977;

4.1.2. Obter junto à Prefeitura Municipal, conforme o caso, o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

4.1.3. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.

4.1.4. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.5. Atentar, em relação ao material, para todas as disposições e especificações constantes no Projeto Básico.

4.1.6. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

4.1.7. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação da obra em relação ao cronograma previsto.

4.1.8. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



estabelecido neste instrumento e as especificações constantes no projeto básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da CONTRATANTE.

4.1.9. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

4.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução da reforma.

4.1.12. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.13. Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.1.14. Responder pelo pagamento dos salários devidos aos empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados.

4.1.15. Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

4.1.16. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidros sanitárias, elétricas e telefônicas.

4.1.17. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da obra.

4.1.18. Manter seu pessoal devidamente identificado através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;

4.1.19. Manter sediado junto à Administração, durante os turnos de trabalho, preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



4.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

4.1.21. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

4.1.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

4.1.23. Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;

4.1.24. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

4.1.25. Comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade do patrimônio público;

4.1.26. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como agendar, junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos, vistorias com vistas à obtenção de licenças e regularização dos serviços e obras concluídos (Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

4.1.27. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico ou neste contrato;

4.1.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.1.29. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório;

4.1.30. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



empregados utilizados na execução dos serviços.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Projeto Básico e seus anexos.

5.1.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Projeto Básico e de acordo com os termos da proposta, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.2. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

6.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1. Cumprir fielmente as disposições do Contrato;

7.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;

7.1.3. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do Contrato;

7.1.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados no Contrato;

7.1.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



7.1.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.8. Zelar pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA relativas à observância das normas ambientais vigentes;

7.1.9. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital, especialmente do Projeto Básico e seus anexos;

7.1.10. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR DO CONTRATO

8.1. O valor do contrato é de R\$ XXXX (XXXXXXXX).

8.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

9. CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

9.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

9.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b. Seguro-garantia; ou

c. Fiança bancária.

9.2.1. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

9.2.2. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

9.3. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado no Banco Brasil, mediante depósito identificado a crédito da Contratante.

9.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

9.5. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

9.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

9.8. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data em que tiver sido notificada.

9.9. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à CONTRATANTE.

10. CLÁUSULA DEZ - DA VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência do Contrato será de 19 (dezenove) meses corridos, a partir da data da assinatura ou da emissão da respectiva Ordem de Serviços, o que ocorrer mais tarde, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. CLÁUSULA ONZE - DO PAGAMENTO

11.1. O prazo para pagamento será de 10 (dez) dias, contados a partir da data da

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

11.2. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela CONTRATADA de acordo com os seguintes procedimentos:

11.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

11.2.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

11.2.1.2. Se a Contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo.

11.2.1.3. Juntamente com a primeira medição de serviços, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

11.2.2. A CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

11.2.2.1. No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

11.2.2.2. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

11.2.3. Após a aprovação, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

11.3. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

11.3.1. O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



efetivamente executados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

a. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

b. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993; e

c. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

11.4. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11.5. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

11.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.6.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

11.6.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime.

11.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.9. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



11.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

12. CLÁUSULA DOZE - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

12.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.2. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

12.2.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

12.2.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

12.3. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

12.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à CONTRATANTE nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

12.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

13. CLÁUSULA TREZE - DOS PREÇOS

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

14. CLÁUSULA CATORZE - DA DOTÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos financeiros provenientes da receita própria do município, consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:

Funcional Programática: 15.451.0007/1005

Elemento de Despesa: 4490.51- Obras e Instalações

14.2. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

15. CLÁUSULA QUINZE - DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico.

15.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ser profissional habilitado e com a

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.

15.2. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da CONTRATADA e nem confere à CONTRATANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

15.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

15.4. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1. Nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.1. Em caso de reforma de edifício, o limite fixado para os acréscimos é de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.1.3. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

17. CLÁUSULA DEZESSETE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a. Multa moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

17.1.1. A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



17.2. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

- a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação;
- c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Boca da Mata, pelo prazo de até dois anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

17.2.1. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

17.2.2. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

17.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

17.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

17.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

EM BRANCO



17.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

17.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18. CLÁUSULA DEZOITO - DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

- I. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- IV. o atraso injustificado no início do serviço;
- V. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- VII. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- IX. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
- XI. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

EM BRANCO



XII. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XIII. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIV. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XV. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XVI. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

XVII. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVIII. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

18.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

18.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

18.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

18.3.3. judicial, nos termos da legislação.

EM BRANCO



18.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

18.5.1. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

18.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

18.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

18.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.7.3. Indenizações e multas.

19. CLÁUSULA DEZENOVE - DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

20. CLÁUSULA VINTE - DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

21. CLÁUSULA VINTE E UM - DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Boca da Mata, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

EM BRANCC



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Município de Boca da Mata, em XX de XXXXXX de 20XX.

Pela CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

EM BRANCO.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações

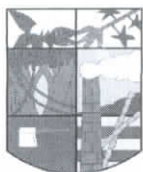


ANEXO DO CONTRATO Nº CC03/2015

Este documento é parte do Contrato acima referenciado, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Boca da Mata e a empresa XXXXXXXXXX, cujos serviços e respectivos preços estão a seguir descritos na planilha orçamentária anexada, em face da realização da Concorrência nº 03/2015.

Minuta

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA
Procuradoria Geral do Município



Processo Administrativo nº 1208002/2015.

Modalidade: Concorrência nº 03/2015.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao sistema de drenagem e pavimentação do Peri-Peri.

Parte interessada: Secretaria Municipal de Infraestrutura.

PARECER PGM GAB Nº 0888/2015.

EMENTA: FASE INTERNA. PROCESSO LICITATÓRIO. MODALIDADE CONCORRÊNCIA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE AO SISTEMA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DO PERI-PERI. OBSERVÂNCIA DA LEI 8.666/93. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS. CONTINUIDADE. REGULARIDADE. DEFERIMENTO.
I – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE AO SISTEMA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DO PERI-PERI
II- SERVIÇO DISPONÍVEL NO MERCADO
III - AMPLA CONCORRÊNCIA.

Vieram os presentes autos a esta Procuradoria Geral do Município para análise inicial da solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura para abertura de procedimento licitatório regular objetivando a contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao sistema de drenagem e pavimentação do Povoado Lagoa do Peri-Peri.

O presente procedimento administrativo fora deflagrado por meio da C. I. nº 265 C/2015, de 08 deste mês de dezembro de 2015.

O pedido inicial veio instruído com o projeto de drenagem urbana e pavimentação, firmado pelos profissionais **Júlio César Moura Menezes Júnior**, Engenheiro Sanitarista e Ambiental, inscrito no CREA sob o nº 020990316-3, e **Luiz Cavalcante Peixoto Neto**, Engenheiro Civil, inscrito no CREA sob o nº 20841182-8.

A tramitação do pedido, ora em análise, foi validamente autorizada pelo senhor Prefeito.

A Secretaria de Planejamento e Finanças deste município informou nos autos acerca da existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira adequada e suficiente ao atendimento do pleito.

A Comissão Permanente de Licitações acostou ao caderno processual administrativo a Portaria de nomeação, ocasião em que lançou o termo de abertura de procedimento licitatório, acompanhado da minuta do Edital de Concorrência nº 03/2015 e do contrato de execução de obra, encaminhando, ato contínuo, o presente procedimento administrativo a este Jurídico Municipal para análise inicial.

Rua Ladislau Coimbra, nº 20, centro
Boca da Mata, Alagoas – CEP. 57680-000
Pmbmata.pgm@gmail.com

EM BRANCO



É, no essencial, o relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

De início, mister esclarecer que o presente opinativo tem o condão de analisar tão somente a **legalidade** dos atos a serem praticados, verificando a existência ou não da possibilidade jurídica do pleito, entretanto, não se analisa a conveniência e oportunidade, eis que é ato discricionário da Administração, tendo o presente tão somente função **opinativa**, não sendo, então, vinculante ao gestor.

Superada a prefacial, passar-se-á a análise do pleito propriamente dito.

Nos termos do parágrafo único do art. 4º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o procedimento licitatório se caracteriza ato administrativo formal. De acordo com a doutrina, a licitação pode ser analisada sob foco interno ou externo, assim denominadas de *fase interna* e *fase externa* da licitação.

Assim sendo, os autos foram corretamente enviados a esta Procuradoria Jurídica Municipal para análise da legalidade do procedimento, de acordo com o que dispõe o art. 38, parágrafo único da Lei nº 8666/93. Leia-se:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (negrito e grifo nosso)

Conquanto, em regra, na presente fase processual, cabe a Procuradoria Geral, órgão de assessoramento direto do Poder Executivo, a análise jurídica, de modo a se vislumbrar se a minuta do Edital e do Contrato atendem os requisitos previstos na Lei de Licitações e Contratos, a teor do que dispõe o supracitado dispositivo.

A modalidade de concorrência está prevista no art. 22, inciso I, § 1º e art. 23, I, c, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Vejamos:

Art. 22. São modalidades de licitação:

I – concorrência;

(...)

§ 1º - Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto. (negrito nosso).

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

Rua Ladislau Coimbra, n° 20, centro
Boca da Mata, Alagoas – CEP. 57680-000
Pmbmata.pgm@gmail.com

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA
Procuradoria Geral do Município



I - para obras e serviços de engenharia

(...)

c) concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) (negrito nosso);

Adite-se, também, que dentre os deveres de todo gestor público está o de atender aos princípios constitucionais da economicidade (art. 70, caput da CF/88) e os princípios correlatos da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade.

Assim, vencidas as considerações pedagógicas, convém salientar, que a análise da fase interna leva em consideração os aspectos jurídicos da minuta do Edital e da minuta do Contrato, sendo que pontos relativos aos aspectos técnicos da prestação dos serviços são da competência da Secretária responsável/solicitante que conhece a necessidade da utilização dos mesmos.

Desta forma, para atender à finalidade da natureza da contratação bem como o interesse da Administração Pública para uma maior economia no cumprimento do contrato é que se verifica juridicamente possível possibilidade de contratação ventilada, nos termos e requisitos pretendidos, insculpidos nas minutas de edital e contrato.

Em sendo assim, cumpre consignar que a fase interna obedeceu ao trâmite legal, tendo em vista que as minutas do Edital e do Contrato atendem, em linhas gerais, as exigências da Lei nº 8.666/1993.

III – DA CONCLUSÃO.

Ante a todo o exposto, esta Procuradoria Geral do Município, por sua signatária representante, **OPINA** pela **REGULARIDADE** e **CONTINUIDADE** da **CONCORRÊNCIA 03/2015**, eis que, em estrita observância aos ditames legais, aplicáveis a espécie.

Eis o parecer, salvo melhor juízo.

Devolva-se o presente feito à Comissão Permanente de Licitações para as demais etapas do certame.

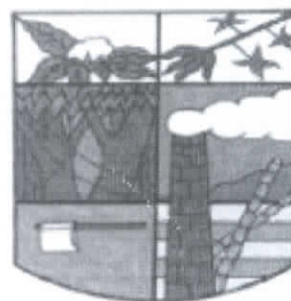
Ciência aos interessados.

Boca da Mata/AL, 17 de dezembro de 2015.


LEILIANE MARINHO SILVA
Procuradora Geral do Município
OAB/AL 10.087 - Portaria nº 258/2014

Rua Ladislau Coimbra, nº 20, centro
Boca da Mata, Alagoas – CEP. 57680-000
Pmbmata.pgm@gmail.com

EM BRANCO



EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

OBJETO:

Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri

SESSÃO PÚBLICA:

26/01/2015

09:30hs

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



Protocolo de Recebimento de Edital
Concorrência nº 03/2015
Processo nº 1208-002/2015

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____ CNPJ Nº: _____

Endereço: _____

Fone(s)/Fax: _____ E-mail: _____

Contato: _____ Celular(es) contato: _____

Recebemos, nesta data, cópia do edital da Concorrência acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"


Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



PROCESSO Nº 1208-002/2015

CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo menor preço, mediante o regime de empreitada por preço global, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 8.666, de 1993, e à Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como à legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data de entrega e abertura dos envelopes: **26 de janeiro de 2016**

Horário: **09:30hs (nove horas e trinta minutos)**

Endereço: **Rua Ladislau Coimbra, nº 102, Centro (Referência: antiga casa da D. Ruth)**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a contratação de empresa de engenharia especializada para execução, mediante o regime de empreitada por preço global, de obra referente a **contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri**, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e demais Anexos deste Edital.

1.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.2.1. ANEXO I - Projeto Básico, Planilha Orçamentária e Modelo do Cronograma Físico-Financeiro **(EM ANEXO)**

1.2.2. ANEXO II - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)

1.2.3. ANEXO III - Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007

1.2.4. ANEXO IV - Minuta do Contrato

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, cadastrados ou não, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

2.2.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

2.2.2. Em dissolução ou em liquidação;

2.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

2.2.4. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

2.2.5. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.6. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.7. Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.8. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e do exercício do cargo de preposto, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

2.4. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se à Comissão Permanente de Licitação para efetuar seu credenciamento como participante desta Licitação, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante os procedimentos relativos a este certame.

3.1.1. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no presente certame, porém impedirá o interessado de manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão, em nome do licitante.

3.2. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

3.2.1. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

3.2.2. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

3.3. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

3.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pela Comissão Permanente de Licitação no início da sessão, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

3.5. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), bem como as cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto nº 6.204, de 2007, deverão apresentar a respectiva declaração, conforme modelo anexo ao Edital, separadamente dos Envelopes de nº 01 e de nº 02.

3.5.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

3.6. Em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá ser

EM BRANCO

1. ORAÇÃO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



apresentada também a certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME ou EPP, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

4. DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA

4.1. Cada licitante deverá apresentar dois envelopes de documentos, um contendo os documentos de habilitação e o outro, a proposta de preços.

4.1.1. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 01 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.

4.1.1.1. Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA/AL
CONCORRÊNCIA Nº 03/2015
SESSÃO EM 26/01/2016, ÀS 09:30 HORAS**

4.1.1.2. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

4.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA/AL
CONCORRÊNCIA Nº 03/2015
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ Nº XXXX**

**ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA/AL
CONCORRÊNCIA Nº 03/2015
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ Nº XXXX**

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01)

5.1. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

5.1.1. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pela Comissão Permanente de Licitação na própria sessão, conforme forem sendo abertos os envelopes de habilitação, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

5.1.2. Relativos à Habilitação Jurídica:

a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;

a.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

b.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador(es);

c. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do(s) seu(s) administrador(es);

d. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

e. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

5.1.2.1. Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação;

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



5.1.3. Relativos à Qualificação Técnica:

a. Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.

a.1. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado de Alagoas, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

b. Atestado(s) de capacidade técnica-operacional devidamente registrado(s) no CREA, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica da contratação, a saber:

- i. **Pavimento em Paralelepípedo sobre colchão de areia rejuntado com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3 (pedras pequenas 30 a 35 peças por m²);**
- ii. **Base para pavimentação, com brita corrida, inclusive compactação;**
- iii. **Meio-fio de concreto pré-moldado 12 x 30 cm, sobre base de concreto simples e rejuntado com argamassa traço 1:3 (cimento e areia);**
- iv. **Tubo concreto armado classe pa-3 pb nbr-8890/2007 dn 1200 mm para águas pluviais;**
- v. **Tubo concreto armado classe pa-2 pb nbr-8890/2007 dn 6.00 mm para águas pluviais.**

b.1. Será solicitado, como exigência técnica, que a empresa licitante comprove através de Certidão(es) ou Atestado(s) de Capacidade Técnica, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT expedidas pelo CREA, ter executado os seguintes serviços:

- i. **Execução de redes de drenagem com diâmetros de no mínimo 500mm, e extensão mínima de 1.000 metros;**
- ii. **Execução de pavimentação em paralelepípedo com área mínima construída de 28.000 m².**

b.2. A empresa que se valer do acervo de seu(s) responsável(is) técnico(s), deverá

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



comprovar o vínculo entre o(s) Responsável(is) Técnico(s) e a licitante através da cópia do contrato de trabalho e registro de empregados, devidamente registrados no ministério do trabalho, acompanhado do CRQ – Certidão de Registro e Quitação, expedida pelo CREA, ou ainda por contrato de prestação de serviço com firma reconhecida dos subscritores com poderes para tanto, acompanhado do CRQ – Certidão de Registro e Quitação, expedida pelo CREA, ou ainda através de cópia autenticada do estatuto ou contrato social, devidamente registrado no órgão competente, no caso de ser(em) o(s) responsável(is) sócio(s) da empresa. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através de certidão da junta comercial ou certidão do CREA, devidamente atualizada;

c. Comprovação, de que o licitante, por intermédio de representante legal devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde será realizada a obra, mediante atestado expedido pelo setor competente da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

c.1. A vistoria será acompanhada pelo Secretário de Infraestrutura, Sr. Valter Acioli de Lima, telefone (82) 99116-6013, devendo ser previamente agendada e realizada até 22/01/2016.

c.2. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá possuir formação na área de engenharia, devido à complexidade do objeto desta licitação, bem como estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.1.4. Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente protocolados e chancelados pela Junta Comercial da respectiva sede, inclusive com os termos de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura;

b.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

c. Documento comprobatório da garantia de participação ou, se for o caso, recibo do recolhimento da caução em dinheiro, no valor de 1% (um por cento) do valor estimado da obra, com validade de 60 (sessenta) dias a partir da data de apresentação das propostas, em uma das seguintes modalidades: em dinheiro (espécie ou cheque administrativo), seguro garantia, fiança bancária e títulos da Dívida Pública, este último, devendo criteriosamente se dar na forma do Artigo 56, § 1º, I da Lei 8.666/93. Em se tratando de dinheiro, este deverá ser depositado no banco Banco do Brasil, Ag.: nº. 1648-9, Conta Corrente nº. 12.165-7.

c.1. Não será admitida a comprovação da realização da caução de participação através de depósito em caixa eletrônico.

5.1.5. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

d. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;

e. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

f. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

g. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



efeitos de negativa.

5.1.5.1. Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiver prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;

5.1.5.2. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

5.1.6. Documentos complementares:

a. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital.

5.2. O licitante que já estiver cadastrado no órgão, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.

5.2.1. Nesta hipótese, o licitante deverá apresentar, no envelope relativo à documentação de habilitação, declaração expressa de que está cadastrado no órgão.

5.2.2. A verificação se dará quando da abertura dos envelopes, devendo o resultado ser impresso, assinado pelos membros da Comissão e por todos os representantes dos licitantes presentes e anexado ao processo.

5.2.3. Na hipótese de algum documento que já conste do cadastro estar com o seu prazo de validade vencido, a Comissão verificará se o documento válido correspondente consta do envelope de habilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e das cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

5.2.4. O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

5.3. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



5.3.1. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

5.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus Anexos.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 02)

6.1. A proposta, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

6.1.1. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico;

6.1.2. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

6.1.2.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão-de-obra, materiais, equipamentos e serviços;

6.1.2.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

6.1.2.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

6.1.2.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

6.1.3. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

6.1.3.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico.

6.1.4. Benefícios e Despesas Indiretas – BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, em conformidade com o Acórdão nº 2622/2013-TCU – Plenário:

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G) (1 + DF) (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = taxa de administração central

S = taxa de seguros

R = taxa de riscos

G = taxa de garantias

DF = taxa de despesas financeiras

L = taxa de lucro/remuneração

I = taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS e ISS)

6.1.4.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;

6.1.4.2. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto;

6.1.4.3. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

6.1.4.4. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

6.1.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

6.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

6.2.1. Erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

6.2.2. As alterações de que trata este subitem serão submetidas à apreciação da Comissão, com a devida anuência de todos os licitantes.

6.3. Não será aceita reclamação posterior relativamente às propostas, sem que tenha sido devidamente registrada em ata, salvo se prevista em lei.

6.4. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

7. DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

7.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

7.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

7.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

7.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

7.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação;

7.4.1. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação dos licitantes então será

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



verificada, conforme item próprio deste Edital.

7.5.1. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes.

7.5.1.1. Na hipótese acima, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

7.6. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

7.7. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

7.7.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

7.7.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecidos após o julgamento.

7.8. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Edital.

7.9. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

7.10. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

8. DO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. Será considerado inabilitado o licitante que:

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



PREFEITURA DE
BOCA DA MATA
Mais trabalho por você

8.1.1. Não apresentar os documentos exigidos neste Edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do cadastro, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

8.1.2. Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.

8.2. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. O critério de julgamento será o de menor preço **GLOBAL**.

9.1.1. Para o julgamento das propostas, a Comissão poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.

9.2. Será desclassificada a proposta que:

9.2.1. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.2.2. Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;

9.2.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico;

9.2.4. Contiver oferta de vantagem não prevista no edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

9.2.5. Apresentar preços unitários ou preço global superiores àqueles constantes da Planilha Orçamentária elaborada pelo órgão;

9.2.6. Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



9.2.7. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

9.2.7.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a.** Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou
- b.** Valor orçado pela Administração.

9.2.7.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

9.2.8. Apresentar, na composição de seus preços:

9.2.8.1. Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

9.2.8.2. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

9.2.8.3. Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

9.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. Após a eventual desclassificação das propostas que não atenderem às exigências dos itens acima, as demais propostas serão classificadas em ordem crescente dos preços propostos.

9.5. Classificadas as propostas, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), que faça jus ao tratamento diferenciado, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006:

9.5.1. A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas por licitantes ME/EPP/COOP que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



9.5.2. As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado será notificado para, se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

9.5.2.1. A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras deste Edital, em sessão pública, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da Ata ou da intimação do licitante.

9.5.3. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores.

9.5.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

9.5.5. Havendo êxito no procedimento, e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP/COOP assumirá a posição de primeira colocada do certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, permanecerá a classificação inicial.

9.6. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

9.6.1. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

9.7. Após o julgamento e a classificação final das propostas, caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, que faça jus ao tratamento diferenciado, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



positivas com efeito de certidão negativa.

9.7.1. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

9.7.2. O prazo para a regularização fiscal começará a correr a partir do encerramento da fase de julgamento das propostas, aguardando-se o decurso desse prazo para a abertura do prazo da fase recursal.

9.7.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.8. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Após o regular decurso da fase recursal, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida homologação e conseqüente adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

11. DO CONTRATO

11.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

11.2. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista neste Edital.

11.3. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



licitação.

11.4. Correrão por conta da Contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.

12. DA GARANTIA

12.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

12.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b. Seguro-garantia; ou
- c. Fiança bancária.

12.2.1. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

12.2.2. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

12.3. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado no Banco Brasil, mediante depósito identificado a crédito da Contratante.

12.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

12.5. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

12.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

12.8. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

12.9. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

13. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

13.1. Nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.1.1. Em caso de reforma de edifício, o limite fixado para os acréscimos é de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

13.1.3. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

14.2. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

14.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



PREFEITURA DE
BOCA DA MATA
Mais trabalho por você

coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência do Contrato será de 19 (dezenove) meses corridos, a partir da data da assinatura ou da emissão da respectiva Ordem de Serviços, o que ocorrer mais tarde, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1. O prazo de execução dos serviços será de 18 (dezoito) meses corridos, conforme cronograma físico-financeiro constante do projeto básico, e terá início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente.

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do Contrato, bem como neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O prazo para pagamento será de 10 (dez) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.

18.2. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

18.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

18.2.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

18.2.1.2. Se a Contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



PREFEITURA DE
BOCA DA MATA
Mais trabalho por você

original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo.

18.2.1.3. Juntamente com a primeira medição de serviços, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

18.2.2. A Contratante terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.

18.2.2.1. No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

18.2.2.2. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

18.2.3. Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

18.3. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

18.3.1. O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente executados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

a. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

b. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993; e

c. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



18.4. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.5. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sites oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

18.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.6.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

18.6.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

18.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

18.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.9. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

18.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico.

19.1.1. O representante da Contratante deverá ser profissional habilitado e com a experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.

19.2. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

19.3. A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

19.4. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

20.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

20.2. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



20.2.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

20.2.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

20.3. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

20.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere este subitem não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

20.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

21. DA RESCISÃO DO CONTRATO

21.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos financeiros provenientes da receita própria do município, consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:

Funcional Programática: 15.451.0007/1005

Elemento de Despesa: 4490.51- Obras e Instalações

22.2. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

23. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a. Multa moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

23.1.1. A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

23.2. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação;

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Boca da Mata, pelo prazo de até dois anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

23.2.1. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

23.2.2. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

23.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



23.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

23.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

23.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

23.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

24. DOS RECURSOS

24.1. Dos atos da Administração, praticados no curso desta licitação, serão admitidos os seguintes recursos:

24.1.1. Recurso hierárquico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, ou da lavratura da ata de reunião, nos casos de:

24.1.1.1. habilitação ou inabilitação da licitante;

24.1.1.2. julgamento das propostas;

24.1.1.3. anulação ou revogação da licitação;

24.1.1.4. indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



cancelamento;

24.1.1.5. rescisão do Contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666, de 1993;

24.1.1.6. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

24.1.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

24.1.3. Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato, no caso de declaração de inidoneidade.

24.2. Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.3. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual pode reconsiderar sua decisão, ou fazê-lo subir, devidamente informado.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão responsável pela presente licitação, em até 05 (cinco) dias consecutivos anteriores à data de abertura do certame.

25.1.1. As dúvidas serão consolidadas e respondidas, por escrito, após esgotado o prazo de consulta, por meio de circular afixada em mural na sede da Comissão e encaminhada a todos os interessados que tenham informado seu endereço eletrônico, cabendo àqueles que por qualquer motivo não tenham recebido as informações no prazo estipulado o dever, no resguardo de seus interesses, de inteirar-se sobre o teor do documento.

25.2. As disposições deste Edital poderão ser objeto de impugnação, por violarem disposições legais, especialmente da Lei nº 8.666, de 1993, nos seguintes termos:

25.2.1. Por parte de qualquer cidadão, desde que protocole o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação;

25.2.2. Por parte do licitante, desde que protocole o pedido até o segundo dia útil que anteceder a data de abertura dos envelopes de habilitação; do contrário, a comunicação não terá o efeito de recurso.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



25.2.2.1. A impugnação tempestiva não impede o licitante de participar da licitação até o trânsito em julgado da decisão correspondente.

25.3. Não serão admitidos recursos e impugnações enviados através de e-mail, devendo os mesmos serem apresentados por escrito, instruídos com os documentos necessários ao seu conhecimento devidamente anexados, e protocolados no protocolo geral da Prefeitura.

25.4. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

25.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

25.9. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

25.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.11. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

25.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



na Administração.

25.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.14. A ausência de apresentação de qualquer das declarações constantes deste Edital e seus anexos, poderá ser sanada na própria sessão, na fase correspondente, mediante a emissão da(s) mesma(s) pelo representante da licitante devidamente credenciado, de próprio punho ou reduzida a termo na ata da sessão pública;

25.15. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.16. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo da Comissão;

25.17. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

25.18. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 13 horas.

25.19. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 13 horas.

25.20. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

25.21. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

25.22. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Boca da Mata, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Município de Boca da Mata, em 18 de dezembro de 2015.


Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

Processo nº 1208-002/2015
Concorrência nº 03/2015


Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



ANEXO I

Projeto Básico, Planilha Orçamentária e Modelo do Cronograma Físico-Financeiro
(EM ANEXO)

CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

PROCESSO Nº 1208-002/2015

EM ANEXO

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO – LEI Nº 9.854/99
(colocar em papel timbrado da licitante)

CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

PROCESSO Nº 1208-002/2015

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na,
(endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, vem através de seu representante legal
abaixo assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, declarar expressamente,
sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República
Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber: "(...) proibição de trabalho noturno,
perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis
anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos", para fins de habilitação na
Concorrência de nº 03/2015 da Prefeitura Municipal de Boca da Mata/AL.

Local e data

(assinatura)

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA
ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007

(colocar em papel timbrado da licitante)

CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

PROCESSO Nº 1208-002/2015

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na
....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio de
seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob as penas da lei, que é
considerada:

☐ microempresa ou empresa de pequeno porte, nos
termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro
de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão
previstas no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

OU

☐ cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488,
de 15 de junho de 2007;

gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar,
para fins de participação na Concorrência de nº 03/2015 da Prefeitura Municipal de Boca da
Mata/AL.

Local e data

(assinatura)

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 1208-002/2015

CONTRATO Nº CC03/2015

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE
XXXXXXXXXXXXXX QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA/AL, E
A EMPRESA **XXXXXXXXXX**.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA/AL** com sede na Rua Rosalvo Pinto Dâmaso, 224, Centro, Boca da Mata, Alagoas, inscrito no CNPJ sob o nº 12.264.396/0001-63, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Gustavo Dantas Feijó, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 767035 SSP/AL, inscrito no CPF sob o nº 524.759.994-20, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXXXX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXXXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº 1208-002/2015, e o resultado final da Concorrência nº 03/2015, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O contrato tem por objeto a execução de obra de engenharia referente ao **Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri**, visando atender às necessidades a Prefeitura Municipal de Boca da Mata/AL, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e no Edital e seus anexos.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital da Concorrência nº 03/2015, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A obra será realizada por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

M BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A obra será executada no **Distrito Lagoa do Peri Peri**, situado no Município de Boca da Mata.

3.1.1. O prazo de execução dos serviços será de 18 (dezoito) meses corridos, conforme cronograma físico-financeiro constante do projeto básico, e terá início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A CONTRATADA, além do fornecimento da mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas, obriga-se a:

4.1.1. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6.496, de 1977;

4.1.2. Obter junto à Prefeitura Municipal, conforme o caso, o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

4.1.3. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.

4.1.4. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.5. Atentar, em relação ao material, para todas as disposições e especificações constantes no Projeto Básico.

4.1.6. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

4.1.7. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação da obra em relação ao cronograma previsto.

4.1.8. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



estabelecido neste instrumento e as especificações constantes no projeto básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da CONTRATANTE.

4.1.9. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

4.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução da reforma.

4.1.12. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.13. Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.1.14. Responder pelo pagamento dos salários devidos aos empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados.

4.1.15. Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

4.1.16. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrosanitárias, elétricas e telefônicas.

4.1.17. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da obra.

4.1.18. Manter seu pessoal devidamente identificado através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;

4.1.19. Manter sediado junto à Administração, durante os turnos de trabalho, preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



PREFEITURA DE
BOCA DA MATA

Mais trabalho por você

4.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

4.1.21. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

4.1.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

4.1.23. Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;

4.1.24. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

4.1.25. Comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público;

4.1.26. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como agendar, junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos, vistorias com vistas à obtenção de licenças e regularização dos serviços e obras concluídos (Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

4.1.27. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico ou neste contrato;

4.1.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.1.29. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório;

4.1.30. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



empregados utilizados na execução dos serviços.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Projeto Básico e seus anexos.

5.1.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Projeto Básico e de acordo com os termos da proposta, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.2. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

6.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1. Cumprir fielmente as disposições do Contrato;

7.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;

7.1.3. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do Contrato;

7.1.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados no Contrato;

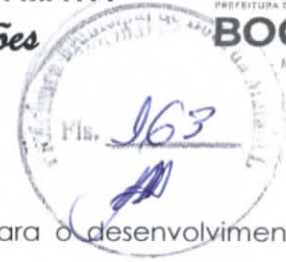
7.1.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



7.1.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.8. Zelar pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA relativas à observância das normas ambientais vigentes;

7.1.9. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital, especialmente do Projeto Básico e seus anexos;

7.1.10. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR DO CONTRATO

8.1. O valor do contrato é de R\$ XXXX (XXXXXXXX).

8.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

9. CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

9.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

9.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b. Seguro-garantia; ou
- c. Fiança bancária.

9.2.1. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

9.2.2. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

9.3. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado no Banco Brasil, mediante depósito identificado a crédito da Contratante.

9.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

9.5. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

9.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

9.8. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data em que tiver sido notificada.

9.9. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à CONTRATANTE.

10. CLÁUSULA DEZ - DA VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência do Contrato será de 19 (dezenove) meses corridos, a partir da data da assinatura ou da emissão da respectiva Ordem de Serviços, o que ocorrer mais tarde, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. CLÁUSULA ONZE - DO PAGAMENTO

11.1. O prazo para pagamento será de 10 (dez) dias, contados a partir da data da

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

11.2. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela CONTRATADA de acordo com os seguintes procedimentos:

11.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

11.2.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

11.2.1.2. Se a Contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo.

11.2.1.3. Juntamente com a primeira medição de serviços, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

11.2.2. A CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

11.2.2.1. No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

11.2.2.2. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

11.2.3. Após a aprovação, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

11.3. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

11.3.1. O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços

M BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



efetivamente executados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

- a. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;
- b. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993; e
- c. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

11.4. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11.5. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

11.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.6.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

11.6.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime.

11.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.9. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

EM BRANCO



11.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

12. CLÁUSULA DOZE - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

12.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.2. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

12.2.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

12.2.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

12.3. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

12.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à CONTRATANTE nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

12.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

13. CLÁUSULA TREZE - DOS PREÇOS

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

14. CLÁUSULA CATORZE - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos financeiros provenientes da receita própria do município, consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:

Funcional Programática: 15.451.0007/1005

Elemento de Despesa: 4490.51- Obras e Instalações

14.2. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

15. CLÁUSULA QUINZE - DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico.

15.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ser profissional habilitado e com a

IM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.

15.2. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da CONTRATADA e nem confere à CONTRATANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

15.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

15.4. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1. Nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.1. Em caso de reforma de edifício, o limite fixado para os acréscimos é de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.1.3. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

17. CLÁUSULA DEZESSETE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a. Multa moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

17.1.1. A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

IN BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



17.2. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

- a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação;
- c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Boca da Mata, pelo prazo de até dois anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

17.2.1. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

17.2.2. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

17.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

17.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

17.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

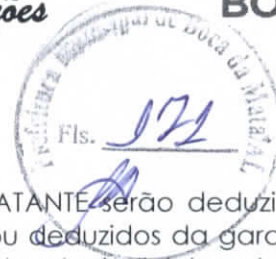
17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



17.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

17.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18. CLÁUSULA DEZOITO - DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

- I. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- IV. o atraso injustificado no início do serviço;
- V. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- VII. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- IX. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
- XI. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



BOCA DA MATA

Mais trabalho por você

XII. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XIII. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIV. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XV. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XVI. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

XVII. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVIII. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

18.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

18.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

18.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

18.3.3. judicial, nos termos da legislação.

EM BRANCO



18.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

18.5.1. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

18.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

18.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

18.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.7.3. Indenizações e multas.

19. CLÁUSULA DEZENOVE - DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

20. CLÁUSULA VINTE - DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

21. CLÁUSULA VINTE E UM - DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Boca da Mata, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Município de Boca da Mata, em XX de XXXXXX de 20XX.

Pela CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



ANEXO DO CONTRATO Nº CC03/2015



Este documento é parte do Contrato acima referenciado, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Boca da Mata e a empresa **XXXXXXXXXX**, cujos serviços e respectivos preços estão a seguir descritos na planilha orçamentária anexada, em face da realização da Concorrência nº 03/2015.

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Boca da Mata, Estado de Alagoas, TORNA PÚBLICO que encontra-se aberto o CONCORRÊNCIA Nº 03/2015, Tipo Menor Preço, que tem como objeto a contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri.

O recebimento e a abertura dos envelopes ocorrerão no dia 26 de janeiro de 2016 às 09:30hs (nove horas e trinta minutos), no endereço Rua Ladislau Coimbra, nº 102, Centro.

O Edital em inteiro teor poderá ser lido e/ou obtido no endereço acima, em dias úteis, no horário das 09 às 13 horas em dias úteis.

Bergson Araujo Leite
Presidente da CPL

Cópia publicada no Quadro de Avisos
desta Prefeitura em 23/12/2015.



Servidor responsável

EM BRANCO

Diário Oficial

Maceio - quarta-feira
23 de dezembro de 2015

Estado de Alagoas
Unidade Federativa do Brasil

Edição Eletrônica Certificada Digitalmente conforme LEI N° 7.397/2012

Ano 103 - Número 239

Diário dos Municípios

Prefeitura de Barra de São Miguel

MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO MIGUEL EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 19/2015.1 – Processo nº 715.013.2015 – Pregão Presencial nº 19/2015 – SRP – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 03/2013 – Fornecedor Registrado: MB COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME (CNPJ nº 17.489.559/0001-20) – Objeto: aquisição de mobiliário (Lotes 1, 4, 5, 6, 7, 9, 14, 16 e 19) – Valor Global: R\$ 40.017,00 (quarenta mil e dezessete reais) – Vigência: 12 (doze) meses.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços nº 19/2015.2 – Processo nº 715.013.2015 – Pregão Presencial nº 19/2015 – SRP – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 03/2013 – Fornecedor Registrado: CEZÁRIOS MÓVEIS E COMÉRCIO LTDA - ME (CNPJ nº 03.016.072/0001-15) – Objeto: aquisição de mobiliário (Lotes 2, 11, 12, 13, 15, 17 e 18) – Valor Global: R\$ 61.011,00 (sessenta e um mil e onze reais) – Vigência: 12 (doze) meses.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços nº 19/2015.3 – Processo nº 715.013.2015 – Pregão Presencial nº 19/2015 – SRP – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 03/2013 – Fornecedor Registrado: HAROLDO COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA - EPP (CNPJ nº 41.187.998/0001-62) – Objeto: aquisição de mobiliário (Lotes 3, 8 e 10) – Valor Global: R\$ 7.137,00 (sete mil cento e trinta e sete reais) – Vigência: 12 (doze) meses.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 715.013.2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015-SRP

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 19/2015-SRP, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo nº 715.013.2015, HOMOLOGO, com fundamento no Artigo 4º, Inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, o procedimento licitatório para que a Adjudicação nele contida produza seus efeitos jurídicos e legais.

José Medeiros Nicolau
Prefeito

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 20/2015.1 – Processo nº 717.003.2015 – Pregão Presencial nº 20/2015-SRP – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 03/2013 – Fornecedor Registrado: BCOM DISTRIBUIDORA LTDA – ME (CNPJ 02.810.692/0001-69) – Objeto: aquisição de material de construção (Lotes 01, 02, 05, 08, 10, 11, 12, 14) – Valor Global: R\$ 784.586,50 (setecentos e oitenta e quatro mil quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos) – Vigência: 12 (doze) meses.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 20/2015.2 – Processo nº 717.003.2015 – Pregão Presencial nº 20/2015-SRP – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 03/2013 – Fornecedor Registrado: CEZÁRIOS MÓVEIS E COMÉRCIO LTDA - ME (CNPJ 03.016.072/0001-15) – Objeto: aquisição de material de construção (Lotes 03, 04, 06 e 07) – Valor Global: R\$ 951.618,80 (novecentos e cinquenta e um mil seiscentos e dezoito reais e oitenta centavos) – Vigência: 12 (doze) meses.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 20/2015.3 – Processo nº 717.003.2015 – Pregão Presencial nº 20/2015-SRP – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 03/2013 – Fornecedor Registrado: RRD TRANSPORTE E LOCAÇÃO LTDA - ME (CNPJ 12.963.740/0001-02) – Objeto: aquisição de material de construção (Lotes 13 e 15) – Valor Global: R\$ 48.100,00 (quarenta e oito mil e cem reais) – Vigência: 12 (doze) meses.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 717.003.2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015-SRP

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 20/2015-SRP, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo nº 717.003.2015, HOMOLOGO, com fundamento no Artigo 4º, Inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, o procedimento licitatório para que a Adjudicação nele contida produza seus efeitos jurídicos e legais.

José Medeiros Nicolau
Prefeito

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 21/2015 – Processo nº 720.013.2015 – Pregão Presencial nº 21/2015 – SRP – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 03/2013 – Fornecedor SBX LIVRARIA E PAPELARIA LTDA - EPP (CNPJ nº 15.912.437/0001-79) – Objeto: aquisição de material de expediente – Valor Global: R\$ 389.565,07 (trezentos e oitenta e nove mil quinhentos e sessenta e cinco reais e sete centavos) – Vigência: 12 (doze) meses.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 720.013.2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015-SRP

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 21/2015-SRP, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo nº 720.013.2015, HOMOLOGO, com fundamento no Artigo 4º, Inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, o procedimento licitatório para que a Adjudicação nele contida produza seus efeitos jurídicos e legais.

José Medeiros Nicolau
Prefeito

Prefeitura de Boca da Mata

MUNICÍPIO DE BOCA DA MATA

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 02/2015

Modalidade/Nº: Concorrência nº 02/2015 – Tipo: Menor Preço – Regime: Empreitada Por Preço Global – Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao sistema de abastecimento de água do Povoado Lagoa do Peri Peri – Fonte de Recursos: recurso próprio – Data/Horário: 22 de janeiro de 2016 às 09:30hs (nove horas e trinta minutos) – Local: sede da Prefeitura Municipal de Boca da Mata – Edital e Informações: No endereço acima, de 08 às 13 horas em dias úteis.

Bergson Araujo Leite
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

Modalidade/Nº: Concorrência nº 03/2015 – Tipo: Menor Preço – Regime: Empreitada Por Preço Global – Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri – Data/Horário: 26 de janeiro de 2016 às 09:30hs (nove horas e trinta minutos) – Local: sede da Prefeitura Municipal de Boca da Mata – Edital e Informações: No endereço acima, de 08 às 13 horas em dias úteis.

Bergson Araujo Leite
Presidente da CPL

EM BRANCO



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 9/2015

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba comunica que se acha aberta a Concorrência nº 09/2015 - Processo nº 8.147/2015, destinada à contratação de empresa de engenharia para o fornecimento de mão de obra, materiais e componentes elétricos para os quadros e painéis de acionamentos e automação, com start-up do sistema de remoção de lodo da Estação de Tratamento de Água Armando Pannunzio, neste município. Encerramento: dia 27/01/2016, às 09:00 horas. O edital completo será disponibilizado no site www.saesorocaba.com.br. Informações pelos telefones: (15) 3224-5814 e 5815 ou pessoalmente na Av. Pereira da Silva, 1.285, no Setor de Licitação e Contratos.

Sorocaba, 22 de dezembro de 2015.
JOVELINA RODRIGUES BUENO
Presidente da Comissão Especial de Licitações

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO DE SERGIPE COHIDRO

AVISO DE ANULAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 1/2015

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO DE SERGIPE - COHIDRO, inscrita no CNPJ - 15.613.813/0001-24, entidade da Administração Pública Indireta do Estado de Sergipe, empresa pública, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação, criada pela Portaria nº 06/2015, de 19 de fevereiro de 2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que a Concorrência nº 1/2015, cujo objeto é Implantação de 40 Sistemas Simplificados de Abastecimentos - SSAs, com fornecimento de materiais e mão de obra, de acordo com as especificações contidas no Projeto Básico, foi CANCELADA, já que a única empresa interessada no certame, D&M Construção, Manutenção e Montagem Industrial Ltda-ME, foi inabilitada por não atender os ditames legais. Certame Licitação publicado no DOU no dia 28 de outubro de 2015, seção 3, fl. 209.

Aracaju-SE, 21 de dezembro de 2015
CRISTIANE SANTOS GOIS
Presidente da CPL

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO SUSTENTÁVEL - SEINFRA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2015

OBJETO: Execução dos serviços/obras de urbanização de praças nos Municípios de Araruá e Riachão do Dantas, neste Estado de Sergipe. DATA: 14 de janeiro de 2016. HORA: 9 horas. TIPO: Menor Preço Global. PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 dias. REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Unidade Orçamentária: 14.101 - Classificação Programática Funcional: 15.451.0320 - Projeto Atividade: 0776 - Elemento de Despesa: 4.490.51 - Fonte de Recurso: 0290. BASE LEGAL: Lei nº 666/1993 e legislações correlatas. PARECER JURÍDICO: PGE nº 9.019/2015. VALOR MÁXIMO DO CONTRATO: R\$ 538.638,23. INFORMAÇÕES: Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano - SEINFRA, sediada na Rua Vila Cristina, nº 1.051, Bairro Treze de Julho, Aracaju/SE - Fones: 3198-5352/5353. Horário de atendimento: das 8 às 13 horas e no link desta Secretaria: <http://www.seinfra.se.gov.br/>.

Aracaju-SE, 22 de dezembro de 2015
MANOEL ALFREDO SANTOS LIMA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DA MODALIDADE DA GESTÃO PÚBLICA

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº 139/2015

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 09/12/2015. Objeto: Pregão Eletrônico - O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e componentes originais, em aparelhos eletromédicos (Autoclave/Foco Cirúrgico/Mesa Cirúrgica), dos Hospitais Regionais do Estado, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência, Anexo II.

KASSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA KOELLN
Pregoeira

(SIDEC - 22/12/2015) 925958-00007-2015NE004140

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032015122300251

ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO

AVISOS DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2015

Órgão: Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo. Data de Abertura: 15/01/2016. Horário: 12h00min. Local de retirada do edital: Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo - sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro - Fone/Fax (68) 3325-1074 Local de abertura: Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo - Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro - Fone/Fax (68) 3325-1074. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a construção de 01 (uma) UBS na Comunidade Novo Horizonte, Zona Rural do município de Marechal Thaumaturgo - Acre localizado no Alto Rio Têjo.

TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2015

Órgão: Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo. Data de Abertura: 15/01/2016. Horário: 09h00min. Local de retirada do edital: Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo - sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro - Fone/Fax (68) 3325-1074. Local de abertura: Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo - Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, 113 - Centro - Fone/Fax (68) 3325-1074. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a construção de 01 (um) Centro do Idoso, na Zona Urbana do município de Marechal Thaumaturgo - Acre.

Marechal Thaumaturgo-AC, 18 de dezembro de 2015.
RICARDO FERREIRA DE AZEVEDO
Presidente da CPML

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2015 - CEL/PMRB Por Técnica e Preço

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia para Prestação de Serviços Técnicos na elaboração de Projetos Executivos de Engenharia para Qualificação de Vias Urbanas e Interligação de Bairros no Município de Rio Branco - Acre.

A CEL JULGOU HABILITADAS as empresas: 1) VETOR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, 2) EXOTENG ENGENHARIA PROJETOS E CONSULTORIA EIRELI. A Comissão informou ainda que as licitantes inconformadas com a decisão ora adotada terão prazo de 05 (cinco) dias úteis para, querendo, apresentarem razões de recurso e, não havendo manifestação, a Comissão comunicará aos licitantes para a abertura das Propostas Técnicas das concorrentes habilitadas.

As razões que motivaram tal posicionamento encontram-se à disposição dos interessados, para consulta, na Rua Amazonas, 466, Cerâmica, Rio Branco/AC, das 08h às 18h.

Rio Branco-AC, 22 de dezembro de 2015.
WILLSON DIÓGO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão Especial de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GUIOMARD

DESPACHO DO PREFEITO Em 22 de dezembro de 2015

Para que produza os efeitos legais em sua plenitude, HOMOLOGO todos os atos praticados pela Pregoeira Senhora Nádia Maria Vilarouca Monteiro e sua equipe de apoio, referente ao PREGÃO Nº 003/2015 - CPL, em favor da empresa: W. C. S. MENDES (ME), CNPJ nº 12.776.028/0001-90, vencedora do Lote 1 valor total de R\$ 200.910,00 (Duzentos mil novecentos e dez reais).

JAMES PEREIRA DA SILVA

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

AVISOS DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 2/2015

Modalidade: Concorrência nº 02/2015 - Tipo: Menor Preço - Regime: Empreitada Por Preço Global - Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao sistema de abastecimento de água do Povoado Lagoa do Peri Peri - Fonte de Recursos: recurso próprio - Data/Horário: 22 de janeiro de 2016 às 09:30hs (nove horas e trinta minutos) - Local: sede da Prefeitura Municipal de Boca da Mata - Edital e Informações: No endereço acima, de 08 às 13 horas em dias úteis.



CONCORRÊNCIA Nº 3/2015

Modalidade: Concorrência nº 03/2015 - Tipo: Menor Preço - Regime: Empreitada Por Preço Global - Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri - Data/Horário: 26 de janeiro de 2016 às 09:30hs (nove horas e trinta minutos) - Local: sede da Prefeitura Municipal de Boca da Mata - Edital e Informações: No endereço acima, de 08 às 13 horas em dias úteis.

BERGSON ARAUJO LEITE
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015

O Município de Delmiro Gouveia, através de sua Comissão de Licitação, comunica que foram constatadas falhas técnicas no Edital que tem como objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Fica suspensa a sessão estabelecida para o dia 23/12/2015 às 9:00horas, onde posteriormente será publicado novo aviso.

Em 22 de dezembro de 2015.
ERIKA VANESSA MELO DE LIMA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

EXTRATOS DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Presencial nº 08/2015-PM-PP-SRP Nº 07/2015. Processo nº 055020151008001. Objeto: O objeto da presente licitação é o registro de preços para a aquisição de medicamentos da Atenção Básica, Injetáveis, Controlados e Medicamentos Comuns, remanescentes do Pregão nº 6/2015, para o período de 12 (doze) meses. Gerenciador: Secretaria Municipal de Saúde-Prefeitura Municipal de Maravilha-AL.

Ata de Registro de Preço Nº 07/2015 - 01 - Fornecedor: ODON-TOMEDICA - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ sob nº 12.395.255/0001-80. Valor Global R\$ 227.395,00 (duzentos e vinte e sete mil, trezentos e noventa e cinco reais). Ata de Registro de Preço Nº 07/2015 - 02 - Fornecedor: DROGAFONTE LTDA - CNPJ sob nº 08.778.201/0001-26. Valor Global R\$ 141.787,00 (cento e quarenta e um mil setecentos e oitenta e sete reais).

Ata de Registro de Preço Nº 07/2015 - 03 - Fornecedor: VAL-MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA EPP - CNPJ: 05.980.425/0001-28. Valor Global R\$ 85.535,00 (oitenta e cinco mil quinhentos e trinta e cinco reais). Ata de Registro de Preço Nº 07/2015 - 04 - Fornecedor: KM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - CNPJ sob nº 22.043.389/0001-95. Valor Global R\$ 444.622,50 (quatrocentos e quarenta e quatro mil seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos). Recurso: PAB seicentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos). Assistência FÍXO, FMS, MAC, Bloco de Assistência Farmacêutica - Assistência Farmacêutica Básica. Elementos: 3390.30/33.90.32. O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível nos autos do Processo acima mencionado, bem como no endereço eletrônico: www.maravilha.al.gov.br.

Pregão Presencial nº 09/2015-PM-PP - SRP Nº 08/2015. Processo nº 033020150806001/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE, destinados as Secretarias Municipais de Administração, Finanças, Saúde, Educação, Assistência Social, Gestão e Planejamento, Captação de Recursos e Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito do Município de Maravilha/AL. GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Administração - Prefeitura Municipal de Maravilha - AL. ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2015 - Fornecedor: TC DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA ME - CNPJ nº 07.141.996/0001-02. Vencedora dos ITENS: ITENS 1, 3, e 5 do Lote 01; 1, 3, e 5 do Lote 02; 1, 3, e 5 do Lote 03 do Pregão supra referido - Valor Global R\$ 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais). ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08-1/2015 - Fornecedor: SUPRADATA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - CNPJ: 35.380.591/0001-54. Vencedora dos ITENS: ITENS 2 e 4 do Lote 01; 2 e 4 do Lote 02; 2 e 4 do Lote 03; 01 e 02 do Lote 04 do Pregão supra referido - Valor Global R\$ 80.640,00 (oitenta mil seiscentos e quarenta reais). Recurso: Recursos Próprios do IPSSPM. O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível nos autos do Processo acima mencionado, bem como no endereço eletrônico: www.maravilha.al.gov.br.

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

Menor Preço Global. Edital Com Cota de 25% para Participação de Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte. Conforme Lei Complementar nº 123/2006. OBJETO: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para a prestação de SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA A POPULAÇÃO DE Maravilha - Alagoas. DATA, HORA E LOCAL: Dia 11 de janeiro de 2016, às 9h30, na sala da CPL, localizada na sede da Prefeitura Municipal de Maravilha, sediada a Francisco Soares, 29, centro, Maravilha -AL, CEP 57520-000. FUNDAMENTAÇÃO LE-

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EM BRANCO

Erika Vanessa Melo de Lima
Presença[illegible]

UNIFAL - FUNDSEP - FUNDAÇÃO
UNIVERSITÁRIA DE
FEDESAO/GOIÁS

Ministério da
Educação

BRASIL
REPÚBLICA
FEDERAL DO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 39/2015
Pregão Eletrônico Nº 39/2015

A Universidade Federal do Rio Grande Fica credenciada a contratação do Pregão Eletrônico 39/2015, que tem como objeto, as compras de alimentos para o Restaurante Universidade Aberta da sessão econômica de 04/05/2015 a 10/06 no site www.comprasnet.gov.br O edital e seus anexos estão disponíveis no seguinte link: <http://www2.unifal.br/licitacao/pregao392015> bem como no portal comercial gov.br. Se Governo Federal

Juliana Barrios Dantas
Pregoeiro/UNIFAL

MUNICÍPIO DE BRICA DA MATA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 02/2015
CONCORRÊNCIA Nº 02/2015

Modalidade: N.º Concorrência Nº 02/2015 - Tipo: Menor Preço - Regime: Temporária
Pelo Preço Global - Objeto: Contratação de empresa de responsabilidade limitada para execução de obra referente ao sistema de abastecimento de água do Posto de Lazer da Pôrto Port - Foz de Iguazu, município de Foz de Iguaçu, Estado do Paraná, de 2015, de 09/05/2015 para 09/06/2015 - Local: Sede da Prefeitura Municipal de Bica da Mata - Estado do Paraná. N.º de inscrição do Edital de 10 dias em nome do licitante.

Rogério Araújo Lúcio
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 02/2015
CONCORRÊNCIA Nº 02/2015

Modalidade: N.º Concorrência Nº 02/2015 - Tipo: Menor Preço - Regime: Temporária
Pelo Preço Global - Objeto: Contratação de empresa de responsabilidade limitada para execução de obra referente ao sistema de abastecimento de água do Posto de Lazer da Pôrto Port - Foz de Iguazu, município de Foz de Iguaçu, Estado do Paraná, de 2015, de 09/05/2015 para 09/06/2015 - Local: Sede da Prefeitura Municipal de Bica da Mata - Estado do Paraná. N.º de inscrição do Edital de 10 dias em nome do licitante.

Rogério Araújo Lúcio
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPIU
EDITAL DE LICITAMENTO PÚBLICO Nº 01/2015

A Prefeitura Municipal de Traipu torna pública a realização de licitação para compra subseqüente seguinte, nos termos da Lei 12.242/2010, cujo conteúdo está anexado a este Edital e a empresa de 2015. 1. Fica a Licitação de 01/01/2015, 2. Justificativa de 01/01/2015, 3. Edital de 01/01/2015, 4. Edital de 01/01/2015, 5. Edital de 01/01/2015, 6. Edital de 01/01/2015, 7. Edital de 01/01/2015, 8. Edital de 01/01/2015, 9. Edital de 01/01/2015, 10. Edital de 01/01/2015, 11. Edital de 01/01/2015, 12. Edital de 01/01/2015, 13. Edital de 01/01/2015, 14. Edital de 01/01/2015, 15. Edital de 01/01/2015, 16. Edital de 01/01/2015, 17. Edital de 01/01/2015, 18. Edital de 01/01/2015, 19. Edital de 01/01/2015, 20. Edital de 01/01/2015, 21. Edital de 01/01/2015, 22. Edital de 01/01/2015, 23. Edital de 01/01/2015, 24. Edital de 01/01/2015, 25. Edital de 01/01/2015, 26. Edital de 01/01/2015, 27. Edital de 01/01/2015, 28. Edital de 01/01/2015, 29. Edital de 01/01/2015, 30. Edital de 01/01/2015, 31. Edital de 01/01/2015, 32. Edital de 01/01/2015, 33. Edital de 01/01/2015, 34. Edital de 01/01/2015, 35. Edital de 01/01/2015, 36. Edital de 01/01/2015, 37. Edital de 01/01/2015, 38. Edital de 01/01/2015, 39. Edital de 01/01/2015, 40. Edital de 01/01/2015, 41. Edital de 01/01/2015, 42. Edital de 01/01/2015, 43. Edital de 01/01/2015, 44. Edital de 01/01/2015, 45. Edital de 01/01/2015, 46. Edital de 01/01/2015, 47. Edital de 01/01/2015, 48. Edital de 01/01/2015, 49. Edital de 01/01/2015, 50. Edital de 01/01/2015, 51. Edital de 01/01/2015, 52. Edital de 01/01/2015, 53. Edital de 01/01/2015, 54. Edital de 01/01/2015, 55. Edital de 01/01/2015, 56. Edital de 01/01/2015, 57. Edital de 01/01/2015, 58. Edital de 01/01/2015, 59. Edital de 01/01/2015, 60. Edital de 01/01/2015, 61. Edital de 01/01/2015, 62. Edital de 01/01/2015, 63. Edital de 01/01/2015, 64. Edital de 01/01/2015, 65. Edital de 01/01/2015, 66. Edital de 01/01/2015, 67. Edital de 01/01/2015, 68. Edital de 01/01/2015, 69. Edital de 01/01/2015, 70. Edital de 01/01/2015, 71. Edital de 01/01/2015, 72. Edital de 01/01/2015, 73. Edital de 01/01/2015, 74. Edital de 01/01/2015, 75. Edital de 01/01/2015, 76. Edital de 01/01/2015, 77. Edital de 01/01/2015, 78. Edital de 01/01/2015, 79. Edital de 01/01/2015, 80. Edital de 01/01/2015, 81. Edital de 01/01/2015, 82. Edital de 01/01/2015, 83. Edital de 01/01/2015, 84. Edital de 01/01/2015, 85. Edital de 01/01/2015, 86. Edital de 01/01/2015, 87. Edital de 01/01/2015, 88. Edital de 01/01/2015, 89. Edital de 01/01/2015, 90. Edital de 01/01/2015, 91. Edital de 01/01/2015, 92. Edital de 01/01/2015, 93. Edital de 01/01/2015, 94. Edital de 01/01/2015, 95. Edital de 01/01/2015, 96. Edital de 01/01/2015, 97. Edital de 01/01/2015, 98. Edital de 01/01/2015, 99. Edital de 01/01/2015, 100. Edital de 01/01/2015, 101. Edital de 01/01/2015, 102. Edital de 01/01/2015, 103. Edital de 01/01/2015, 104. Edital de 01/01/2015, 105. Edital de 01/01/2015, 106. Edital de 01/01/2015, 107. Edital de 01/01/2015, 108. Edital de 01/01/2015, 109. Edital de 01/01/2015, 110. Edital de 01/01/2015, 111. Edital de 01/01/2015, 112. Edital de 01/01/2015, 113. Edital de 01/01/2015, 114. Edital de 01/01/2015, 115. Edital de 01/01/2015, 116. Edital de 01/01/2015, 117. Edital de 01/01/2015, 118. Edital de 01/01/2015, 119. Edital de 01/01/2015, 120. Edital de 01/01/2015, 121. Edital de 01/01/2015, 122. Edital de 01/01/2015, 123. Edital de 01/01/2015, 124. Edital de 01/01/2015, 125. Edital de 01/01/2015, 126. Edital de 01/01/2015, 127. Edital de 01/01/2015, 128. Edital de 01/01/2015, 129. Edital de 01/01/2015, 130. Edital de 01/01/2015, 131. Edital de 01/01/2015, 132. Edital de 01/01/2015, 133. Edital de 01/01/2015, 134. Edital de 01/01/2015, 135. Edital de 01/01/2015, 136. Edital de 01/01/2015, 137. Edital de 01/01/2015, 138. Edital de 01/01/2015, 139. Edital de 01/01/2015, 140. Edital de 01/01/2015, 141. Edital de 01/01/2015, 142. Edital de 01/01/2015, 143. Edital de 01/01/2015, 144. Edital de 01/01/2015, 145. Edital de 01/01/2015, 146. Edital de 01/01/2015, 147. Edital de 01/01/2015, 148. Edital de 01/01/2015, 149. Edital de 01/01/2015, 150. Edital de 01/01/2015, 151. Edital de 01/01/2015, 152. Edital de 01/01/2015, 153. Edital de 01/01/2015, 154. Edital de 01/01/2015, 155. Edital de 01/01/2015, 156. Edital de 01/01/2015, 157. Edital de 01/01/2015, 158. Edital de 01/01/2015, 159. Edital de 01/01/2015, 160. Edital de 01/01/2015, 161. Edital de 01/01/2015, 162. Edital de 01/01/2015, 163. Edital de 01/01/2015, 164. Edital de 01/01/2015, 165. Edital de 01/01/2015, 166. Edital de 01/01/2015, 167. Edital de 01/01/2015, 168. Edital de 01/01/2015, 169. Edital de 01/01/2015, 170. Edital de 01/01/2015, 171. Edital de 01/01/2015, 172. Edital de 01/01/2015, 173. Edital de 01/01/2015, 174. Edital de 01/01/2015, 175. Edital de 01/01/2015, 176. Edital de 01/

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



Protocolo de Recebimento de Edital

Concorrência nº 03/2015

Processo nº 1208-002/2015

Razão Social: Brito e Rêgo Barros Construções LTDA
Nome Fantasia: Standard Construções CNPJ Nº: 20.664.378/0001/05
Endereço: Rua Av. Luiz Artelino Pereira, Nº 195, Taladeiro
Fone(s)/Fax: 3324-1004 E-mail: Standard.construcoes@yaho.com.br
Contato: Marillia ou Walber Celular(es) contato: 98732-7264

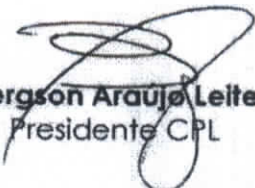
Recebemos, nesta data, cópia do edital da Concorrência acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

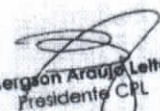
Local e data: Maceió, 04 de Janeiro de 2016.

Marillia da Silva Santos

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"


Bergson Araújo Leite
Presidente CPL


Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



Protocolo de Recebimento de Edital

Concorrência nº 03/2015

Processo nº 1208-002/2015

Razão Social: Pimentel Engenharia Ltda
Nome Fantasia: Pimentel Engenharia CNPJ Nº: 01.551.622/0001-70
Endereço: RUA Elaine Lima Nº 149 - Santa de Lourdes
Fone(s)/Fax: 3241-9765/3338-2123 E-mail: pimentelengenharia@hotmail.com
Contato: Roseli Celular(es) contato: _____

Recebemos, nesta data, cópia do edital da Concorrência acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: Boca da Mata 05 de junho de 2016

PIMENTEL ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 01.551.622/0001-70

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Bergson Araújo Leite
Presidente CPL



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



Protocolo de Recebimento de Edital

Concorrência nº 03/2015

Processo nº 1208-002/2015

Razão Social: **L PEREIRA & CIA LTDA**

Nome Fantasia: **L PEREIRA** CNPJ Nº: **12.316.402/0001-89**

Endereço: **RUA ENGENHEIRO OTÁVIO CABRAL, Nº 1123 - GRUTA DE LOUDES - MACEIÓ/AL**

Fone(s)/Fax: _____ E-mail: **abdijanst@hotmail.com**

Contato: **ABDIJAN** Celular(es) contato: **82-981114741**

Recebemos, nesta data, cópia do edital da Concorrência acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: **MACEIÓ**, **06** de **JANEIRO** de **2016**.

L PEREIRA & CIA LTDA
Abdijan Santos Freiras
Abdijan Santos Freiras
Técnico Administrativo
Gestão de Contratos e Licitações

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Bergson Araújo Leite
Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

Bergson Araújo Leite
Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações

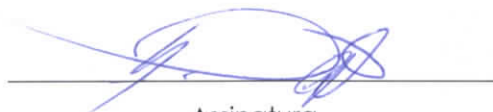


Protocolo de Recebimento de Edital
Concorrência nº 03/2015
Processo nº 1208-002/2015

Razão Social: ALBOB CONSTRUTORA LTDA - EPP
Nome Fantasia: _____ CNPJ Nº: 17.932.656/0001-45
Endereço: R. VER. JARBAS JARUBA R. 166 SL 02
Fone(s)/Fax: _____ E-mail: ALBOB5CONSTRUTORA@Y4Y400.COM.BR
Contato: 999 76.10 24 Celular(es) contato: K4ROL

Recebemos, nesta data, cópia do edital da Concorrência acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: Boca da Mata, 06 de 01 de 2016.


Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"


Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



Protocolo de Recebimento de Edital
Concorrência nº 03/2015
Processo nº 1208-002/2015

Razão Social: JGS DOS SANTOS SERVIÇOS LTDA - EPP
Nome Fantasia: JGS EMPREENDIMENTOS CNPJ Nº: 11.968.506.0001-05
Endereço: RUA BARÃO DA ATALAIA - 184 - CENTRO - PILAR - AL
Fone(s)/Fax: (82) 3265-1839 E-mail: JGS EMPREENDIMENTOS@HOTMAIL.COM
Contato: Gino Celular(es) contato: 9.8866-0753

Recebemos, nesta data, cópia do edital da Concorrência acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: Boca da Mata, 06 de Janeiro de 2016.


Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"


Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

EM BRANCO



PIMENTEL ENGENHARIA LTDA.



À
Prefeitura Municipal de Boca da Mata – Alagoas
Comissão Permanente de Licitação
Att. Sr. Bergson Araújo Leite
Presidente da CPL

Ref.: Esclarecimento Concorrência nº 02/2015 e 03/2015

PIMENTEL ENGENHARIA LTDA, devidamente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº 01.551.622/0001-70, sediada à Rua Elaine Lima, nº 149, no bairro Gruta de Lourdes, em Maceió - Alagoas, vem através da presente, solicitar esclarecimento conforme segue:

1 - O item 5.2 do Edital exige que o licitante seja cadastrado no órgão até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública.

Pergunta: O licitante cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF do Governo Federal, deverá fazer cadastro na Prefeitura Municipal de Boca da Mata?

2 – O item 5.1.4 alínea C, exige documento comprobatório da garantia de participação no valor de 1% (um por cento) do valor estimado da obra.

Pergunta: A garantia de participação na modalidade seguro garantia ou fiança bancária, deverá ser recolhida na Secretaria de Finança do Município de Boca da Mata?

Maceió/AL, 13 de janeiro de 2016.

PIMENTEL ENGENHARIA LTDA

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA

Comissão Permanente de Licitações



PROCESSO Nº: 1208-002/2015

INTERESSADO: **Secretaria Municipal de Infraestrutura**

ASSUNTO: **Licitação para contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri**

Resposta ao Pedido de Esclarecimentos ao Concorrência nº 03/2015

Trata-se de resposta ao pedido de esclarecimento ao Edital de Licitação da Concorrência nº 03/2015, que tem por objeto a contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri, conforme condições e especificações contidas no instrumento convocatório, solicitado pela empresa PIMENTEL ENGENHARIA LTDA, nos termos apresentados no expediente colacionado ao processo em epígrafe.

ESCLARECIMENTOS:

1. O item 5.2 do Edital exige que o licitante seja cadastrado no órgão até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública. Pergunta: O licitante cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF do Governo Federal, deverá fazer cadastro na Prefeitura Municipal de Boca da Mata?

Resposta: O item 5.2 menciona que caso o licitante seja cadastrado, até o terceiro dia útil da sessão, fica desobrigado de apresentar os documentos comprobatórios, porém, não exigimos cadastramento prévio junto a Prefeitura, bem como não aceitamos a apresentação do SICAF para comprovação da regularidade da empresa. As empresas interessadas em participar de certame junto a Prefeitura Municipal de Boca da Mata deverá, no dia da sessão, apresentar a documentação exigidas no edital.

2. O item 5.1.4 alínea C, exige documento comprobatório da garantia de participação no valor de 1% (um por cento) do valor estimado da obra. Pergunta: A garantia de participação na modalidade seguro garantia ou fiança bancária, deverá ser recolhida na Secretaria de Finanças do Município de Boca da Mata?

Resposta: É permitido a empresa escolher a forma que pretende realizar a garantia de participação, dentre as seguintes opções: em dinheiro (espécie ou cheque administrativo) ou título da dívida ativa, seguro-garantia ou fiança bancária. Caso a empresa opte por dinheiro, o depósito deverá ser realizado na conta especificada no edital, não sendo necessário comprovação junto a Secretaria de Finanças, apenas deverá, no dia da sessão, ser apresentação comprovante de depósito, não sendo admitido o depósito em caixa eletrônico.

CPL, em 18 de janeiro de 2016.


Bergson Araujo Leite
Presidente CPL

EM BRANCO

[Imprimir](#)**Resposta a Pedido de Esclarecimento Concorrência 03/2015**

De: **Comissão de Licitações Município de Boca da Mata-AL**
(cplbocadamata.al@hotmail.com)

Enviada: terça-feira, 19 de janeiro de 2016 01:00:43

Para: alagoasconstrutora@yahoo.com.br (alagoasconstrutora@yahoo.com.br);
tonesilvias@hotmail.com (tonesilvias@hotmail.com);
jgsempreendimentos@hotmail.com (jgsempreendimentos@hotmail.com);
standardconstrucoes@yahoo.com.br (standardconstrucoes@yahoo.com.br);
pimentelengenharia@hotmail.com (pimentelengenharia@hotmail.com);
abdi janst@hotmail.com (abdi janst@hotmail.com); rennansjesus@gmail.com
(rennansjesus@gmail.com)

2 anexos

Scan_20160118_185011_001.jpg (2,9 MB) , Scan_20160118_185011_002.jpg (4.3 MB)

Boa tarde,

segue em anexo pedido de esclarecimento e resposta referente a Concorrência nº 03/2015 .

ATT

Bergson Leite

Presidente CPL/Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Boca da Mata/AL

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



Protocolo de Recebimento de Edital

Concorrência nº 03/2015

Processo nº 1208-002/2015

Razão Social: S. DA S LOPES CONSTRUÇÕES - ME
Nome Fantasia: LOPES CONSTRUÇÕES CNPJ Nº: 22.381.037/0001-40
Endereço: RUA BENEDITO BARBOSA N.º 27, PORTO CALVO AL
Fone(s)/Fax: 82-3292-1822 E-mail: TOMESILVIA1@HOTMAIL.COM
Contato: WELLINGTON Celular(es) contato: 99683-7179

Recebemos, nesta data, cópia do edital da Concorrência acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: Boca da Mata, 15 de junho de 2016.

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

CNPJ 22.381.037/0001-40
S DA S LOPES CONSTRUÇÃO - ME
Rua Benedito Barbosa, 27
Centro - CEP 57900-000
Porto Calvo - AL

Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



Protocolo de Recebimento de Edital

Concorrência nº 03/2015

Processo nº 1208-002/2015

Razão Social: SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
Nome Fantasia: SAN SÁ CNPJ Nº: 07.958.686/0001-77
Endereço: Rua: Tiradentes, 30, Centro, Piranhas - AL
Fone(s)/Fax: _____ E-mail: sansa.construcoes@hotmail.com
Contato: Douglas Favares Celular(es) contato: (82) 999585714

Recebemos, nesta data, cópia do edital da Concorrência acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: Boca da Mata, 18 de Janeiro de 2016

Wenderson Douglas Ventura Favares

Sócio

Assinatura

CNPJ: 07.958.686/0001-77

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

Rua: Tiradentes 30 Centro
Piranhas AL CEP 57460-000

Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

LM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



Protocolo de Recebimento de Edital

Concorrência nº 03/2015

Processo nº 1208-002/2015

Razão Social: EISA ENGENHARIA LTDA - EPP

Nome Fantasia: EISA CNPJ Nº: 12.312.989/0001-58

Endereço: AV. NELSON MARINHO ARAÚJO, Nº 73, LOTE A

Fone(s)/Fax: 9 9997-5577 E-mail: EISA.ENGENHARIA-LTDA 2011 @HOTMAIL.COM

Contato: ADRIANO Celular(es) contato: 9 9997-5577

Recebemos, nesta data, cópia do edital da Concorrência acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: MACEIÓ, 19 de JANEIRO de 2016.

Arthur Araújo

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



Protocolo de Recebimento de Edital

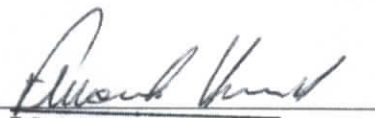
Concorrência nº 03/2015

Processo nº 1208-002/2015

Razão Social: F.P. CONSTRUTORA LTDA.
Nome Fantasia: F.P. CONSTRUTORA CNPJ Nº: 41.160.680/0001-98
Endereço: VIA SECUNDARIA 2 S/N QUADRA 5, LOTE 7, LOTEAMENTO DISTRITO INDUSTRIAL.
Fone(s)/Fax: (82) 3324-2268 E-mail: CONTRATOS@FPCONSTRUTORA-AL.COM.BR
FPCONSTRU@HOTMAIL.COM
Contato: MARCOS / FERNANDA Celular(es) contato: (82) 9964-0121 / 99675-1113

Recebemos, nesta data, cópia do edital da Concorrência acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: MACOS 20 de JANEIRO de 2016.


F. P. CONSTRUTORA LTDA
Assinatura
Fernando Vinicius Lima da Silva
Assistente Administrativo

Obs: Preenchimento com "letra de forma"


Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

CNPJ: 41.160.680/0001-98
F. P. CONSTRUTORA LTDA
Via Secundaria 2, s/n, Q-5; L-7 - Loteamento
Distrito Industrial - Tabuleiro dos Martins
CEP: 57.081-585 - MACEIO - AL


Bergson Araújo Leite
Presidente CPL

EM BRANCO

DECLARAÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE(EPP)

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA- AL.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA: 003/2015.

A empresa **SANSÀ CONSTRUÇÕES LTDA EPP**, estabelecida no ramo da Construção Civil, situada na Rua Tiradentes, nº 30, centro, CEP 57460-000, Piranhas/AL, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com o Nº 07.958.686/0001-77, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- (X) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

PIRANHAS – AL, 26 DE JANEIRO DE 2016.

Rosângela Douglas Ventura Tavares

Sócio

GENILSON LISBOA DAS CHAGAS

Sócio Administrador

CPF: 454.002.534-15

SANSA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, RUA: TIRADENTES 30, CENTRO, PIRANHAS-AL,
CEP:57460-000

EM BRANCO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certidão Simplificada para Sociedades Empresárias, exceto as Anônimas e suas Filiais

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP				
Natureza Jurídica : 206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA				
Numero de Identificação do Registro de Empresa (NIRE da Sede) 27200390123	C.N.P.J 07958686000177	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 07/04/2006	Data de Início de Atividades 07/04/2006	
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, CEP, UF) RUA TIRADENTES, 30, CENTRO, PIRANHAS - 57460000 - Alagoas				
Objeto Social SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO CIVIL E REFORMAS.				
Capital Social R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão Reais)		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte Empresa de pequeno porte	Prazo de Duração Indeterminado	
Capital Integralizado R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão Reais)				
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato				
Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital (R\$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
GENILSON LISBOA DAS CHAGAS - 45400253415	R\$ 950.000,00	SOCIO	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXXX
GENILSON LISBOA DAS CHAGAS - 45400253415	R\$ 0,00	ADMINISTRADOR	ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXXXX
RENDRIKSON DOUGLAS VENTURA TAVARES - 06128116469	R\$ 50.000,00	SOCIO	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXXX
Último Arquivamento Data: 14/07/2015 00:00:00 Número: 20151239460 Ato: OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO Evento: OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO			Situação REGISTRO ATIVO Status XXXXXXXXXXXXXX	
Empresa não Possui Filiais registradas nesta Junta....				

Numero Protocolo



150067291

Local, Data

Maceió, sexta-feira, 4 de dezembro de 2015

EDVALDO MAIORANO DE LIMA
Secretário(a) Geral

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio, em sexta-feira, 4 de dezembro de 2015 às 22:53:43

Se impresso, para conferência acesse o site: www.juceal.al.gov.br - Opção Acesso Rápido >> Autenticidade de Certidão, e informe o número do protocolo.

LM BRANCO

PROCURAÇÃO PARTICULAR

Por este instrumento particular de procuração, o **OUTORGANTE** abaixo qualificado, nomeia e constitui seu bastante procurador **Rendrikson Douglas Ventura Tavares**, brasileiro, solteiro, CPF inscrito sob o número 061.281.164-69, residente à Rua Manoel Teixeira, nº 200, Bairro Centro Histórico - em Piranhas-AL, outorgando-lhe todos os poderes contidos na cláusula "ad judicia" e extra judiciais, para que proceda todos os atos necessários à defesa dos seus direitos e interesses, em qualquer foro ou instância ou onde se fizer necessário, participar de licitações, impugnar, assinar, transigir, desistir, firmar compromisso, levantar, receber, dar quitação e substabelecer - com ou sem reserva de poderes - o presente mandato. Os poderes contidos nesta procuração revogam os poderes outorgados ao outro procurador da parte.

Piranhas, AL, 27 de Julho de 2015.

Gemilson Lisboa das Chagas
Sócio Administrador
CI 475.525 SSP/AL

Nome: **SANSA CONSTRUÇÕES LTDA EPP**
Endereço: **RUA TIRADENTES 30, CENTRO, PIRANHAS-AL.**
CNPJ: **07.958.686/0001-77**



RECONHEÇO por semelhança a(s) firma de **Gemilson Lisboa das Chagas**
Do que dou fé. Piranhas-AL, 27 de julho de 2015.
Em test: **Wellington Damasceno Freitas Jr.** da Verdade
NOTÁRIA E REGISTRADORA

EM BRANCO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.
O referido é verdade, dou fé.

Este documento foi emitido em 29/07/2015 às 19:48:03 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b867fb02136d8ccb1eb2af7e0cbc02e309930d11531bc25385473c6e2b2
2ab9cae8d92f99edd25e2cef48eca48320a1a525b612797691b5002a965721f95086ce

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

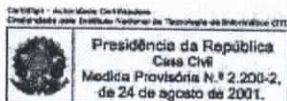
Esta certidão tem a sua validade até: 29/07/2016 às 08:56:10 (Dia/Mês/Ano)

Código de Controle da Certidão: 406911

Código de Controle da Autenticação:

16652907150841330659-1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>



EM BRANCO

 **CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1ª OFICINA DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS 3ª
E TABELIONATO DE NOTAS - Colégio João de Deus, 186-878-2
Fon: 3222-1111 Fax: 3222-1111 E-MAIL: caz@azevedobastos.com.br R. Guedes, 70 - R. 200-40040

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V al. 2º e 8º da Lei Federal 8.933/1994 e Art. 6º Inc. XII
do Lei Federal 8.112/2008 suscitado a presente autenticação digitalizada, reproduzido de
do documento assinado a contento e lido. O número é verdadeiro. Dou to

Cód. Autenticação: 16652301151519310805-1; Data: 23/01/2015 16:19:26

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AAW52854-5387
Valor Total do Ato: R\$ 2,00

Confira os dados do ato em: <http://selo.digital.tipo.jus.br>

 **Wilber de Miranda Cordeiro**
Tutor

LM BRANCO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.
O referido é verdade, dou fé.

Este documento foi emitido em 23/01/2015 às 16:49:48 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b00afdd013c45a154bf34256af4847883ad932c3ebbcf36af065d1ab08eb
d0ddbe8d92f99edd25e2cef48eca48320a1a5dddc15488c1044c19ca2cb7e4cef107b

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para SÂNSÁ CONSTRÇÕES LTDA - EPP e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

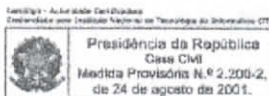
Esta certidão tem a sua validade até: 23/01/2016 às 16:36:44 (Dia/Mês/Ano)

Código de Controle da Certidão: 330028

Código de Controle da Autenticação:

16652301151519310805-1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>



Handwritten signatures and marks in blue ink.

EM BRANCO

Fls. 198

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Genilson Lins das Chagas

CARTÃO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

475.229

11.11.1997

Genilson Lins das Chagas

Gilson Menezes das Chagas

Mariuce Lins das Chagas

Penedo-AL

12.06.1966

Cert. de Nascimento nº 21.592-AL-22

Liv. 38. Penedo-AL

454.002.534-15

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS CIDADES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

CARTÃO DE IDENTIDADE DO BRASIL

GENILSON LINS DAS CHAGAS

475929 SSP AL

454.002.534-15

12/06/1966

GENILSON LINS DAS CHAGAS

MARIUCE LINS DAS CHAGAS

12/07/2012

16/07/2012

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

478940166

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS

Av. Frei Carlos Pereira 1142 - João Pessoa - PB

54.060-000

AUTENTICAÇÃO DIGITAL

Cod. 16650804130943490337-1

08-04-2013 09:43:43

[Handwritten signatures and marks]

EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.
O referido é verdade, dou fé.

Este documento foi emitido em 20/05/2015 às 14:18:40 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b0de428c6b6074c5cc64d7d2b7ff9e6ee2f892f0dee53183da86516685b38ca76e8d92f9edd25e2cef48eca48320a1a53d509048e6b3a104c692a3d91de71ec5

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

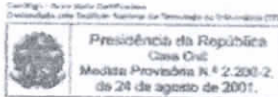
Esta certidão tem a sua validade até: 20/05/2016 às 13:39:15 (Dia/Mês/Ano)

Código de Controle da Certidão: 143603

Código de Controle da Autenticação:

16650804130943490337-1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento, através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>



EM BRANCO



QUINTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DA SOCIEDADE "SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP".

GENILSON LISBOA DAS CHAGAS, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 12-06-1966, portador da cédula de identidade RG: 475.529 SSP/AL e CPF Nº 454.002.534-15, residente e domiciliado a Rua Tereza de Azevedo, 856, CEP 57.055-600. Farol, Maceió/AL.

RHEOSTATO EWERTON FERNANDES BARRETO, brasileiro, solteiro, engenheiro, CREA nº 8583-D, nascido em 12-11-1982, portador da cédula de identidade RG: 1.780.272 SSP/AL e CPF Nº 012.030.864-90, residente e domiciliado na Trav. Boa Esperança, 31, Barro Duro, Maceió-AL, CEP 57.045-245, Únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação social de SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, com sede a Rua Tiradentes, 30, Centro, Piranhas-AL, CEP 57.460-000. Com contrato social arquivado na MMa. Junta Comercial do Estado de Alagoas sob nº 272.0039012-3, em sessão de 07-04-2006 e posteriores alterações devidamente arquivadas, inscrita no CNPJ sob nº 07.958.686/0001-77, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar o seu contrato social, mediante cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA Ingressa na sociedade neste ato:

RENDRIKSON DOUGLAS VENTURA TAVARES, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 04/06/1986 portador do CPF 061.281.164-69 e da cédula de identidade nº 2000004040702, SSP/AL e residente e domiciliado na - Rua Manoel Teixeira, nº 200, CEP 57.460-000, Centro, Piranhas - AL.

CLAUSULA SEGUNDA - Neste ato retira-se da sociedade o sócio, RHEOSTATO EWERTON FERNANDES BARRETO cedendo e transferindo o total de suas cotas no valor de 15.000 (quinze mil reais) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real), totalizando o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o sócio, RENDRIKSON DOUGLAS VENTURA TAVARES, já admitido na cláusula primeira.

PARÁGRAFO ÚNICO - O sócio que ora se retira da sociedade, dá a mesma, neste ato, plena, geral, rasa e irrevogável quitação, nada mais tendo a reclamar dela, nesta ou em nenhuma outra data, seja a que título for.

EM BRANCO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
Certifico o Registro em: 27/05/2012 Sob Nº 20120254417
Protocolo 12/025441-7 de 19/06/2012 com NIRE 27200390123
SANSA CONSTRUCOES LTDA EPP
Chancela: 37D4-B296-700B-F848-CB6E-1425-D61D-C953-784E-2B09

Maceió, 27/05/2012

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAUJO
















EM BRANCO



**QUINTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DA SOCIEDADE
"SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP".**

CLÁUSULA TERCEIRA – Neste ato os sócios resolvem de comum acordo aumentar o capital social da empresa que é de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), passa a ser R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), o presente aumento é de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), integralizados neste ato em moeda corrente do país.

CLÁUSULA QUARTA – O capital social de R\$550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais), dividido em 550.000 mil quotas de R\$ 1,00 (um real), cada uma, cujo aumento integralizado neste ato em moeda corrente do País, ficando assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	PERC %	VALOR
GENILSON LISBOA DAS CHAGAS	522.500	95	R\$ 522.500,00
RENDRIKSON DOUGLAS VENTURA TAVARES	27.500	5	R\$ 27.500,00
TOTAL	550.000		R\$ 550.000,00
TOTAL GERAL			R\$ 550.000,00

CLÁUSULA QUINTA – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA - As quotas não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição.

CLÁUSULA SEXTA - A administração e o uso do nome empresarial caberá ao sócio GENILSON LISBOA DAS CHAGAS que assina isoladamente, competindo-lhe todos os poderes necessários à administração e representação da sociedade, vedado, no entanto, a concessão de avais, endossos, fianças e quaisquer outras garantias em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.

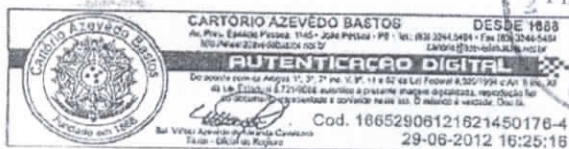
Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Ministério da Justiça
Assessoria Jurídica
Brasília

EM BRANCO

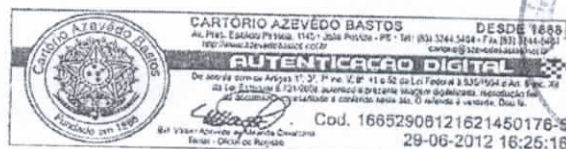
Macedo, 27/06/2012

CARLOS ALBERTO BARRIOS DE ARAUJO






EM BRANCO



**QUINTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DA SOCIEDADE
"SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP",**

CLÁUSULA SETIMA - O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

PARÁGRAFO ÚNICO - À vista das modificações ora ajustado consolida-se o contrato social, com a seguinte redação

CONSOLIDAÇÃO

GENILSON LISBOA DAS CHAGAS, brasileiro, casado sob regime de comunhão de bens, empresário, nascido em 12/06/1966, portador da Cédula de Identidade nº.475.529 - SSP/AL e CPF nº. 454.002.534-15, residente e domiciliado a Rua Teresa de Azevedo, nº 86, Gruta de Lourdes, CEP: 57052-600, Maceió/AL.

RENDRIKSON DOUGLAS VENTURA TAVARES, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 04/06/1986 (portador do CPF 061.281.164-69 e da cédula de identidade nº 2000004040702, SSP/AL e residente e domiciliado na - Rua Manoel Teixeira, nº 200, CEP 57.460-000, Centro, Piranhas - AL, únicos sócios componentes da sociedade "**SANSÁ CONSTRUÇÕES - EPP**", com sede, Rua Tiradentes nº 30, centro, Piranhas - AL, CEP: 57460-000, registrado na Junta Comercial do Estado de Alagoas sob NIRE nº 272.0039012-3 em 07/04/2006 e inscrita no CNPJ sob o nº 07.958.686/0001-77, resolvem de comum acordo CONSOLIDAR seu contrato social, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Denominação e sede

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome **SANSÁ CONSTRUÇÕES - EPP**, com sede, Rua Tiradentes nº 30, centro, Piranhas - AL, CEP: 57.460-000.

RECEBUEIRO DA SOCIEDADE
CONSTITUENTES
MANOEL
444

RECEBUEIRO DA SOCIEDADE
CONSTITUENTES
MANOEL
444

RECEBUEIRO DA SOCIEDADE
CONSTITUENTES
MANOEL
444

RECEBUEIRO DA SOCIEDADE
CONSTITUENTES
MANOEL
444

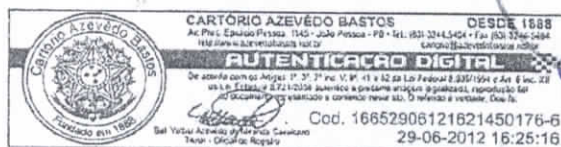
RECEBUEIRO DA SOCIEDADE
CONSTITUENTES
MANOEL
444

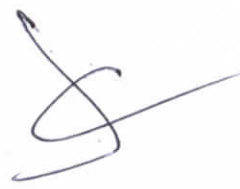
EM BRANCO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
Certifico o Registro em: 27/06/2012 Sob Nº 20120254417
Protocolo 12/025441-7 de 19/06/2012 com NIRE 27200390123
SANSA CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Chancela: 37D4-B296-700B-F848-CB6E-1425-D51D-C953-784E-2B09

Maceió, 27/06/2012


CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO



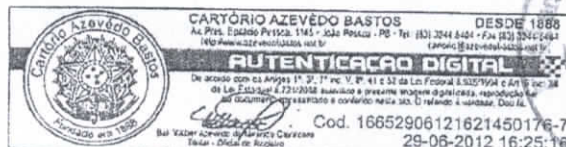









EM BRANCO



**QUINTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DA SOCIEDADE
"SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP".**

CLÁUSULA SEGUNDA – À presente consolidação aplica-se supletivamente, no que couberem, as disposições legais da Lei de Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

Filiais

CLÁUSULA TERCEIRA - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pela maioria representativa do capital social.

Prazo de duração e início das atividades

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade teve suas atividades iniciadas em 07/04/2006, data em que foi constituída, sendo sua duração por prazo indeterminado.

Objeto Social

CLÁUSULA QUINTA – OBJETO SOCIAL

➤ Serviço de construção civil e reformas.

CLÁUSULA SEXTA – O capital social de R\$ 550.000,00(Quinhentos e cinquenta mil reais), divididos em 550.000(quinientos mil) quotas no valor de R\$1,00 (um real) cada fica assim distribuídas entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	PERC %	VALOR
GENILSON LISBOA DAS CHAGAS	522.500	95	R\$ 522.500,00
RENDRIKSON DOUGLAS VENTURA TAVARES	27.500	5	R\$ 27.500,00
TOTAL	550.000	100	R\$ 550.000,00
TOTAL GERAL			R\$ 550.000,00

EM BRANCO

Maciò, 27/06/2012

CARLOS ALBERTO BARRÓN DE ARAÚJO



Fls

207

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS **DESDE 1888**
Av. Pres. Costa e Silva, 1143 - João Pessoa - PB - Tel.: (83) 3264-5124 - Fax: (83) 3264-5443
E-mail: cartorio@azevedobastos.com.br

AL TIENT/COFOR BIC/ETI

AUTENTICACAO DIGITAL[illegible]

Cod. 16652906121621450176.

29-06-2012 16:25:1

EM BRANCO



**QUINTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DA SOCIEDADE
"SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP".**

CLÁUSULA SETIMA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA - As cotas não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio a quem fica assegurado, em igualdade de condições de preço, o direito de preferência para a sua aquisição.

Administração

CLÁUSULA NONA - A administração cabe ao sócio, GENILSON LISBOA DAS CHAGAS que assina isoladamente, competindo - lhe todos os poderes necessários à administração e representação da sociedade, vedada, no entanto, a concessão de avais, endossos, fianças e quaisquer outras garantias em atividades estranhas ao interesse social.

CLÁUSULA DECIMA - A alienação e o gravame de bens imóveis dependerão da autorização da maioria representativa do capital social.

Remuneração

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - Os sócios no exercício da administração terá direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, fixada consensualmente entre os sócios.

Do Encerramento do Exercício Social

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - Anualmente, ao término de cada exercício social, que dará em 31 de dezembro, o administrador, prestara contas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo os sócios, na proporção de suas quotas, as perdas, os lucros porventura apurados.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - A sociedade poderá distribuir lucros mensalmente, porem, nos termos do artigo 1.059, do Código Civil, os sócios serão obrigados a reposição dos lucros distribuídos com prejuízo do capital social.

Ata da Assembleia
Matrícula

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials below it.

EM BRANCO

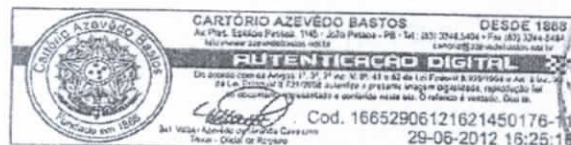
Maceió, 27/06/2012

CARLOS ALBERTO BARROSO DE ARAUJO



A circular purple ink stamp from the FBI Laboratory. The text "FBI LABORATORY" is curved along the top inner edge, and "WASHINGTON, D.C. 20535" is curved along the bottom inner edge. In the center, the number "209" is handwritten in a large, stylized script. Below "209", the letter "A" is handwritten in a similar script. To the left of the stamp, there is a small rectangular stamp with the text "FBI" and "LABORATORY" and a date stamp "JUN 10 1988".

EM BRANCO



**QUINTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DA SOCIEDADE
"SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP".**

Retirada, Interdição ou Falecimento de Sócio

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, este desde que legalmente autorizado. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para esta finalidade. Em qualquer das hipóteses a sociedade terá, até 180 (cento e oitenta dias) dias para recompor o seu quadro societário.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a um dos sócios.

Declaração

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Foro Jurídico

CLÁUSULA DECIMA SETIMA - As partes elegem o foro da cidade de Maceió, Estado de Alagoas, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato.

Handwritten signature and initials in the bottom left corner.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a large signature and several smaller ones.

EM BRANCO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
Certifico o Registro em: 27/06/2012 Sob Nº 20120254417
Protocolo 12/025441-7 de 19/06/2012 com NIRE 27200390123
SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Chancela: 37D4-B296-700B-FB46-CB6E-1425-D61D-C953-784E-2B09

Maceió, 27/06/2012

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO














EM BRANCO



QUINTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DA SOCIEDADE
"SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP".

E, por estarem assim, justos contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, destinado-se 01 (uma) via ao arquivamento na Junta Comercial do Estado de Alagoas, para que produza os efeitos legais.

Maceió-AL, 12 de Junho de 2012

GENILSON LISBOA DAS CHAGAS

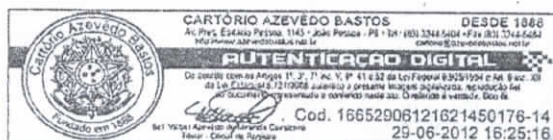
RENDRIKSON DOUGLAS VENTURA TAVARES

RHEOSTATO EWERTON FERNANDES BARRETO
RHEOSTATO EWERTON FERNANDES BARRETO

EM BRANCO

Marcelo, 27/06/2012


CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS



12/025441-7



A collection of various handwritten signatures and initials in blue ink, scattered across the page. The signatures are stylized and abstract, with some featuring loops and others being more linear. They are distributed across the page, with some appearing in the upper right, middle, and lower left areas.

EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.

O referido é verdade, dou fê.

Este documento foi emitido em 04/08/2015 às 18:48:36 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b7fca910bc57feb08a67f8465557353be9720579da12378adaf4f71f8754
a377be8d92f99edd25e2cef48eca48320a1a5255a3452b26125bcedec8a90657409c1

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

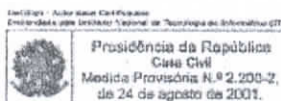
Esta certidão tem a sua validade até: 04/08/2016 às 18:23:32 (Dia/Mês/Ano)

Código de Controle da Certidão: 103874

Código de Controle da Autenticação:

16652906121621450176-1 a 16652906121621450176-14

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones at the bottom right.

EM BRANCO



SEXTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DA SOCIEDADE
"SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP".

GENILSON LISBOA DAS CHAGAS, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 12-06-1966, portador da cédula de identidade RG: 475.529 SSP/AL e CPF Nº 454.002.534-15, residente e domiciliado a Rua Tereza de Azevedo, 856, CEP 57.055-600, Farol, Maceió/AL.

RENDRIKSON DOUGLAS VENTURA TAVARES, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 04/06/1986 portador do CPF 061.281.164-69 e da cédula de identidade nº 2000004040702, SSP/AL e residente e domiciliado na - Rua Manoel Teixeira, nº 200, CEP 57.460-000, Centro, Piranhas - AL, únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação social de SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, com sede a Rua Tiradentes, 30, Centro, Piranhas-AL, CEP 57.460-000. Com contrato social arquivado na MMJ Junta Comercial do Estado de Alagoas sob nº 272.0039012-3, em sessão de 07-04-2006 e posteriores alterações devidamente arquivadas, inscrita no CNPJ sob nº 07.958.686/0001-77, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar o seu contrato social, mediante cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato os sócios resolvem de comum acordo aumentar o capital social da empresa que é de R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), passa a ser R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), o presente aumento e de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), a serem integralizados durante os próximos 12 meses corrente após o registro deste ato, em moeda corrente do país.

CLÁUSULA SEGUNDA - O capital social de 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000 milhão de quotas de R\$ 1,00 (um real), cada uma, cujo aumento será integralizado durante os próximos 12 meses do registro deste ato em moeda corrente do País, ficando assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	PERC %	VALOR
GENILSON LISBOA DAS CHAGAS	950.000	95	R\$ 950.000,00
RENDRIKSON DOUGLAS VENTURA TAVARES	50.000	5	R\$ 50.000,00
TOTAL	1.000.000	100	R\$ 1.000.000,00
TOTAL GERAL			R\$ 1.000.000,00



EM BRANCO



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
Certificado Registrado em 11/01/2013 Sob Nº: 2010034258
Protocolo: 130034258 de 11/01/2013 NRE: 2720030123
SANGA CONSTRUÇÕES LTDA EPP
CNPJ nº: 08.942.303/14-161EDD2E6FA0007E1C0EEPCFC37FB5
Mascara: 1801/2013

Carlos Alberto Barros de Araújo
CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário Geral



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

EM BRANCO



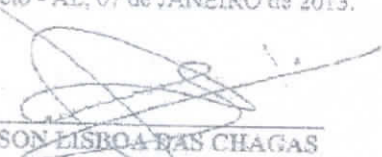
SEXTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DA SOCIEDADE
"SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP".

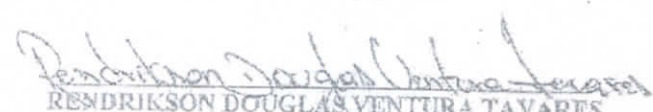
Foro Jurídico

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da cidade de Maceió, Estado de Alagoas, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim, justos contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, destinado-se 01 (uma) via ao arquivamento na Junta Comercial do Estado de Alagoas, para que produza os efeitos legais.

Maceió - AL, 07 de JANEIRO de 2013.


GENILSON LISBOA DAS CHAGAS


RENDRIKSON DOUGLAS VENTURA TAVARES





EM BRANCO



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
Certidão e Registro em: 11/01/2013 Sob N.º 20130034258
Protocolo: 130034258 de: 11/01/2013 NIRE: 27200350123
SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA EPP
CNPJ nº: 09.403.031/14181000 EFA0807E1C0EEFCFC37F85
Município: 18001/2013

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAUJO
Secretário Geral



Handwritten signatures and initials in blue ink.

EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - Inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.

O referido é verdade, dou fê.

Este documento foi emitido em 11/03/2015 às 21:57:36 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b9b643aac80b7a3dd8a34f418d0c9966b6cfd5b18fa5cfd2c52798c16a28
44400e8d92f99edd25e2cef48eca48320a1a5247fd8ae97919c383fc6f450681311f9

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para SANSÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º e 10º, § 1º, da MP 2200/01.

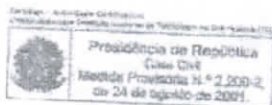
Esta certidão tem a sua validade até: 11/03/2016 às 21:29:51 (Dia/Mês/Ano)

Código de Controle da Certidão: 128453

Código de Controle da Autenticação:

16652101131147430042-1 a 16652101131147430042-4

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

EM BRANCO



Endereço

Av Nelson Marinho Araújo - 73
Serraria - 57045-570
Maceió - ALCNPJ: 12.312.989/0001-58
IE: 24.0003256-0
CMC: 900020350

Telefone

(82) - 3231 - 2394
(82) - 3022 - 4118
(82) - 9997 - 5577

E-Mail

Eisaengenharia-ltda2011@hotmail.com



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **EISA ENGENHARIA LTDA – EPP**, estabelecida na Av. Nelson Marinho Araújo nº 73 - Serraria, na Cidade de Maceió/AL, CEP: 57.045-570, inscrita no CNPJ sob nº **12.312.989/0001-58**, neste ato representado por seu sócio administrador, **EVERALDO DE ALBUQUERQUE ALVES**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº **112.973 SSP/AL**, expedida pela SSP/AL, inscrito no CPF Nº **026.231.614-53**, residente e domiciliado na cidade de Maceió-AL, nomeia e constitui **ARTHUR FERREIRA AMORIM**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº **082.278.634-69** e Cédula de Identidade nº **3023145-0** SSP/AL, residente na Cidade de Maceió/AL a quem confere amplos e ilimitados poderes para defender os interesses e direitos da **OUTORGANTE**, perante a comissão permanente de licitação, em diferentes modalidades, como, Concorrências Públicas, Tomadas de Preços, Carta Convite, Chamamento Público, Pregão Presencial, Pregão Eletrônico, Regime Diferenciado de Contratação (RDC).

Maceió/AL, 06 de Janeiro de 2016.

EISA ENGENHARIA LTDA – EPP

EVERALDO DE ALBUQUERQUE ALVES

SÓCIO - ADMINISTRADOR

RG: 112.973 SSP/AL

CPF 026.231.614-53



1. OF. DE NOTAS E PROTESTOS
R. Dr. Luiz P. de Miranda, 42
Centro - Maceió - Alagoas
Rec. p/ Semelhança 1 firma(s):
EVERALDO DE ALBUQUERQUE
ALVES
MACEIO, 11 de Janeiro de 2016.
Em Testemunho da verdade:
CELSON PONTES DE MIRANDA
- Tabelião Vitalício -
MARIANA P. DE A. L. DE FARIAS
- Escrevente Substituta -
EDILMA RANALHO

EM BRANCO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O. Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.
O referido é verdade, dou fé.

Este documento foi emitido em 20/01/2016 às 08:55:02 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b36c73bc9c84f3f08a6f67e5a72839f44f811f1d355fd2eb74b24d5a51b51717e365d17770080c807a0e47ae9118d86419b7dd808ea4f914a950fcfe1f4b2b018

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para EISA ENGENHARIA LTDA e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

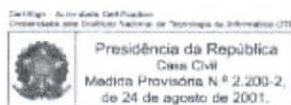
Esta certidão tem a sua validade até: 12/01/2017 às 04:59:00 (Dia/Mês/Ano)

Código de Controle da Certidão: 472795

Código de Controle da Autenticação:

17841101161515460002-1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones at the bottom right.

EM BRANCO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ARTHUR FERREIRA AMORIM

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
30231450 SSP AL

CPF
082.278.634-69

DATA NASCIMENTO
22/10/1988

PLACÃO
RONALDO AMORIM DE SOUZA
A
TERREINHA FERREIRA AMORIM

PERMISSÃO
ACD
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
05666105636

VALIDADE
15/08/2017

1ª HABILITAÇÃO
12/12/2012

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR
Arthur, Edson, Amorim

LOCAL
MACEIO, ALAGOAS

DATA EMISSÃO
16/12/2013

LOTE Augusto Santos Lobo de Melo
DETRAN - AL (ALAGOAS)
64705614335
AL013932829

VÁLIDA EM TODOS
O TERRITÓRIO NACIONAL
757472550

PROIBIDO PLASTIFICAR
757472550

Confere c/ o original

26 / 01 / 2016

[Signature]

[Multiple signatures and initials]

EM BRANCO



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Via Única

Documento Emitido pela JUCEAL

Dados da Empresa

Nome Empresarial

EISA ENGENHARIA LTDA

NIRE

2029862

Último Arquivamento

Numero

20130510610

Data

19/09/2013

Numero Protocolo



130510610

Local, Data

Maceió, sexta-feira, 20 de setembro de 2013

af. ju. 20.9.13

Carlos Alberto Barros de Araújo
Secretário Geral

Dados da Certidão

Data de Expedição

20/09/2013

Hora de Expedição

14:45:06

Documento Assinado por meio Digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º

A - Fica Instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, para garantir autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras

Validação da Chancela: www.juceal.al.gov.br - Opção Serviços >> Consulta Autenticidade Chancela.



EM BRANCO

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA EISA ENGENHARIA LTDA



Pelo presente Instrumento de Consolidação de Contrato Social, EVERALDO DE ALBUQUERQUE ALVES, brasileiro, natural de Major Isidoro, casado com comunhão total de bens, engenheiro civil, residente e domiciliado na Av. Silvio Carlos Luna Viana, nº. 2615, Edifício Granada, Apartº. 602, Ponta Verde, Maceió, Alagoas, CEP nº. 57035-160, portador da Cédula de Identidade nº. 112.973-SSP-AL, e inscrito no CPF-MF sob nº. 026.231.614-53, DILMA MARIA MOURA ALVES, brasileira, natural de Maceió, casada com comunhão total de bens, empresária, residente e domiciliada na Av. Silvio Carlos Luna Viana, nº. 2615, Edifício Granada, Apartº. 602, Ponta Verde, Maceió, Alagoas, CEP nº. 57035-160, portadora da Cédula de Identidade nº. 127.798-SSP-AL, e inscrita no CPF-MF sob nº. 041.962.794-49 sócios da Empresa EISA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Av. Dr. Nelson Marinho Araújo, nº. 73, Loteamento Murilopolis, Bairro da Serraria, Maceió, Alagoas, CEP nº. 57045-570, inscrita no CNPJ sob nº. 12.312.989/0001-58, com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Alagoas sob nº. 272.0002986-2, em 30 de janeiro de 1970, resolvem de comum acordo, consolidar as cláusulas em vigor do mencionado contrato e alterações posteriores, como seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A firma gira sob o denominação social de EISA ENGENHARIA LTDA., com sede na Av. Nelson Marinho Araújo, nº 73, Loteamento Murilopolis, Bairro da Serraria, CEP nº 57045-570, nesta capital, ficando eleito o foro desta Comarca para qualquer ação fundada na presente consolidação.

PARÁGRAFO ÚNICO – É facultado a sociedade a qualquer tempo, ao arbítrio exclusivo de sua administração, abrir, manter ou encerrar filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes ou não capital destacado, observada a legislação vigente sobre a matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA - Sociedade terá como objetivo a exploração de atividades de Construção Civil relativo a execução de obras por empreitada ou por administração,

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
Certifico o Registro em 19/09/2013 Sob N° 20130510610
Protocolo : 130510610 de 09/09/2013 NIRE: 27200029862
EISA ENGENHARIA LTDA
Chancela : 57AC211A9F5CEA86642681D994B915125F389A88
Maceió, 19/09/2013
CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário Geral

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-8
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1143 - Bairro São Estevão - Joo Pessoa/PB - CEP 58030-001 - www.cartorioazvedobastos.pb.gov.br - Tel: (31) 344-0424 - Fax: (31) 344-0440

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.535/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2006 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Cód. Autenticação: 17842309151056550703-2; Data: 23/09/2015 10:56
Seio Digital de Fiscalização Tipo Normal C: ACD32F16-VR8X
Valor Total do Ato: R\$ 2,99
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti
Titular

EM BRANCO

construção e incorporação de imóveis, elaboração de projetos e execução de engenharia relativo a edificação, hidro sanitário, fundação estrutural de concreto armado e aço, instalações elétricas, redes de alta e baixa tensão, residencial, industrial, de subestação e eletromecânica, dutos terrestres soldáveis ou de encaixes e ainda, montagens e manutenção de caldeiras, silos e tanques industriais, venda de material de construção, transporte e locação de máquinas.

CLÁUSULA TERCEIRA - O Capital Social é de R\$-3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS), divididos em 3.000.000 (TRÊS MILHÕES) de cotas, no valor de R\$-1,00 (UM REAL) cada uma, inteiramente realizado, na seguinte proporção:

- a) O Sócio EVERALDO DE ALBUQUERQUE ALVES, com 2.957.500 (DOIS MILHÕES NOVECIENTOS E CINQUENTA E SETE MIL E QUINHENTAS) cotas no valor de R\$-2.957.500,00 (DOIS MILHÕES NOVECIENTOS E CINQUENTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS).
- b) A Sócia DILMA MARIA MOURA ALVES, COM 42.500 (QUARENTA E DUAS MIL E QUINHENTAS) cotas no valor de R\$-42.500,00 (QUARENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

CLÁUSULA QUARTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, porém, todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA QUINTA - A Sociedade é administrada pelo sócio EVERALDO DE ALBUQUERQUE ALVES, podendo em nome da mesma representá-la Ativa e Passivamente em Juízo ou fora dele, abrir, movimentar, encerrar contas bancárias, requisitar talões de cheques, admitir e demitir empregados, constituir advogado com a cláusula ad e extra judicia e por tempo determinado.

CLÁUSULA SEXTA - o administrador é investido de todos os poderes necessários para a prática dos atos de gestão, ficando vedado os avais, fianças ou outras garantias de favor, alienar bens sem a expressa e formal autorização do outro sócio.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
Certifico o Registro em 19/09/2013 sob N° 20130510610
Protocolo : 130510610 de 09/09/2013 NIRE: 27200029862
EISA ENGENHARIA LTDA
Chancela : 57AC211A9F5CEA86642681D994B915125F389A88

Maceió, 19/09/2013

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário Geral

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.879-8
Av. Presidente Getúlio Vargas 1141 - Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 53026-000 PB - www.azevedobastos.net.br - Tel: (33) 3240-5401 - Fax: (33) 3240-5402

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 17842309151056550703-3; Data: 23/09/2015 10:56
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: ACC32815-9G0F;
Valor Total do Ato: R\$ 2,99
Confira os dados do ato em: <https://selodig.t.jtjb.jus.br>

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti
Titular

EM BRANCO

CLÁUSULA SÉTIMA – O Sócio administrador declara, sob pena da lei, que não está impedido de exercer administração da empresa quer pó lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, apenas que deve, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA OITAVA – O exercício coincide com o ano civil, ou seja 31 de dezembro de cada ano, oportunidade em que o administrador prestará contas de sua administração ao outro sócio e interessados se houver, cujo resultado econômico positivo será distribuído entre os sócios na proporção de suas cotas, e se negativo será suportado pelos sócios também na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA NONA – A Sociedade terá seu prazo de duração indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA – Pelo exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada a título de pró-labore, observada as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O início das operações foi em 30 de janeiro de 1970.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A Sociedade tem seu prazo de duração indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Ocorrendo o falecimento ou impedimento legal de qualquer dos sócios, as quotas com relação ao primeiro não serão liquidadas, sendo seu valor apurado em balanço especial aquela data. Nas demais hipóteses poderá a

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
Certifico o Registro em 19/09/2013 Sob N° 20130510610
Protocolo : 130510610 de 09/09/2013 NIRE: 27200029862
EISA ENGENHARIA LTDA
Chancela : 57AC211A9F5CEA86642681D994B915125F389A88

Maceió, 19/09/2013

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário Geral

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-6
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro São Estevão - João Pessoa/PB - CEP 53030-000 - www.azevedobastos.net.br - Tel: (33) 3244-5834 - Fax: (33) 3244-5441

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.035/1994 e Art. 5º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 17842309151056550703-4; Data: 23/09/2015 10:56
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: ACD32614-VFMT
Valor Total do Ato: R\$ 2,99
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Dir. Valber de Miranda Cavalcanti
Titular

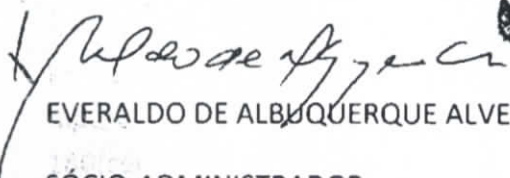
EM BRANCO

sociedade continuar com seus herdeiros, sucessores e o incapaz, este desde que autorizado legalmente. O sócio que se retirar será substituído com o ingresso de um novo sócio, desde que conveniente aos demais. O sócio falecido será substituído mediante acordo firmado entre os herdeiros e os demais sócios ou indicado judicialmente. Se interditado será representado ou assistido legalmente. Caso contrário, ou seja, inexistindo interesse de comum acordo na continuidade da empresa esta será liquidada após apuração em balanço patrimonial, cujo resultado econômico, se positivo, será pago ao sócio que se retirou ou aos herdeiros do falecido em 10(dez) prestações iguais, no prazo de 10(dez) meses a contar do encerramento deste, desde que se crie obstáculo para seu encerramento. Se negativo o sócio que se retirou ou os herdeiros do sócio falecido suportarão nas mesmas proporções. Em nenhuma das hipóteses a sociedade não poderá continuar apenas com um sócio por mais de 180(cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Ficam assim consolidadas as cláusulas em vigor do contrato social e alterações posteriores.

E por estarem assim, justos e contratados assinam o presente Instrumento de Consolidação em 01(uma) via de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para registro e arquivo da Junta Comercial de Alagoas, para que produza os efeitos legais.

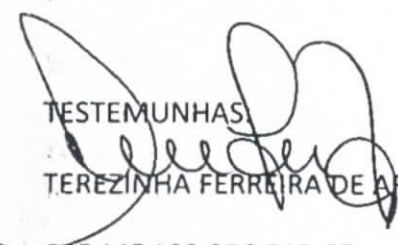
Maceió-AL., 14 de Agosto de 2013.


EVERALDO DE ALBUQUERQUE ALVES

SÓCIO-ADMINISTRADOR

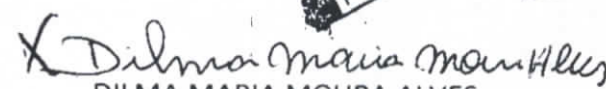
CPF-MF 026.231.614-53

TESTEMUNHAS


TEREZINHA FERREIRA DE ARAÚJO

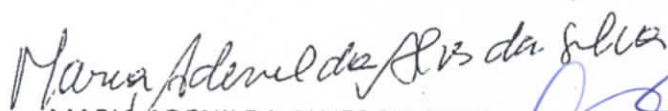
CPF-MF 192.256.013-87

C.I. 400.399-SSP-AL


DILMA MARIA MOURA ALVES

SÓCIA

CPF-MF 041.962.794-49

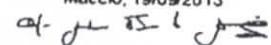

MARIA ADENILDA ALVES DA SILVA

CPF-MF 647.749.104-49

C.I. 867.516-SSP-AL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
Certifico o Registro em 19/09/2013 Sob N° 20130510610
Protocolo: 130510610 de 09/09/2013 NIRE: 27200029862
EISA ENGENHARIA LTDA
Chancela: 57AC211A9F5CEA86642681D994B915125F389A88

Maceió, 19/09/2013


CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário Geral



CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-6
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - Jd. Fátima - Maceió - AL - CEP: 57010-000 - Tel: (32) 3241-4841 - Fax: (32) 3244-5451

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cod. Autenticação: 17842309151056550703-5; Data: 23/09/2015 10:56
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: ACC37213-CNQC
Valor Total do Ato: R\$ 2,99
Confira os dados do ato em: <https://se.odigitacao.jpb.jus.br>

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti
Titular



EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc....

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.
O referido é verdade, dou fé.

Este documento foi emitido em 16/12/2015 às 09:44:55 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b1b32c181d3066f74d8c3606ac8d4c2912ee850ccd64186b6f1e828a8be
4144f9365d17770080c807a0e47ae9118d8641f7e594726408fded912dc0384095ce45

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para EISA ENGENHARIA LTDA e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

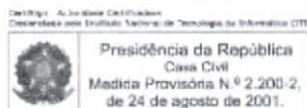
Esta certidão tem a sua validade até: 24/09/2016 às 06:31:24 (Dia/Mês/Ano)

Código de Controle da Certidão: 430575

Código de Controle da Autenticação:

17842309151056550703-1 a 17842309151056550703-5

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>



EM BRANCO



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certidão Simplificada para Sociedades Empresárias, exceto as Anônimas e suas Filiais

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial

EISA ENGENHARIA LTDA - EPP

Natureza Jurídica : 206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Numero de Identificação do Registro de Empresa (NIRE da Sede)
27200029862

C.N.P.J
12312989000158

Data de Arquivamento do Ato
Constitutivo
30/01/1970

Data de Início de Atividades
30/01/1970

Endereço Completo (Logradouro, N° e Complemento, Bairro, Cidade, CEP, UF)

AV NELSON MARINHO DE ARAÚJO, 73, LOTEAMENTO MURILÓPOLIS, SERRARIA, MACEIÓ - 57045570 - Alagoas

Objeto Social

CONSTRUÇÃO CIVIL RELATIVO A EXECUÇÃO DE OBRAS POR EMPREITADA OU POR ADMINISTRAÇÃO, CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO DE OBRAS, ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE ENGENHARIA RELATIVO A EDIFICAÇÃO, HIDRO-SANITÁRIO, FUNDAÇÃO ESTRUTURAL DE CONCRETO ARMADO E AÇO, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, REDES DE ALTA E BAIXA TENSÃO, RESIDENCIAL, INDUSTRIAL, DE SUBESTAÇÃO E ELETROMECÂNICA, DUTOS TERRESTRES SOLDÁVEIS OU DE ENCAIXES E AINDA, MONTAGENS E MANUTENÇÃO DE CALDEIRAS, SILOS E TANQUES INDUSTRIAIS, VENDA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, TRANSPORTE E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS.

Capital Social

R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões Reais)

Capital Integralizado

R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões Reais)

**Microempresa ou Empresa de
Pequeno Porte**

Empresa de pequeno porte

Prazo de Duração

Indeterminado

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital (R\$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
EVERALDO DE ALBUQUERQUE ALVES - 02623161453	R\$ 2.957.500,00	SOCIO	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXX
EVERALDO DE ALBUQUERQUE ALVES - 02623161453	R\$ 0,00	ADMINISTRADOR	ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXXX
DILMA MARIA MOURA ALVES - 04196279449	R\$ 42.500,00	SOCIO	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXX

Último Arquivamento

Data: 09/06/2015 00:00:00 Número: 20151234590

Ato: BALANCO

Evento: BALANCO

Situação

REGISTRO ATIVO

Status

XXXXXXXXXXXXX

Filiais

Empresa não Possui Filiais registradas nesta Junta....

Numero Protocolo



160012384

Local, Data

Maceió, terça-feira, 19 de janeiro de 2016

EDVALDO MAIORANO DE LIMA
Secretário(a) Geral

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio, em terça-feira, 19 de janeiro de 2016 as 16:56:23

Se impresso, para conferência acesse o site: www.juceal.al.gov.br - Opção Acesso Rápido >> Autenticidade de Certidão, e informe o número do protocolo.

EM BRANCO



Endereço
Av Nelson Marinho Araújo - 73
Serraria - 57045-570
Maceió - AL
CNPJ: 12.312.989/0001-58
IE: 28003256-0
IM: 900020350

Telefone
(82) - 3231 - 2394
(82) - 3022 - 4118
(82) - 9997 - 5577

E-Mail

Eisaengenharia-ltda2011@hotmail.com



CONCORRÊNCIA Nº 03/2015
PROCESSO Nº 1208-002/2015

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007.

EISA ENGENHARIA LTDA – EPP, com sede na Av. Nelson Marinho, Nº 73, Loteamento Murilopolis, Serraria, Maceió/Alagoas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **12.312.989/0001-58**, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, expressamente, sob as penas da lei, que é considerada:

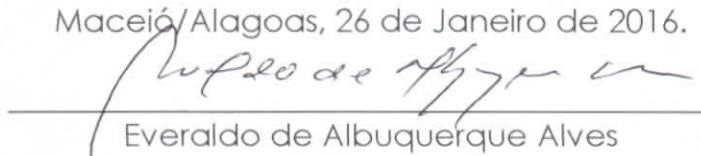
☒ (x) microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

OU

☐ () cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

Gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para fins de participação na **Concorrência de nº 03/2015** da Prefeitura Municipal de Boca da Mata.

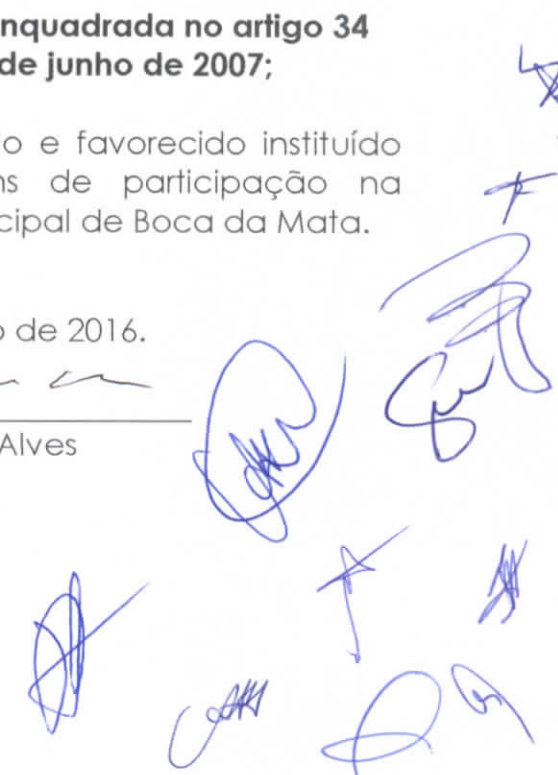
Maceió/Alagoas, 26 de Janeiro de 2016.


Everaldo de Albuquerque Alves

Sócio - Administrador

C.I 112.973 SSP/AL

CPF: 026.231.614-53



EM BRANCO

**5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA ME.**

Fabio Pereira Cavalcante, brasileiro, casado em regime comunhão parcial de bens, data de nascimento: 13/07/1972, empresário, Inscrito no CPF nº 740.326.584-04, portador da Cédula de Identidade sob o nº 97001004550 SSP/AL, CNH nº 00251332089 DETRAN/AL, residente e domiciliado na Rua Coronel Francisco Silva, nº 121, bairro da Pitanguinha, Maceió, CEP 57.052-190, no Estado de Alagoas, e **Joellington Celestino da Costa Flor**, brasileiro, solteiro, data de nascimento: 27/12/1989, empresário, Inscrito no CPF nº 088.163.564-21, portador da Cédula de Identidade sob o nº 3341730-0 SEDS/AL, residente e domiciliado na Rua Nova, nº 01, Utinga, Rio Largo, CEP 57.100-000, no Estado de Alagoas, únicos sócios da **T J C REPRESENTAÇÕES LTDA - ME**, estabelecida na Rua Rivadavia Carnaúba, nº 20, bairro do Pinheiro, Maceió, CEP 57.057-260, no Estado de Alagoas., registrada na Junta Comercial de Alagoas, sob o nº 272.0052758,7 em 19/07/2012, e inscrita no CNPJ sob o nº 16.554.376/0001-88, resolvem de comum acordo, assim, alterar e consolidar o contrato social, mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA 1ª - A Matriz passa neste ato a ter como atividade;

1. Gerenciamento de transporte escolar
2. Comércio varejista de artigos de papelaria
3. Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação.
4. Comércio varejista de materiais de construção em geral
5. Comércio varejista de livros
6. Comércio varejista de artigos de armarinho
7. Comércio varejista de artigos esportivos
8. Comércio varejista de pneus novos e usados para veículos automotor
9. Comércio atacadista de pneus para tratores
10. Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
11. Aluguel de maquinas de terraplenagem sem operador
12. Comércio varejista de móveis
13. Comércio varejista de material elétrico
14. Aluguel de máquinas de terraplenagem com operador
15. Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
16. Comércio varejista especializado de eletrodoméstico e equipamentos de áudio e vídeo

Página 1 de 11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/12/2015 18:03 SOB Nº 20150234104.
PROTOCOLO: 150234104 DE 03/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
AL150234104. NIRE: 27200527587.
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA - ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 03/12/2015
www.facilita.al.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

EM BRANCO

**5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA ME.**

17. Comércio varejista especializado de equipamento e suprimentos de informática
18. Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
19. Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e domésticos
20. Comércio varejista de brinquedo e artigos recreativos
21. Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formulas
22. Comércio varejista de artigos do vestuários e acessório
23. Comércio varejista de equipamentos para escritório
24. Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem
25. Comércio varejista de madeiras e seus derivados
26. Comércio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontólogo, medico hospitalar, partes e peças
27. Comércio varejista de peças e acessórios novos para veículos
28. Aluguel de maquinas, tratores, caçambas, ônibus, caminhão sem operador
29. Aluguel de maquinas, tratores, caçambas, ônibus, caminhão com operador
30. Comércio Atacadista de materiais descartáveis
31. Reformas de prédios, galpões, casas e escolas
32. Serviços de transportes de passageiros com e sem condutor
33. Locação de veículos com e sem condutor
34. Serviço de dedetização, desratização e descupinização
35. Atividade de sonorização e iluminação
36. Organização de feiras, congressos, exposições, eventos e festas
37. Locação de geradores
38. Locação de palcos, coberturas, banheiros químicos e outras estruturas
39. Serviço de transporte escolar
40. Transporte aquático
41. Limpeza urbana
42. Locação de ambulância
43. Transporte de água potável – carro pipa
44. Locação de aparelhos, equipamentos de sinalização, alarmes, motores, turbinas e geradores sem operador
45. Locação de motocicleta
46. Locação de transporte marítimo



Página 2 de 11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/12/2015 18:03 SOB Nº 20150234104.
PROTOCOLO: 150234104 DE 03/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
AL150234104. NIRE: 27200527587.
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA - ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 03/12/2015
www.facilita.al.gov.br

EM BRANCO

5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA ME.

47. Fretamento de embarcações com tripulação para transporte aquaviário de passageiros municipal
48. Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador
49. Serviço de vigilância e segurança privada
50. Atividade de saneamento básico
51. Construtora
52. Atividade paisagísticas
53. Atividade relacionada a esgoto
54. Construção de obra de arte
55. Construção de rodovias, via férrea e pistas de aeroportos
56. Obras de urbanização, ruas, praças e calçadas
57. Construção de instalação esportivas e recreativas
58. Perfurações e sondagens
59. Instalação hidráulicas, sanitárias e de gás
60. Serviços de pintura de edifícios
61. Instalação e manutenção elétrica
62. Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
63. Manutenção de rede de distribuição de energia elétrica
64. Montagem ou instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas
65. Monitoriamento, inclusive por meio remoto de sistemas de alarme de segurança e incêndio eletrônico, inclusive a sua instalação e manutenção
66. Impressão de material para uso publicitário
67. Serviços de computação gráfica
68. Montagem e desmontagem de estruturas metálicas temporárias (arquibancadas, palcos)
69. Serviço de Bufê
70. Gestão de instalação para eventos
71. Serviço de filmagem e fotografia
72. Serviço de edição de jornais e revistas
73. Serviço de Confecção de camisas, camisetas, boné
74. Locação de mão de obra temporária
75. Operadores turísticos



Página 3 de 11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/12/2015 18:03 SOB Nº 20150234104.
PROTOCOLO: 150234104 DE 03/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
AL150234104. NIRE: 27200527587.
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA - ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 03/12/2015
www.facilita.al.gov.br

EM BRANCO

**5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA ME.**

- 76. Limpeza em prédios e em domicílios
- 77. Locação de máquinas e equipamentos agrícolas com e sem operador
- 78. Serviços de terceirização de treinamento
- 79. Serviços limpeza de fossas
- 80. Comércio varejista de sementes
- 81. Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios



CLAÚSULA 2ª - O sócio **Joellington Celestino da Costa Flor**, que possui R\$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais), cede e transfere, neste ato, para o sócio **Fabio Pereira Cavalcante**, o valor de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) cada, o capital social é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), divididos em 1.000.000 (um milhão) cotas de R\$ 1,00 (um real), já integralizados em moeda corrente do país. neste ato ficando assim distribuído:

NOME DOS QUOTISTAS	N.º DE QUOTAS	VALOR EM R\$	PERCENTUAL
Joellington Celestino da Costa Flor	700.000	700.000,00	70%
Fabio Pereira Cavalcante	300.000	300.000,00	30%
TOTAIS	1.000.000	1.000.000,00	100%

CLÁUSULA 3ª - A sociedade é administrada pelo sócio administrador: **Fabio Pereira Cavalcante** de forma isolada a quem compete a administração geral de todas as operações comerciais e administrativa da empresa, representando a sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, ficando vedada a concessão de vais em nome da sociedade em favor de terceiros, exceto em favor de empresa que venha a ser coligada, controlada ou controladora da sociedade e por tempo determinado

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA ME.**

Fabio Pereira Cavalcante, brasileiro, casado em regime comunhão parcial de bens, data de nascimento: 13/07/1972, empresário, Inscrito no CPF nº 740.326.584-04, portador da Cédula de Identidade sob o nº 97001004550 SSP/AL, CNH nº 00251332089 DETRAN/AL, residente e domiciliado na Rua Coronel

Página 4 de 11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/12/2015 18:03 SOB Nº 20150234104.
PROTOCOLO: 150234104 DE 03/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
AL150234104. NIRE: 27200527587.
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA - ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 03/12/2015
www.facilita.al.gov.br

EM BRANCO

**5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA ME.**

Francisco Silva, nº 121, bairro da Pitanguinha, Maceió, CEP 57.052-190, no Estado de Alagoas, e **Joellington Celestino da Costa Flor**, brasileiro, solteiro, data de nascimento: 27/12/1989, empresário, Inscrição no CPF nº 088.163.564-21, portador da Cédula de Identidade sob o nº 3341730-0 SEDS/AL, residente e domiciliado na Rua Nova, nº 01, Utinga, Rio Largo, CEP 57.100-000, no Estado de Alagoas,



I – Denominação e Sede

CLÁUSULA 1ª - A sociedade gira sob o nome empresarial de **T J C REPRESENTAÇÕES LTDA – ME**, na Rua Rivadavia Carnaúba, nº 20, bairro do Pinheiro, Maceió, CEP 57.057-260, no Estado de Alagoas., registrada na Junta Comercial de Alagoas, sob o nº 272,0052758,7 e inscrita no CNPJ sob o nº 16.554.376/0001-88.

CLÁUSULA 2ª - Ao presente Consolidação do Contrato Social aplicam-se supletivamente, no que couber, as disposições legais da Lei de Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76), nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

II – Filiais

CLÁUSULA 3ª - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pela maioria representativa do capital social.

III – Prazo de duração e início das atividades

CLÁUSULA 4ª - A sociedade teve suas atividades iniciadas em: 19 de Julho de 2012, data em que foi constituída sendo sua duração é por tempo indeterminado.

IV – Objeto Social

CLÁUSULA 5ª - O objeto social continua sendo:

1. Gerenciamento de transporte escolar
2. Comércio varejista de artigos de papelaria
3. Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação.
4. Comércio varejista de materiais de construção em geral

Página 5 de 11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/12/2015 18:03 SOB Nº 20150234104.
PROTOCOLO: 150234104 DE 03/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
AL150234104. NIRE: 27200527587.
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA - ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 03/12/2015
www.facilita.al.gov.br

EM BRANCO

**5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA ME.**



5. Comércio varejista de livros
6. Comércio varejista de artigos de armarinho
7. Comércio varejista de artigos esportivos
8. Comércio varejista de pneus novos e usados para veículos automotor
9. Comércio atacadista de pneus para tratores
10. Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
11. Aluguel de máquinas de terraplenagem sem operador
12. Comércio varejista de móveis
13. Comércio varejista de material elétrico
14. Aluguel de máquinas de terraplenagem com operador
15. Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
16. Comércio varejista especializado de eletrodoméstico e equipamentos de áudio e vídeo
17. Comércio varejista especializado de equipamento e suprimentos de informática
18. Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
19. Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e domésticos
20. Comércio varejista de brinquedo e artigos recreativos
21. Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de formulas
22. Comércio varejista de artigos do vestuários e acessório
23. Comércio varejista de equipamentos para escritório
24. Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem
25. Comércio varejista de madeiras e seus derivados
26. Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico, médico hospitalar, partes e peças
27. Comércio varejista de peças e acessórios novos para veículos
28. Aluguel de máquinas, tratores, caçambas, ônibus, caminhão sem operador
29. Aluguel de máquinas, tratores, caçambas, ônibus, caminhão com operador
30. Comércio Atacadista de materiais descartáveis
31. Reformas de prédios, galpões, casas e escolas
32. Serviços de transportes de passageiros com e sem condutor
33. Locação de veículos com e sem condutor
34. Serviço de dedetização, desratização e descupinização

Página 6 de 11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/12/2015 18:03 SOB Nº 20150234104.
PROTOCOLO: 150234104 DE 03/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
AL150234104. NIRE: 27200527587.
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA - ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 03/12/2015
www.facilita.al.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

EM BRANCO

**5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA ME.**



35. Atividade de sonorização e iluminação
36. Organização de feiras, congressos, exposições, eventos e festas
37. Locação de geradores
38. Locação de palcos, coberturas, banheiros químicos e outras estruturas
39. Serviço de transporte escolar
40. Transporte aquático
41. Limpeza urbana
42. Locação de ambulância
43. Transporte de água potável – carro pipa
44. Locação de aparelhos, equipamentos de sinalização, alarmes, motores, turbinas e geradores sem operador
45. Locação de motocicleta
46. Locação de transporte marítimo
47. Fretamento de embarcações com tripulação para transporte aquaviário de passageiros municipal
48. Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador
49. Serviço de vigilância e segurança privada
50. Atividade de saneamento básico
51. Construtora
52. Atividade paisagísticas
53. Atividade relacionada a esgoto
54. Construção de obra de arte
55. Construção de rodovias, via férrea e pistas de aeroportos
56. Obras de urbanização, ruas, praças e calçadas
57. Construção de instalação esportivas e recreativas
58. Perfurações e sondagens
59. Instalação hidráulicas, sanitárias e de gás
60. Serviços de pintura de edifícios
61. Instalação e manutenção elétrica
62. Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
63. Manutenção de rede de distribuição de energia elétrica
64. Montagem ou instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas

Página 7 de 11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/12/2015 18:03 SOB Nº 20150234104.
PROTOCOLO: 150234104 DE 03/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
AL150234104. NIRE: 27200527587.
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA - ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 03/12/2015
www.facilita.al.gov.br

EM BRANCO

**5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA ME.**

65. Monitoriamento, inclusive por meio remoto de sistemas de alarme de segurança e incêndio eletrônico, inclusive a sua instalação e manutenção.
66. Impressão de material para uso publicitário
67. Serviços de computação gráfica
68. Montagem e desmontagem de estruturas metálicas temporárias (arquibancadas, palcos)
69. Serviço de Bufê
70. Gestão de instalação para eventos
71. Serviço de filmagem e fotografia
72. Serviço de edição de jornais e revistas
73. Serviço de Confecção de camisas, camisetas, boné
74. Locação de mão de obra temporária
75. Operadores turísticos
76. Limpeza em prédios e em domicílios
77. Locação de máquinas e equipamentos agrícolas com e sem operador
78. Serviços de terceirização de treinamento
79. Serviços limpeza de fossas
80. Comércio varejista de sementes
81. Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios

V – Capital Social e Distribuição

CLÁUSULA 6ª - O capital social é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), divididos em 1.000.000 (um milhão) cotas de R\$ 1,00 (um real), cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país, assim distribuídas entre os sócios:

NOME DOS QUOTISTAS	N.º DE QUOTAS	VALOR EM R\$	PERCENTUAL
Joellington Celestino da Costa Flor	700.000	700.000,00	70%
Fabio Pereira Cavalcante	300.000	300.000,00	30%
TOTAIS	1.000.000	1.000.000,00	100%

CLÁUSULA 7ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Página 8 de 11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/12/2015 18:03 SOB Nº 20150234104.
PROTOCOLO: 150234104 DE 03/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
AL150234104. NIRE: 27200527587.
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA - ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 03/12/2015
www.facilita.al.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

EM BRANCO

**5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA ME.**

Fls. 239

CLÁUSULA 8ª - As quotas não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição.

VI – Administração

CLÁUSULA 9ª - A sociedade é administrada pelo sócio administrador: **Fabio Pereira Cavalcante** de forma isolada a quem compete a administração geral de todas as operações comerciais e administrativa da empresa, representando a sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, ficando vedada a concessão de vais em nome da sociedade em favor de terceiros, exceto em favor de empresa que venha a ser coligada, controlada ou controladora da sociedade e por tempo determinado

VII – Remuneração

CLÁUSULA 10ª - Os sócios no exercício da administração terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, fixada consensualmente entre os sócios.

VIII – Do Encerramento do Exercício Social

CLÁUSULA 11ª - Anualmente, ao término de cada exercício social, que se dará em 31 de dezembro, o(s) administrador(es) prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, as perdas e os lucros porventura apurados.

CLÁUSULA 12ª - Nos 04 meses seguintes ao término do exercício social, os sócios se reunirão para discutir e votar as contas do administrador.

IX – Retirada, Interdição ou Falecimento de Sócio

CLÁUSULA 13ª - Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a Sociedade não se dissolverá, continuará suas atividades com herdeiros, sucessores, e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Inexistindo interesse na continuidade da Sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou

Página 9 de 11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/12/2015 18:03 SOB Nº 20150234104.
PROTOCOLO: 150234104 DE 03/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
AL150234104. NIRE: 27200527587.
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA - ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 03/12/2015
www.facilita.al.gov.br

EM BRANCO

**5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA ME.**



suportado pelos sócios na proporção de suas quotas. Em nenhuma hipótese a Sociedade poderá continuar com apenas um sócio por mais de 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA 14ª - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a Sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA 15ª - A maioria representativa de mais da metade do capital social, poderá excluir por justa causa, mediante alteração do contrato social, o sócio que estiver pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade.

CLÁUSULA 16ª - O valor da quota do sócio porventura excluído, considerada pelo montante afetivamente realizado, será paga ao mesmo em dinheiro dentro de 90 (noventa) dias, com base na situação patrimonial da sociedade à data da reunião, verificada em balanço especialmente levantado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da referida reunião.

CLÁUSULA 17ª - Os sócios poderão optar pelo suprimento da quota do excluído ou pela redução do capital social, conforme a deliberação da maioria na mesma reunião em que for decidida a exclusão.

X – Das Deliberações

CLÁUSULA 18ª - As deliberações serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor das quotas de cada sócio.

XI – Foro Jurídico

CLÁUSULA 19ª - As partes elegem o foro da Cidade de Maceió, Estado de Alagoas, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato.

Página 10 de 11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/12/2015 18:03 SOB Nº 20150234104.
PROTOCOLO: 150234104 DE 03/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
AL150234104. NIRE: 27200527587.
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA - ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 03/12/2015
www.facilita.al.gov.br

EM BRANCO

5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA ME.

Fls. 241

XII – Desimpedimentos

CLÁUSULA 20ª - Os administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou crime filментар, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra norma de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (§1º, do art. 1.011 do CC/2002).

E, por estarem assim justos e acordados, assinam a presente alterações e consolidação contratual.

Maceió/AL, 24 de Novembro de 2015.

Joellington Celestino da Costa Flor
CPF nº 088.163.564-21

Fabio Pereira Cavalcante
CPF nº 740.326.584-04

Página 11 de 11



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/12/2015 18:03 SOB Nº 20150234104.
PROTOCOLO: 150234104 DE 03/12/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
AL150234104. NIRE: 27200527587.
T J C REPRESENTAÇÕES LTDA - ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 03/12/2015
www.facilita.al.gov.br

EM BRANCO



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: PABLO PEREIRA CAVALCANTE

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: 97001004550 SSP AL

CPF: 740.326.584-04 DATA NASCIMENTO: 13/07/1972

FILIAÇÃO: ADEMAR TEIXEIRA CAVALC ANTE GISELDA PEREIRA CAVALC ANTE

PERMISSÃO: ACC: CAT. HAB: AD

Nº REGISTRO: 00251333069 VALIDADE: 20/09/2017 1ª HABILITAÇÃO: 08/08/1990

OBSERVAÇÕES:

Assinatura do Portador: *Pablo Pereira Cavalcante*

LOCAL: MACEIO, ALAGOAS DATA EMISSÃO: 21/09/2012

Assinatura do Emissor: *Luiz Augusto Barreto Lúcio de Melo*
Diretor Presidente do DETRAN/AL

15250732612
AL011949201

DETRAN - AL (ALAGOAS)

VALIDA EM TODOS
O TERRITÓRIO NACIONAL
578061175

PROIBIDO PLASTIFICAR
578061175

Handwritten signatures and stamps in blue ink, including a large circular stamp and several illegible signatures.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.
O referido é verdade, dou fé.

Este documento foi emitido em 16/04/2015 às 12:12:26 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b04d2c6128ef179cf7d67da627519f79b36619b5f73f1f76b8ebcb09fb54d3de6325995af77a0e8b06d1204a171010b3ac7fb96ed7bee4529dac410e5adfc4675

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para TJC REPRESENTAÇÕES LTDA - ME e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

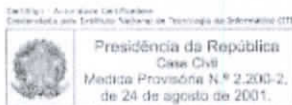
Esta certidão tem a sua validade até: 09/04/2016 às 04:24:47 (Dia/Mês/Ano)

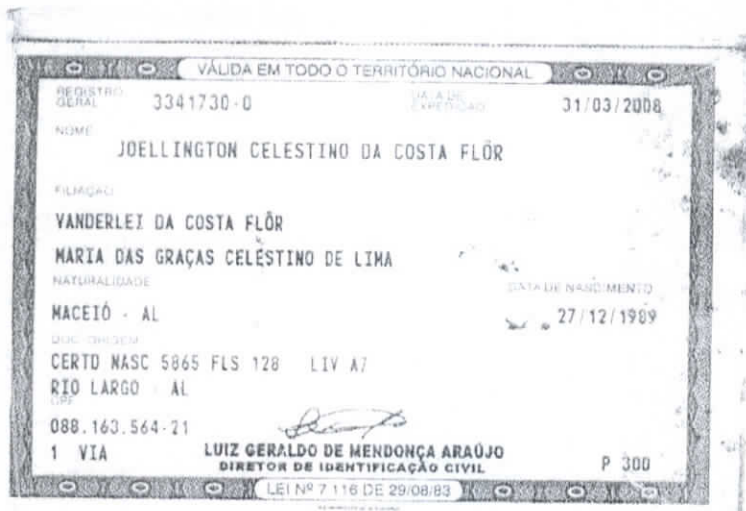
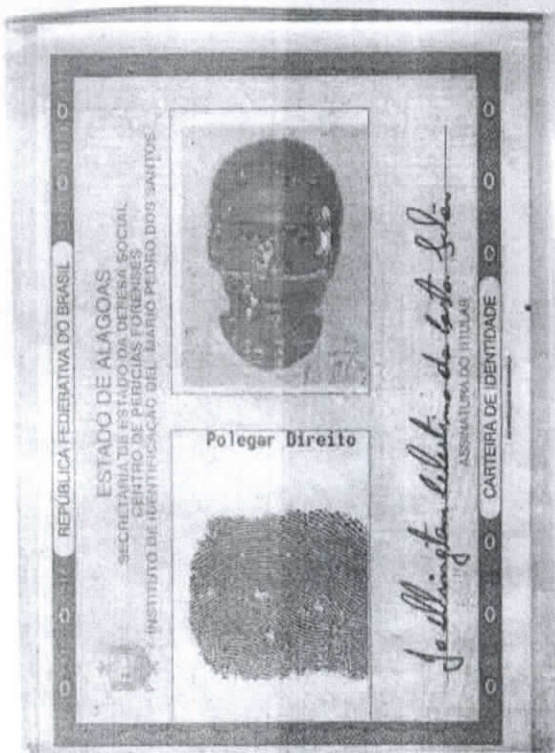
Código de Controle da Certidão: 228285

Código de Controle da Autenticação:

20691303141531390781-1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>





[Handwritten signature]

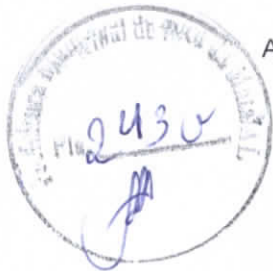
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA



Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.
O referido é verdade, dou fé.

Este documento foi emitido em 16/04/2015 às 12:11:52 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b04d2c6128ef179cf7d67da627519f79bf94d97adc080ac46bbdd8984fff5
c788325995af77a0e8b06d1204a171010b3a26a4df91c7cd68e22e682911de0a5838

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para TJC REPRESENTAÇÕES LTDA - ME e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

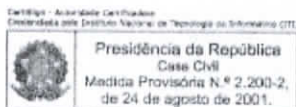
Esta certidão tem a sua validade até: 09/04/2016 às 04:24:47 (Dia/Mês/Ano)

Código de Controle da Certidão: 230507

Código de Controle da Autenticação:

20692003140957250968-1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>





T J C REPRESENTAÇÕES LTDA – ME

Rua Rivadávia Carnaúba, 20 – Pinheiro - CEP: 57.057-260 – Maceió/AL -

CNPJ N° 16.554.376/0001-88 - Insc. Estadual n° 242.70433-6

Fone: 82 3324-0940

E-mail: tjcrepresentacoesmaceio@hotmail.com - tjc.mcz@gmail.com

A

Prefeitura de Boca da Mata/AL

Concorrência n° 03/2016

Data: 26/01/2016 às 09:30 hrs

Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao sistema de drenagem e pavimentação do povoado lagoa do Perí Perí.



DECLARAÇÕES

A Empresa T J C Representações LTDA - ME, situada na Rua Rivadávia Carnaúba, 20 – Pinheiro/AL - CEP: 57.057-260 – Maceió/AL, por intermédio de seu representante legal, DECLARA:

1. Sob as penas da Lei, que atenderá as exigências do Edital no que se refere a habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, e que está regular perante a Fazenda Nacional a Seguridade Social e o FGTS.
2. Sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos que se encontram dentro do Envelope de n° 02 – Documentos de Habilitação, devidamente atualizados na forma da legislação vigente em conformidade com o inciso VII, Art. 4° da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, para participação neste Pregão Presencial.
3. Sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
4. Para os devidos fins, que concordamos com todos os termos descritos no edital e seus anexos e que temos pleno e total conhecimento da realização dos trabalhos do certame;
5. Sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7°, inciso XXXIII, a saber: "(...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos", para fins de habilitação neste Pregão Presencial.

Maceió-AL, 26 de janeiro de 2016.

Fábio Pereira Cavalcante
RG n° 97001004550 SSP/AL - CPF n° 740.326.584-04
Sócio

EM BRANCO



T J C REPRESENTAÇÕES LTDA – ME

Rua Rivadávia Carnaúba, 20 – Pinheiro - CEP: 57.057-260 – Maceió/AL -

CNPJ Nº 16.554.376/0001-88 - Insc. Estadual nº 242.70433-6

Fone: 82 3324-0940

E-mail: tjcrepresentacoesmaceio@hotmail.com - tjc.mez@gmail.com



A

Prefeitura de Boca da Mata/AL

Concorrência nº 03/2016

Data: 26/01/2016 às 09:30 hrs

Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao sistema de drenagem e pavimentação do povoado lagoa do Perí Perí.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa T J C Representações LTDA - ME, situada na Rua Rivadávia Carnaúba, 20 – Pinheiro/AL - CEP: 57.057-260 – Maceió/AL, por intermédio de seu representante legal, DECLARA:

(X) microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

OU

☐ cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

Gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para fins de participação neste Pregão Presencial.

Maceió-AL, 26 de janeiro de 2016.

Fábio Pereira Cavalcante
RG nº 97001004550 SSP/AL - CPF nº 740.326.584-04
Sócio

EM BRANCO



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certidão Simplificada para Sociedades Empresárias, exceto as Anônimas e suas Filiais

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial

T J C REPRESENTAÇÕES LTDA - ME

Natureza Jurídica : 206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Numero de Identificação do Registro de Empresa (NIRE da Sede)

27200527587

C N P J

16554376000188

Data de Arquivamento do Ato

Constitutivo

20/07/2012

Data de Início de Atividades

20/07/0012

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, CEP, UF)

RUA RIVADÁVIA CARNAÚBA, 20, , Pinheiro, MACEIÓ - 57057260 - Alagoas

EM BRANCO

Objeto Social

GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO
COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL
COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS
COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO
COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS
COMERCIO VAREJISTA DE PNEUS NOVOS E USADOS PARA VEICULOS AUTOMOTOR
COMERCIO ATACADISTA DE PNEUS PARA TRATORES
COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS
ALUGUEL DE MAQUINAS DE TERRAPLENAGEM SEM OPERADOR
COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS
COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO
ALUGUEL DE MAQUINAS DE TERRAPLENAGEM COM OPERADOR
COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA
COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICO E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO
COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTO E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA
COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSORIOS
COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICOS
COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDO E ARTIGOS RECREATIVOS
COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SEM MANIPULACAO DE FORMULAS
COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIOS E ACESSORIO
COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO
COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS E PARA FILMAGEM
COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRAS E SEUS DERIVADOS
COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTOLOGO, MEDICO HOSPITALAR, PARTES E PECAS
COMERCIO VAREJISTA DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS
ALUGUEL DE MAQUINAS, TRATORES, CACAMBAS, ONIBUS, CAMINHAO SEM OPERADOR
ALUGUEL DE MAQUINAS, TRATORES, CACAMBAS, ONIBUS, CAMINHAO COM OPERADOR
COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DESCARTAVEIS
REFORMAS DE PREDIOS, GALPOES, CASAS E ESCOLAS
SERVICOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS COM E SEM CONDUTOR
LOCACAO DE VEICULOS COM E SEM CONDUTOR
SERVICO DE DEDETIZACAO, DESRATIZACAO E DESCUPINIZACAO
ATIVIDADE DE SONORIZACAO E ILUMINACAO
ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES, EVENTOS E FESTAS
LOCACAO DE GERADORES
LOCACAO DE PALCOS, COBERTURAS, BANHEIROS QUIMICOS E OUTRAS ESTRUTURAS
SERVICO DE TRANSPORTE ESCOLAR
TRANSPORTE AQUATICO
LIMPEZA URBANA
LOCACAO DE AMBULANCIA
TRANSPORTE DE AGUA POTAVEL CARRO PIPA
LOCACAO DE APARELHOS, EQUIPAMENTOS DE SINALIZACAO, ALARMES, MOTORES, TURBINAS E GERADORES SEM OPERADOR
LOCACAO DE MOTOCICLETA
LOCACAO DE TRANSPORTE MARITIMO
FRETAMENTO DE EMBARCACOES COM TRIPULACAO PARA TRANSPORTE AQUAVIARIO DE PASSAGEIROS MUNICIPAL
ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR
SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA
ATIVIDADE DE SANEAMENTO BASICO
CONSTRUTORA
ATIVIDADE PAISAGISTICAS
ATIVIDADE RELACIONADA A ESGOTO
CONSTRUCAO DE OBRA DE ARTE
CONSTRUCAO DE RODOVIAS, VIA FERREA E PISTAS DE AEROPORTOS
OBRAS DE URBANIZACAO, RUAS, PRACAS E CALCADAS
CONSTRUCAO DE INSTALACAO ESPORTIVAS E RECREATIVAS
PERFURACOES E SONDAGENS
INSTALACAO HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS
SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS
INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA
CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA
MANUTENCAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA
MONTAGEM OU INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS
MONITORIAMENTO, INCLUSIVE POR MEIO REMOTO DE SISTEMAS DE ALARME DE SEGURANCA E INCENDIO ELETRONICO, INCLUSIVE A SUA
INSTALACAO E MANUTENCAO



EM BRANCO

IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO
SERVICOS DE COMPUTACAO GRAFICA
MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS TEMPORARIAS (ARQUIBANCADAS, PALCOS)
SERVICO DE BUFE
GESTAO DE INSTALACAO PARA EVENTOS
SERVICO DE FILMAGEM E FOTOGRAFIA
SERVICO DE EDICAO DE JORNAIS E REVISTAS
SERVICO DE CONFECCAO DE CAMISAS, CAMISETAS, BONE
LOCACAO DE MAO DE OBRA TEMPORARIA
OPERADORES TURISTICOS
LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS
LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS COM E SEM OPERADOR
SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE TREINAMENTO
SERVICOS LIMPEZA DE FOSSAS
COMERCIO VAREJISTA DE SEMENTES
COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS



Capital Social R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão Reais)	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte Microempresa	Prazo de Duração Indeterminado		
Capital Integralizado R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão Reais)				
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato				
Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital (R\$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
FABIO PEREIRA	R\$ 0,00	ADMINISTRADOR	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXX
CAVALCANTE - 74032658404				
FABIO PEREIRA	R\$ 300.000,00	SOCIO	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXX
CAVALCANTE - 74032658404				
JOELLINGTON CELESTINO	R\$ 700.000,00	SOCIO	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXX
DA COSTA FLOR -				
08816356421				
Último Arquivamento Data: 03/12/2015 00:00:00 Número: 20150234104 Ato: ALTERAÇÃO Evento: CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO			Situação REGISTRO ATIVO Status XXXXXXXXXXXX	
Filiais Empresa não Possui Filiais registradas nesta Junta...				



Numero Protocolo

160002010

Local, Data

Maceió, terça-feira, 5 de janeiro de 2016


EDVALDO MAIORANO DE LIMA
Secretário(a) Geral

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio, em terça-feira, 5 de janeiro de 2016 às 23:36:0

e impresso, para conferência acesse o site: www.juceal.al.gov.br - Opção Acesso Rápido >> Autenticidade de Certidão, e informe o número do protocolo.



EM BRANCO



T J C REPRESENTAÇÕES LTDA - ME

Rua Rivadávia Carnaúba, 20 - Pinheiro - CEP: 57.057-260 - Maceió/AL -

CNPJ Nº 16.554.376/0001-88 - Insc. Estadual nº 242.70433-6

Fone: 82 3324-0940

E-mail: tjcrepresentacoesmaceio@hotmail.com - tjc.mcz@gmail.com



A

Prefeitura de Boca da Mata/AL

Concorrência nº 03/2016

Data: 26/01/2016 às 09:30 hrs

Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao sistema de drenagem e pavimentação do povoado lagoa do Perí Perí.

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

A Empresa T J C Representações LTDA - ME, situada na Rua Rivadávia Carnaúba, 20 - Pinheiro/AL - CEP: 57.057-260 - Maceió/AL, por intermédio de seu representante legal, DECLARA:

- a) A proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada foi elaborada de maneira independente por esta licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação acima mencionada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do referido Município antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Maceió-AL, 26 de janeiro de 2016.

Fábio Pereira Cavalcante

RG nº 97001004550 SSP/AL - CPF nº 740.326.584-04

Sócio

EM BRANCO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DA MATA
Comissão Permanente de Licitações



PROCESSO Nº: 1208-002/2015

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Concorrência nº 03/2015

ASSUNTO: Licitação para contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente ao Sistema de Drenagem e Pavimentação do Povoado Lagoa do Peri Peri

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

O presente Termo, referente ao processo administrativo de nº 1208-002/2015, encerra os autos do **VOLUME I** na página nº 250.

CPL, em 26 de janeiro de 2016.


Bergson Araujo Leite
Presidente da CPL

EM BRANCO